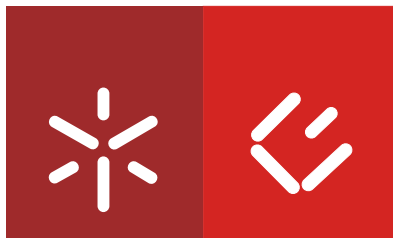


Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Marcelina Liu

**Política da Língua Portuguesa em
Timor-Leste: A Formação de Recursos
Humanos em Portugal**



Universidade do Minho

Escola de Economia e Gestão

Marcelina Liu

**Política da Língua Portuguesa em
Timor-Leste: A Formação de Recursos
Humanos em Portugal**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Gestão de Recursos Humanos

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Carolina Feliciano Machado
e do
Professor Doutor José António Passos Palmeira

Outubro 2012

Declaração

Nome: Marcelina Liu

Endereço de correio eletrónico: marcelina.liu@yahoo.com

Número do Bilhete de Identidade: 30251260

Título da dissertação: A Política da Língua Portuguesa em Timor-Leste: a Formação de Recursos Humanos em Portugal.

Orientadores: Professora Doutora Carolina Feliciano Sá Cunha Machado e Professor Doutor José António Passos Palmeira.

Ano de conclusão: 2012

Designação do Mestrado: Gestão de Recursos Humanos.

DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR, NÃO É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DE QUALQUER PARTE DESTA TESE/TRABALHO

Dedico o resultado deste trabalho ao meu pai e à minha mãe, que já estão no céu com Deus, ao meu único irmão, António Liu e minha sobrinha Alexandra e sobrinho Angelo Evangelito e, à minha cunhada Ana, com muito amor.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação foram vários os intervenientes que colaboraram direta e indiretamente, os quais merecem o meu reconhecimento e gratidão.

Aos meus orientadores, Professora Doutora Carolina Feliciano Sá Cunha Machado e Professor Doutor José António Passos Palmeira, pela dedicação, empenho e disponibilidade com que me direccionaram e acompanharam nesta dissertação, assim como pelos comentários e sugestões que fizeram.

Gostaria de agradecer aos professores do curso de Mestrado em Gestão de Recursos Humanos pelos acréscimos de conhecimentos que partilham, pelas transmissões de análises críticas que fizeram aos assuntos apresentados, pela dedicação ao curso e pelo interesse demonstrado nos alunos.

Um especial obrigado à Professora Dra. Vanda Figueiredo, a minha colega Lilia e colega Bia pela amizade, esforço e plena disponibilidade para me atender em qualquer ocasião.

Para o meu irmão António Liu e a minha tia Madalena do Rosário pelas suas orações e pela coragem que sempre me deram, essencial para o meu sucesso.

A todos os colegas e amigos que partilharam comigo a experiência de desenvolvimento deste trabalho, fica o meu profundo agradecimento.

RESUMO

Este trabalho pretende abordar a política da língua portuguesa no seu processo de desenvolvimento. Procura-se analisar a forma de reintrodução do português na atividade educativa em Timor-Leste, principalmente no Ensino Superior, na formação dos docentes universitários.

Começamos com a contextualização da presença da língua portuguesa em Timor-Leste e com a apresentação de dados históricos, referindo, nomeadamente, as fases da colonização portuguesa, da ocupação indonésia e após a independência e a preparação dos recursos docentes para a implementação do programa de ensino em língua portuguesa, incidindo sobre a formação dos docentes da UNTL em Portugal.

Centramos a nossa atenção observando a formação dos docentes da UNTL, designadamente os que neste momento estão a estudar, assim como os que já concluíram a sua formação e já regressaram a Timor-Leste. O trabalho está focado na formação dos docentes da UNTL que estudam na Universidade do Minho, tendo em vista a prossecução dos seus estudos em áreas de especialização e o aperfeiçoamento da língua portuguesa a sua formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho. Pretendemos conhecer as suas experiências e os sentimentos que têm quanto à utilização da língua portuguesa na sua formação e o esforço que empreendem para aprofundar os seus conhecimentos nesta língua. Pretende-se, ainda, dar a conhecer as perspetivas dos formandos sobre a utilização da língua portuguesa quando terminarem a sua formação em Portugal e acerca da implementação do Português pelos que já concluíram a sua formação e já regressaram a Timor-Leste.

Esta dissertação pretende, também, analisar a disponibilidade dos formados para aperfeiçoarem os seus conhecimentos sobre a língua portuguesa e de que forma a pensam implementar no ensino, em ambiente de sala de aula.

ABSTRACT

This dissertation intends to discuss the politics of the Portuguese language and its development process. It seeks to analyse its reintroduction in the educational scenario in East-Timor, particularly in the higher education sector, whilst training the higher education institutions' teaching staff.

It firstly addresses the Portuguese Language use in East-Timor focusing upon historical data, referring, in particular, to the phases of Portuguese colonisation, the Indonesian occupation and the post-independence period as well as the training of teaching resources for the implementation of the Portuguese Language programme. It particularly focuses upon the training of the UNTL (National University of East Timor) teaching staff in Portugal.

It appraises the UNTL teaching staff training programme, namely those who are currently pursuing their studies, as well as those who have already completed their training and have returned to East-Timor. It is worth emphasising this study focus solely upon the UNTL teaching staff who study, or have studied, at the University of Minho. They pursue their studies in areas of specialisation and betterment of Portuguese Language. The study seeks after shedding light upon their experiences and feelings regarding the use of the Portuguese Language in their training/education and the effort they undertake to deepen their knowledge in the language itself. It is intended also to highlight the teaching staff's perspective on the use of the Portuguese Language after the completion of their degrees and its use by those who have already completed their training and have returned to East-Timor.

This dissertation does also aim to examine the teaching staff willingness to improve their knowledge of the Portuguese Language and how do they plan to implement it in their classroom environment.

ÍNDICE

Agradecimento	i
Resumo.....	ii
Índice.....	iv
Lista de abreviaturas	vi
Índice de figuras.....	vii
Índice de tabelas	viii
1. INTRODUÇÃO	2
1.1 Introdução	2
1.2 Justificação do tema	5
1.3 Objetivo de estudo	6
1.3.1. Objetivo geral	6
1.3.2. Objetivo específica.....	6
2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	8
2.1.A língua durante a colonização portuguesa (1515 -1974)	8
2.2.A língua portuguesa durante a ocupação indonésia (1975 – 1999).....	12
2.3.A língua portuguesa após independência (2002)	14
2.4.O reinício da atividade educativa	16
2.5.As três fases do processo educativa em Timor-Leste.....	17
2.5.1. A educação no período colonização português	17
2.5.2. A educação no período ocupação indonésia.....	19
2.5.3. A educação após a independência.....	19
2.6.O sistema educativa Timor-Leste	20
2.6.1. Do nível de ensino básico ao nível de ensino secundário	21
2.6.2. O ensino superior.....	22
2.7.A formação de recursos humanos na docência.....	23
2.7.1. A formação	23
2.7.2. A formação dos docentes	25
2.7.3. A legislação referente à formação.....	31
3. METODOLOGIA	36
3.1.Pesquisa.....	36
3.2.Caraterização da população de da amostra	37
3.3.Técnica e instrumento de recolha de dados.....	37
3.4.Recolha de dados	39
3.5.Análise e discussão de dados.....	40
4. ANÁLISE DOS DADOS RESULTADOS	42
4.1.A amostra.....	42
4.2.Dados pessoais.....	42
4.3.A aprendizagem da língua portuguesa no processo do curso	47
4.4.Processo de acompanhamento das matérias em LP na sala de aula.....	60
4.5.A utilização portuguesa para lecionar na universidade	69
4.6.Cruzamento das variáveis	74
5. CONCLUSÃO.....	80

REFERENCIA BIBILOGRAFIA	84
Anexo: Questionário	88

LISTA DE ABREVIATURAS

CRNT- Conselho Nacional Resistência Timorenses.

CRUP- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

DIT- Dili Institut Technology

FUP- Fundação das Universidade Portuguesas.

IPI- Institutu Pastoral Indonésia (Instituto de formação dos Catequistas Indonésia)

IPAD- Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

ICR- Instituto de Ciência Religiosas.

IOB- Institut of Bisnis.

KRISTAL- Kristus Tuhan Allah (Cristo, o Senhor Deus)

LP – Língua Portuguesa.

ONU- Organização das Nações Unidas.

ONG- Organização não Governamentais.

PGSD- Pdendidikan Guru sekolah Dasar (Formação de Professores do Ensino Básico).

SMA- Sekolah Menengah atas (Escola Secundária)

SMEA- Sekolah Menengah Ekonomi atas (Escola da Economia).

SPG- Sekolah Pendidikan Guru (Formação de professores).

SMKK- Sekolah Menengah Ketrampilan Khusus (Formação de Habilidades Especiais).

SPP- Sekolah Pendidikan Pertanian (Formação de Agrícola).

UM – Universidade do Minho.

UNTL- Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

UNTAET- United National Transitional Administrationin East Timor.

UNDP- United Nation Development Program

UNDIL- Universidade de Dili.

UNICEF- United Nation International Education Children Fund.

UNPAZ- Universidade da Paz.

UNTIM- Universitas Timor-Timur (Universidade de Timor-Leste)

ÍNDICE DE FIGURAS

1. Sexo	43
2. Grupos etários.....	43
3. Anos de serviço	44
4. Posição estrutural.....	45
5. Nível do curso.....	46
6. Faculdade.....	47
7. Gosta de apreender a língua portuguesa?	47
8. Antes de estudar LP no curso já a tinha aprendido no agregado familiar?	48
9. Já tinha frequentado alguns cursos antes de vir estudar em Portugal?.....	50
10. Qual a duração da aprendizagem da LP em Timor-Leste?.....	50
11. Já frequentou alguns cursos de LP na UM?	51
12. Que tipo do curso de LP que frequenta na UM?	52
13. Qual é a sua opinião sobre a frequência do curso de LP em Portugal?.....	53
14. O que acha da aprendizagem da LP?.....	54
15. Acha que a LP vai ser útil para seu futuro?.....	55
16. Qual é a maneira mais fácil de compreender a LP?	57
17. Costuma utilizar a LP na comunicação em família?	58
18. Qual é a maneira mais fácil de apreender a LP?.....	59
19. Qual o método de resolver as dificuldades?	60
20. Acompanha bem as aulas dos professores?.....	61
21. Participação na sala de aula	62
22. Dificuldade de acompanhar aula	63
23. Sente-se frustrado/a com esta situação?	64
24. Procura introduzir-se no grupo?	65
25. Sente dificuldade em contactar o docente?.....	66
26. Age ativamente para tentar resolver os problemas e isso exige-lhe muito esforço?.....	66
27. Como é que participa na sala ativamente se não entende bem a LP?.....	67
28. A área do seu curso ainda tem relação com os seus estudos de licenciatura? ..	68
29. Se ainda há relação com a sua licenciatura então o seu curso atual é fácil? ..	69
30. Aprendeu a LP em 2 ou 3 anos e já é suficiente para lecionar?	70
31. Se já terminou o seu curso de mestrado/doutoramento isso significa que já pode lecionar em LP?	71
32. Utiliza sempre a LP nas atividades letivas?.....	71
33. Como é que utiliza a LP na sala de aula?	72
34. Costuma lecionar em LP?.....	73
35. Como é que se deve desenvolver a LP como língua oficial?	73

ÍNDICE DE TABELAS

1. Cruza a posição estrutural com o tempo de estudo da LP	74
2. Cruza o curso de LP com dificuldades de ensino em LP	75
3. Cruza a obrigatoriedade do ensino da LP com o seu método de aprendizagem	76
4. Comportamento na resolução dos problemas	77
5. Dificuldades no contacto com os docentes e no uso da língua	78

1.INTRODUÇÃO

1.1.Introdução

Timor-Leste é um país jovem no mundo que restaurou a sua independência em 2002. Antes disso, Timor-Leste era uma região ultramarina de Portugal e teve a colonização portuguesa durante 450 anos. Durante quatro séculos os portugueses introduziram a língua portuguesa em Timor-Leste, em particular nos serviços de administração, nas igrejas utilizando também a língua portuguesa como a língua de ensino nas escolas. Taur Matan Ruak o atual presidente da República Democrática de Timor-Leste, (2001: 40) escreveu que é fundamental “.... expandir a língua portuguesa através da alfabetização nas escolas e das preces expressas nas capelas e igreja católicas,....”. Também, o Pe. João Felgueiras, (2001: 46) na sua intervenção sobre as raízes da resistência escreveu que “ a língua portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor,.....”.

Em 1974, os portugueses saíram de Timor-Leste e, dentro de pouco tempo, os timorenses proclamaram a sua independência. A proclamação foi realizada em 28 de novembro de 1975. Na altura, os líderes dos timorenses escolheram a bandeira, hino nacional e língua oficial, a qual incidiu na língua portuguesa. Tal está claramente expresso na opinião do Padre João Felgueiras o qual, escrevendo sobre a declaração do comandante da resistência em 1975, Nicolau Lobato, referiu “ nós escolhemos como língua nacional de Timor a língua portuguesa”.(ibidem). Mas a independência que foi proclamada não durou muito tempo, já que no dia 7 de Dezembro de 1975 a indonésia invadiu Timor-Leste.

Durante 24 anos, e após a invasão por parte da Indonésia a Timor-Leste, o uso da língua portuguesa foi banido das atividades formais. Daqui resultou que esta língua acabou por ser utilizada apenas por aqueles que tinham tido uma formação em língua portuguesa, bem como as famílias que já costumavam utilizar esta língua no seu seio. Mesmo assim, os missionários ainda continuaram a utilizar a língua portuguesa para dar aulas na escola externato de São José. Todavia, a após os acontecimentos de 12 novembro de 1991 foi banida totalmente a utilização desta língua. Durante a ocupação, os indonésios começaram a introduzir a sua língua em Timor-Leste, tentando introduzir a língua indonésia aos timorenses através dos seus emigrantes e os seus militares. Começam, assim, a funcionar as escolas e todos os programas de formação para

os timorenses em língua indonésia, ao mesmo tempo que se começa, também, a utilizar a sua utilização para os serviços públicos.

Em 30 de Agosto de 1999, realizou-se uma votação popular em Timor-Leste em que a maioria dos timorenses escolheu a independência. Na altura, os autonomistas foram apoiados pelos militares indonésios, começando a lançar a violência, com a qual destruíram, queimaram e saquearam em todo território de Timor-Leste. Assim, os imigrantes indonésios regressaram para o seu país, levando consigo metade da população de Timor-Leste para Timor ocidental.

Timor-Leste durante três anos (1999-2001), na Administração transitória das Nações Unidas recomeçou a sua atividade dos serviços e escolas em todo o território. Também em 2000 se começou a reintroduzir a língua portuguesa nas escolas com o apoio dos professores de português. A atividade educativa foi reiniciada não só ao nível do ensino básico, mas até ao ensino superior.

Timor-Leste tornou-se independente em 20 de maio de 2002. Antes disso, através de uma eleição que se realizou em 2001 para escolherem o presidente, foi formado o governo e criado o parlamento. Na altura, o representante do povo Timor-Leste no parlamento vota a favor para a língua portuguesa a par com a língua tétum que passa a ser a língua oficial.

A razão é para valorizar a existência da língua portuguesa em Timor-Leste como marca de identidade do povo timorense. Escolheu-se a língua portuguesa a par da língua (nacional) tétum como línguas oficiais, consagradas na Constituição da República Democrática de Timor-Leste (2002,p.14) no artigo13, alínea 1, onde consta: “*O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste*”. Além disso, o líder político de Timor-Leste, actual Primeiro-ministro, Xanana Gusmão, também conhecido como o comandante da resistência de Timor-Leste, no seu discurso no Brasil em Agosto de 2002 afirmou:

“A opção de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do português como língua oficial a par com a língua nacional, o tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional.” (apud Brito e Martins, s/d:p.3)

Por isso, o uso da língua portuguesa em Timor-Leste a par do tétum é considerado pela sociedade timorense um elemento para diferenciar Timor-Leste dos seus vizinhos, para além da sua cultura e da sua identidade. Além disso, a língua portuguesa, que é falada internacionalmente (falada em 5 continentes), traz benefícios para Timor-Leste, segundo as palavras de Luís Costa (2008):

“ o português é considerado um idioma de grande importância para Timor-Leste, pois, sendo uma importante língua internacional, falada por mais de duzentos milhões de pessoas nos países da CPLP, pode proporcionar a Timor – Leste vantagens sociais e culturas e benefícios materiais” (apud Palmeira, 2009:p.3)

Agora para desenvolver a língua portuguesa em Timor-Leste é necessário preparar os recursos humanos para ajudar no seu desenvolvimento. O estado considera que a fonte mais favorável para desenvolver a língua portuguesa é através da educação. Mas os recursos ainda não são suficientes, porque a realidade mostra que os agentes que neste momento se encontram a trabalhar em Timor-Leste, ou seja, que estão a ensinar em língua portuguesa são, na maioria, de Portugal e do Brasil. São poucos os timorenses que estão prontos para desempenhar as suas funções, para desenvolver a língua portuguesa, porque a maioria dos recursos que estão preparados para trabalhar foram todos formados durante a ocupação indonésia. Estas dificuldades estão a ser enfrentadas pelas escolas do nível de ensino primário até ao nível de ensino superior. Mesmo havendo alguns professores do nível de ensino primário que foram formados em língua portuguesa, este número não se aplica para todas as escolas no ensino básico em todo território. É ainda necessário aumentar o número de professores e, principalmente, dos que têm o conhecimento em língua portuguesa para responder às necessidades na área da educação em Timor-Leste.

Neste contexto, o Ministério da Educação, através da sua cooperação com o governo de Portugal e o governo do Brasil, procura dar formação aos professores em termos de conhecimentos de língua e também de ciências, de acordo com as matérias de ensino de cada um, permitindo-lhes, deste modo, lecionar em língua portuguesa. Este tipo de formação é obrigatório para todos os professores do nível de ensino básico até ao nível do ensino superior. Todavia, para o nível de ensino superior ainda se mostra necessário um nível mais elevado de formação, em quantidade e qualidade, para o conhecimento educacional, além de formação na língua portuguesa.

No que respeita ao presente estudo, este focaliza-se, especificamente para os docentes UNTL que estão a estudar em Portugal e principalmente na Universidade do Minho, bem como para os que já concluíram o seu curso, tendo já regressado para Timor-Leste. Baseamos o estudo no programa do governo timorense de utilizar a língua portuguesa nas escolas e lecionar nas salas de aulas, analisando a formação dos docentes UNTL em Portugal.

Este estudo mostra-se pertinente, na medida em que, sendo a UNTL considerada como a única universidade pública em Timor-Leste, esta precisa de investir na capacitação dos docentes. Neste momento, a universidade cria uma cooperação com o governo de Portugal, particularmente com as universidades públicas, para dar formação aos docentes, com o objetivo de elevar os seus conhecimentos: conhecimentos da ciência e também da língua portuguesa. A principal razão assenta na análise dos docentes que, tendo terminado os seus estudos em Portugal, ao regressarem a Timor-Leste, estejam capacitados para lecionar em língua portuguesa.

Além disso, os estudantes que vão terminar os seus estudos no ensino secundário e pretendem estudar na universidade no ano letivo de 2012 precisam ser formados em língua portuguesa. Por isso, é necessário preparar os recursos linguísticos dos docentes para poderem responder a essa necessidade que vão enfrentar no próximo ano letivo. E esta preparação já começou com o envio de docentes. Inicialmente, pela cooperação do IPAD que começou em 2005. Em 2008 a UNTL, através da sua cooperação com as universidades públicas em Portugal particularmente a UMinho, enviou os seus docentes para estudar nas universidades públicas em Portugal, projeto este financiado pelo governo de Timor-Leste. A UNTL tem enviado continuamente os seus docentes para estudar na Universidade do Minho bem como em outras universidades públicas de Portugal.

1.2 Justificação do tema

A língua portuguesa a par com a língua tétum foi escolhida pelo povo de Timor-Leste como a língua oficial. Por isso, é necessário reintroduzir e desenvolver esta língua nas escolas e implementá-la no seio da comunidade para que se possa garantir o desenvolvimento de recursos humanos. Na realidade, as pessoas que falam esta língua são as gerações mais velhas. As novas gerações que foram formadas na ocupação da Indonésia não conhecem bem a língua portuguesa.

O governo através do Ministério da Educação criou um programa de formação de professores em língua portuguesa para os que já aprenderam e conheciam bem a língua portuguesa, a fim de lecionarem nas aulas, com esta língua. Este programa iniciou com o nível de escolaridade inicial (desde o ensino básico até ao ensino secundário), estando também implementando no ensino superior. Todavia, ainda faltam recursos humanos qualificados. Para isso, a Universidade de Timor Lorosa'e tem enviado os seus docentes a estudarem fora do país, principalmente para Portugal e Brasil, com o objetivo de capacitá-los em termos de conhecimentos da ciência e da língua portuguesa.

2.Objetivos do Estudo

2.1.Objetivo geral

Este trabalho tem como objetivo principal oferecer uma contribuição para a análise da política da língua portuguesa em Timor-Leste: a formação de recursos humanos em Portugal, pretendendo perceber, de forma mais efetiva, o processo de andamento do curso dos docentes na universidade e a implementação da língua portuguesa no ensino em Timor Leste, tendo em consideração a preparação dos docentes universitários.

2.2. Objetivos específicos

O estudo pretende fazer um breve estudo sobre o processo de formação e o resultado da formação, ou seja, deseja saber sobre a aprendizagem dos formandos e dos que já concluíram as suas formações. O objetivo dos docentes da UNTL que frequentam a formação em Portugal, particularmente na Universidade do Minho, consiste em desenvolver a capacitação de seus conhecimentos em termos de ciências e também para conhecer, aprender, saber e praticar a língua portuguesa. Tal torna-se relevante não só porque os docentes não só adquirem formação na área das ciências para lecionarem, como também precisam dominar a língua que obrigatoriamente devem utilizar para ensinar.

A amostra deste estudo incide sobre os docentes da Universidade Nacional Timor Lorosa'e que estão a receber formação em diversas áreas de ciências, nas faculdades da Universidade do Minho e os que já concluíram os seus cursos e que, neste momento, se encontram em Timor-Leste. Procuramos saber, (i) quais as dificuldades que os formandos estão a enfrentar no terreno e como é que podem lidar com esta situação; (ii) sobre a atividade dos professores que já concluíram os seus cursos em Portugal e como é a continuidade da prática da ciência e a língua portuguesa no ensino em Timor-Leste, em particular na Universidade Nacional Timor Lorosa'e.

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

2.1. A língua durante a colonização portuguesa (1515-1975).

A existência da língua portuguesa em Timor-Leste ainda está associada à história dos conquistadores portugueses e aos missionários que conquistaram e marcaram a sua presença de colonização no sudeste asiático e, particularmente, em Timor-Leste. Como sabemos, nos primeiros anos de quinhentos, assistiu-se a um enorme crescimento da presença portuguesa no Oriente. Os contactos exploratórios de Vasco da Gama rapidamente deram origem a claras intenções de fixação territorial em diversos pontos do extremo litoral asiático; as tentativas foram geralmente, bem conseguidas através da intervenção nos ativos circuitos mercantis locais.

Segundo Taur Matan Ruak (2001), o descobrimento dos portugueses em Timor-Leste foi entre os anos de 1512 e 1513. Naquele tempo os portugueses foram só para fazer negócios e ainda não mantinham a sua permanência em Timor-Leste. Porque, na altura, as relações dos portugueses com as populações locais eram apenas feitas com base nas trocas comerciais. Escreveu Artur Teodoro de Matos (1974) que os portugueses durante as suas viagens para conquistar o mundo sempre estabeleceram relações comerciais regulares com as ilhas por onde passavam para poderem ter as especiarias das ilhas conquistadas.

Mas antes de chegarem a Timor-Leste os portugueses conquistaram primeiro a Índia (Calicute) no século XV, alargando, depois, os seus descobrimentos para outros lugares e outras ilhas como Goa, Malaca, Ormuz, Batavia, Solor, Flores. De acordo com Rui Manuel Loureiro (2001:93),

“ os portugueses, logo depois de alcançarem a Índia nos derradeiros anos do século XV, procederam a um levantamento sistemático das realidades físicas e humanas asiáticas, de forma a compensarem as enormes lacunas do saber europeu, que continuava a basear-se em velhos tratados mediáveis. A procura de «cristão e especiarias», para utilizar a fórmula célebre de uns primeiros portugueses desembarcados em Calicute, implicava um conhecimento aprofundado da geografia humana da Ásia marítima.”

Os portugueses além de conquistarem os arquipélagos, também tinham interesse em fazer negócios, para terem as riquezas dos arquipélagos que conquistavam. Dom Carlos F. X. Belo (2008) descreve que os portugueses, depois de conquistarem em Malaca, navegaram mais para leste, com o objetivo de obterem as especiarias dos arquipélagos, como crava, noz-moscada, canela e sândalo. Como escreve o historiador Luís Filipe Thomaz (2002), “a ilha era regularmente escalada por navios mercantes, da coroa ou, mais geralmente, de particulares que vinham trocar tecidos, armas e ferramentas por sândalo e um pouco de cera e mel.” (apud, Pinto, 2010,p.4). Ao mesmo tempo, através das atividades do negócio, os negociantes e os conquistadores europeus levavam a influência da civilização para as comunidades nativas por onde passavam. Segundo Geoffrey Gunn (2001,p.14), “a chegada dos comerciantes ibéricos e missionários europeus e sudestes asiáticos prefigura já, de um ponto de vista civilizacional.” Gunn (2001), afirmou que as maiores civilizações se encontravam nos arquipélagos onde os portugueses e os dominicanos desembarcavam e criavam os seus contactos, locais estes caracterizados pela existência de comunidades crioulas de grande dimensão, com maior representatividade na ilha de Flores e Timor.

Sabemos que na ilha de Timor e Flores a maior parte das comunidades abraçavam a religião católica, e os nomes e os apelidos das comunidades também eram, na maior parte, nomes e apelidos dos portugueses, razão pela qual se considera que a língua portuguesa era utilizada nessas comunidades. Foi através do processo de civilização que se fomentou a raiz da língua portuguesa e que se começou a desenvolver a existência da língua portuguesa nas ilhas onde os portugueses edificavam a sua coroa. Mas antes de ser introduzida a língua portuguesa como a língua nativa, particularmente em Timor, a língua que era utilizada para a comunicação entre os negociantes e os agentes nativos era a língua malaia. Segundo Artur Teodoro de Matos (1974:32), “até ao século passado, a principal língua de relação ao longo das costas de Timor – como das demais ilhas da Insulíndia – deve ter sido o malaio, que se difundiu no Arquipélago a partir do século XV, devido à expansão marítima do Sultanato de Malaca.” D. Carlos F. X. Belo (2008) escreveu que “na altura, a língua do comércio nas paragens era o malaio. Porém, ao longo dos séculos XVI e XVII, a língua franca era o português.” Assim, nos séculos XVI e XVII o português era largamente utilizado nos portos da Índia e no sudeste da Ásia. Atualmente, só sobrevive na sua forma padrão em alguns pontos isolados: em Macau, no estado indiano de Goa e em Timor Leste.

Mesmo assim, na altura usava-se esta língua para a comunicação com agentes importantes e entre os mercantis, para tratarem os seus negócios. As atividades dos negócios decorriam nas costas do Oceano Índico e na Ásia, em função da expansão colonial e comercial portuguesa. Marco Ramerini escreve, de acordo com a tradução feita por Márcia Siqueira de Carvalho (s/d), que:

“a língua portuguesa foi usada, naquela época, não somente nas cidades asiáticas conquistadas pelos portugueses, mas também por muitos governantes locais nos seus contactos com outros estrangeiros poderosos, nomeadamente holandeses, ingleses, dinamarqueses e entre outros.”

Além disso, a língua portuguesa também foi alargada pelos missionários Dominicanos. Para introduzirem a língua portuguesa na comunidade, estes missionários criaram escolas básicas no sítio em que estavam a pregar o evangelho e também através de hibridação para poder introduzir a língua portuguesa para todo mundo. Marco Ramerini escreve, de acordo com a tradução feita por Márcia Siqueira de Carvalho (s/d), que “a presença portuguesa era preponderante ou mais duradoura, cresceram as comunidades de "casados" e "mestiços" que adotaram uma variedade de língua mãe: uma espécie de Crioulo português.” Rui Manuel Loureiro (2001), considerou que a relação entre os missionários Dominicanos como agentes importantes na altura, designadamente para alargar a religião católica e pregar o evangelho aos gentios, favoreceu o alargamento da introdução da língua portuguesa na Índia e Ásia, particularmente em Solor, Flores e Timor.

Foi assim que a língua portuguesa passou a ser conhecida por todo mundo, ou por outras comunidades por onde conquistadores e os missionários passavam. No século XVI, a língua portuguesa já era utilizada nos arquipélagos que foram descobertos, funcionando, naquele tempo, como língua franca, particularmente na Ásia e em África. Esta língua não era só usada para as administrações das colónias e do comércio, mas também para a comunicação entre os oficiais locais. É de notar que os portugueses se estenderam através dos matrimónios mistos, celebrados entre portugueses e pessoas locais.

No que concerne ao processo de expansão da língua portuguesa mencionado em cima e também em relação ao alargamento desta língua em Timor-Leste, conclui-se que na ilha de Timor, a língua portuguesa começou a ser expandida não só por razões relacionadas com os

negócios, mas também devido à expansão da religião católica levada a cabo pelos missionários Dominicanos. Ou seja, os portugueses na sua política de descobrimento e colonização dos arquipélagos e, simultaneamente, por meio do alargamento da religião católica feita pelos missionários, começaram também a introduzir a língua portuguesa

Elia Silvio (2002), na sua obra *A Língua Portuguesa no mundo*, refere que o professor e historiador Luís Filipe Thomaz fez uma excelente observação e distinguiu a ocupação portuguesa em quatro fases distintas: a primeira fase foi marcada pela ordem comercial; a segunda fase coincidiu com o início da colonização forçada pela presença de missionários (jesuítas e dominicanos) nos meados do século XVI; a terceira fase foi constituída pela representação de interesses económicos e políticos que principiou com a organização político-administrativa e o desembarque de tropas militares, bem como a nomeação de um governador; por último, consolidou-se o poder político português no território e enfraqueceu-se, deste modo, o domínio dos régulos locais (como os *liurais*, e os *dátos*). (apud, Pinto, 2010:5).

A presença dos missionários dominicanos e o seu programa de criação das escolas em Timor estabelece uma relação entre a expansão da língua portuguesa e o alargamento da religião católica. Segundo Nuno Duarte de Castro Meneses (2008:19), “o primeiro objetivo dos missionários ao se estabelecerem em Timor foi o de converter os não cristãos. Nessa tarefa recorreram também à formação de auxiliares e de clérigos timorenses.”

As escolas que foram criadas pelos missionários para além de ensinarem a língua, também ensinavam as pessoas a ler, a escrever e a fazer contas. Estas escolas davam mais importância à aprendizagem e ao desenvolvimento da língua portuguesa em Timor-Leste, porque aqueles que se formavam, teriam de transmitir e ensinar a língua à comunidade local. Segundo Belo (2008:1), “os timorenses que tinham sido aprovados nessa escola, e depois de serem nomeados professores, foram colocados em diversas estações missionárias, tornando-se agentes principais do ensino da Língua Portuguesa nas aldeias e nos sucos.” Apesar de já existirem escolas em vários sítios, o número de pessoas que andavam nas escolas era limitado. Assim, aqueles que sabiam falar e comunicar em língua portuguesa eram os filhos dos régulos e, os funcionários. A maioria da população timorense não sabia falar e comunicar em língua portuguesa. Taur Matan ruak (2001:40-41) escreveu que “como era de esperar, não obstante este tardio esforço, até 1975, apenas 5% da população se podia exprimir em português e talvez menos de metade se comunicava na mesma língua, oscilando esta apenas

da elite administrativa para o clero católico”. Segundo Luís Costa (2001:60) o número de falantes da língua portuguesa em Timor-Leste, segundo o recenseamento do ano de 1997, correspondia apenas a 2% dos 857 000 habitantes de Timor-Leste, não estando aqui incluídas as pessoas que se refugiaram, na altura, na Austrália, em Portugal e em outros países.

2.2. A língua portuguesa durante a ocupação indonésia (1976-1999).

A língua portuguesa em Timor-Leste no tempo da ocupação indonésia é proibida para sua utilização principalmente no serviço público e na educação. Entendida como a marcação da identidade nacional, a língua portuguesa era utilizada pelos líderes políticos da resistência para a comunicação política. Dr. Marí Alkatiri na sua intervenção no II Congresso da Educação de Timor-Leste no Ministério dos Negócios e estrangeiros em Díli Timor-Leste (2008: 1-8) e disse que:

“ o ensino do português foi proibido em todas as escolas pelo regime de Suharto porque a continuação do ensino português significa indubitavelmente o aprofundamento da diferenciação etnolinguística e cultural em Timor-Leste e a Indonésia e, quisças, o reforço da identidade nacional e do nacionalismo maubere.”

Mesmo o invasor proibiu a utilização o português mas os agentes timorenses, como os líderes da resistência, e os membros das famílias dos funcionários portugueses, que estudavam língua portuguesa, ainda continuavam a utilizar a língua portuguesa como uma língua de comunicação entre eles. Os agentes, na altura, utilizavam a língua portuguesa como a língua oficial e utilizavam sempre esta língua para estabelecerem contacto entre os guerrilheiros no mato com os diplomatas no estrangeiro e também entre os líderes no país. Taur Matan Ruak (2001) afirmou, em relação à língua portuguesa e à frente armada, que esta língua era como uma história lusófona, que era a única língua que, ortograficamente, se desenvolvia na altura, que era definida como a língua oficial sendo utilizada como arma para contrapor a língua malaia no âmbito da cultura. Segundo Regina Helena Pires de Brito e Benjamin de Araújo Corte-Real (s/d, 8),

“Frente á luta resistência, o próprio regime da ocupação reconheceu o significado estratégico da língua portuguesa, da fé crista e dos valores tradicionais timorenses - elementos indiciais da especificidade da metade da ilha, distinguindo-a não só da sua metade ocidental (território indonésio) como também do resto da região.”

A língua portuguesa estava sempre no meio da comunidade, mesmo em situação difícil, e esta língua viva era sempre uma arma principal para a luta contra a invasão indonésia. Timor Leste valorizava a existência da língua portuguesa como a sua identidade e a cultura e mantinha-a sempre. Segundo Pe. João Felgueiras (2001:44) “ A língua portuguesa estava tão arraigada já de séculos em Timor, que a destruição resultante da invasão fez despertar no povo a sabedoria para a transformar numa arma de eficiência de defesa e de resistência.” Foi Geoffry Hull (2000:37), que fez uma afirmação sobre a valorização da língua colonial em Timor-Leste dizendo que:

“ o governador indonésio Sukarno era motivado pelo desejo de eliminar todas interferências culturais holandes na indonésia independente mas o regime da fretilin durante 1975, apesar de ser crítico em relação ao colonialismo salazarista e continuou a valorizar a língua portuguesa como elemento ancestral e integrado na cultura nacional de Timor-Leste.”

Assim, acreditamos que a língua foi um elemento de primordial importância para assegurar a independência de Timor-Leste. Mas o invasor descobriu que, através desta língua, pode facilitar os guerrilheiros e as clandestinas para fazer o plano de luta contra a Indonésia. Para isso, durante a ocupação, a Indonésia (1976 -1999), proibiu o uso da língua portuguesa nos serviços de administração e nas escolas. Para facilitar a sua ocupação em Timor-Leste, o governo indonésio introduziu a sua língua indonésia (*bahasa indonesia*) na comunidade através dos militares e dos civis que estavam a desempenhar as suas tarefas em Timor-Leste. Foi assim que, a língua indonésia (*bahasa indonesio*) foi declarada língua oficial (17.8.1976) e foi introduzida nas escolas e noutros setores.

A língua do ensino, na altura, era só a língua indonésia (*bahasa indonesia*) e para o serviço da administração também era a língua indonésia (*bahasa indonesia*). A expansão da língua do invasor fez-se não só nas escolas e nos serviços de administração, mas também através dos militares, dos negociantes e dos funcionários públicos que estiveram lá para desempenharem as suas funções e fazerem os seus negócios. Assim, o *bahasa indonesio* não foi uma língua de comunicação interna entre os timorenses. Esta língua era utilizada como a língua de comunicação entre a comunidade timorense com a comunidade indonésia que estava a viver em Timor. A língua indonésia também foi desenvolvida mais depressa porque a comunidade da indonésia fazia o seu negócio até ao nível da aldeia, comunicando sempre com esta língua, mostrando-se, assim, a língua indonésia mais fácil de aprender pelo cidadão de

Timor-Leste. Além disso, a distância entre a indonésia e Timor-Leste é apenas limitada pela fronteira terrestre, sendo fácil para os agentes indonésios emigrarem para Timor, para introduzirem a sua língua no território. Para além disso, esta língua era uma das mais importantes para os timorenses que frequentavam a sua vida escolar e académica naquela época de ocupação.

Na altura a bahasa indonesia espalhou-se em todo território, assumindo um papel cada vez mais importante na intercomunicação entre os timorenses. A língua portuguesa, na altura, era como uma língua de comunicação diária dentro da família, tendo, igualmente, um grande significado para os guerrilheiros da FRETILIN, pois era como um símbolo da resistência.

2.3. A língua portuguesa após a independência (2002)

A língua é considerada como a cultura e identidade de um país e, além disso, como o principal mecanismo de comunicação no convívio humano por possibilitar as relações afetivas e ideológicas dentro de um grupo ou fora dele. A língua é importante como fator de identificação e de inclusão de uma comunidade, ou seja, um povo tem a sua língua própria para preservar a sua estrutura identitária. Deste modo, a língua portuguesa existiu em Timor-Leste durante 4 séculos, a par com a língua tétum, e ainda continua existir.

Durante os 24 anos da ocupação indonésia em Timor-Leste, o Governo indonésio excluiu a existência da língua portuguesa, proibindo a sua utilização, substituindo-a pela língua indonésia (bahasa indonésia). Mas ao longo deste tempo, os timorenses ainda continuaram a utilizar a língua portuguesa na comunicação diária, com a família que falava português. O português era utilizado, principalmente, pelos guerrilheiros que, na sua luta contra o inimigo indonésio, a mantinham como arma de luta. Luís Filipe Thomaz (2002:131), escreveu que “ os timorenses têm usado a língua portuguesa como emblema, como bandeira de guerra, como sinal de luta e sinal de oposição.” Para Timor-Leste a língua portuguesa já é considerada como parte da cultura e identidade dos timorenses e, além disso, como forma de diferenciar Timor-Leste da Indonésia. Explicou Xanana Gusmão atual Primeiro-ministro de Timor-Leste (2002),

“A opção política de natureza estratégica que Timor-Leste concretizou com a consagração constitucional do Português como língua oficial a par com a língua nacional, o Tétum, reflete a afirmação da nossa identidade pela diferença que se

impôs ao mundo e, em particular, na nossa região onde, deve-se dizer, existem também similares e vínculos de carácter étnico e cultural, com os vizinhos mais próximos. Manter esta identidade é vital para consolidar a soberania nacional”. (apud. Brito e Bastos, 2007, p.238).

Num comentário sobre população do distrito Covalima, Regina Helena Pires de Brito e Bastos e Neusa Maria Oliveira Barbosa Bastos (2007, 239), escreveram

“Foi a língua portuguesa que os nossos dirigentes usaram para contactar um ao outro, no interior e no exterior; isto é, nos países amigos da língua oficial portuguesa para convocar a SOLIDARIEDADE. Por isso, não há razão nenhuma de rejeitar a adoção da língua portuguesa como nossa língua oficial porque não estamos a andar sozinhos...”

Filomena Imaculada de Conceição Pinto (2010:27), escreveu que “A língua portuguesa foi utilizada pela Resistência durante a luta pela independência e a sua utilização marcou uma diferença cultural face à Indonésia.” Numa entrevista feita à Direção do Instituto Nacional Linguístico da Universidade Nacional Timor Lorosa’e pelo jornal timorense STL (2004), e disse que a língua portuguesa – companheira e irmã mais velha da língua tétum – é que cunhou a nossa imagem como um povo, e levou-nos a ser diferentes do povo indonésio ou dos outros povos da região.

Em 2000, recomeçou, assim, a atividade de aprendizagem e também foi reintroduzida a língua portuguesa nas escolas. No momento, o Governo Portugal enviou os professores para o ensino da língua portuguesa e de outras disciplinas, em língua portuguesa, que foram distribuídos por 13 distritos. A ajuda dos professores enviados pelo governo Português para Timor-Leste baseia-se no contacto oficioso entre o Instituto Camões de Portugal e o CNRT, estabelecido antes de 30 de agosto de 1999. Os professores portugueses foram transformados em contactos oficiais imediatamente depois da Consulta Popular, por meio de acordos entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal e o Ministério da Educação de Portugal e o CNRT, tendo em vista a reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste.

Após a restauração da independência de Timor-Leste, a 20 de maio de 2002, optou-se pela língua tétum e pela língua portuguesa como línguas oficiais. Optou-se pela língua portuguesa para a valorizar como parte da cultura e identidade do povo de Timor-Leste. Segundo Regina Helena Pires de Brito e Benjamin de Araújo Corte-Real (s/d, 9),

“ A razão de ser da língua portuguesa para Timor-Leste tem a ver com a identidade linguística, a identidade histórica, a identidade cultural, a identidade política do país, e que vai precisamente contribuir para o enriquecimento da região, para a diversidade linguística e cultura, encorajando a convivência sob o princípio de respeito mútuo entre os interlocutores.”

Como sabemos, durante a resistência a língua portuguesa teve um papel importante, designadamente na luta contra a invasão indonésia. Na altura, a língua portuguesa era a única língua ortograficamente desenvolvida. Por outro lado, a maior parte dos líderes da resistência foi formada em língua portuguesa. De acordo com Regina Helena Pires de Brito e Benjamin de Araújo Corte-Real (s/d,p.2) “a língua oficial de Timor-Leste sempre foi o português, quer no mato, quer na diáspora, quer na clandestinidade que ligava as outras duas frentes da resistência (a armada e a diplomática)”. O Pe. João Felgueiras (2001:48) escreveu que,

“a língua portuguesa profundas raízes em Timor e que, mesmo com a perseguição a partir de 1975, aquelas raízes tornaram eficiente o esforço da clandestinidade para a promoção deste valor da sua cultura e agora vista como poderosa alma cultural.”

A realidade mostra que a língua portuguesa foi uma língua banida ostensivamente pela ocupação indonésia durante 24 anos e nas escolas; mas quando Timor-Leste conseguiu a sua independência, de imediato realçou que a língua portuguesa tinha profundas raízes nos valores culturais mais sagrados deste povo. Os timorenses ainda mantinham a confiança e valorizavam sempre a existência da língua portuguesa, consagrando-a na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, a qual passou a ser língua oficial a par com a língua tétum.

2.4. O reinício da atividade educativa.

A governação que foi liderada pela Organização das Nações Unidas (ONU), denominada *United National Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), para a reconstrução do governo de Timor-Leste deu apoio para reativar as instâncias, para o desenvolvimento do país. Começou, então, a reativar os serviços dos sectores importantes da administração, saúde, educação, segurança e negócios. Como sabemos, as condições do país, naquele momento, estavam reduzidas a zero, porque os materiais e os prédios foram estragados pelos grupos pró Indonésia. Por isso, a atividade da educação foi reativada numa condição muito miserável. De acordo com os relatórios das agências internacionais UNDP (2002;p. 52 – 53) sobre o desenvolvimento humano de Timor-Leste, pode-se constatar os seguintes fatos:

“a violência de Setembro de 1999 terá destruído parcial ou totalmente 80% a 90% dos edifícios e outras infraestruturas escolares.

O sistema educacional estava comprometido e paralisado (ONU, 2000), assim a UNTAET lançou os programas de recuperação do sistema educativa do país. A (United Nation International Education Children Fund) UNICEF ficou encarregada da restauração imediata dos edifícios, dos serviços educacionais considerados como principais prioridades, bem como, introduzir as crianças para escola e recrutar os funcionários.”

Os resultados de pesquisas feitas pela ONU e ONGs internacionais mostram que as condições das escolas, naquele tempo, não eram favoráveis para reativar a atividade escolar. Em 2000 com o esforço das comunidades, igreja, organizações internacionais e ONGs, foi reativado o sistema educativo, numa situação muito difícil.

Para reativar as escolas em Timor-Leste foi preciso, também, reconstruir os edifícios que foram estragados, adquirir materiais didáticos, pois os anteriores tinham sido saqueados, e recrutar os professores, de forma a poderem suportar o andamento dos programas de aprendizagem nas escolas. Segundo José A. Pacheco, José C. Morgado, Maria A. Flores e Rui V. de Castro (2009) o movimento de reconstrução e reforma que entretanto se iniciou procurava, essencialmente cumprir três finalidades: (i) reabilitar e reabrir as escolas; (ii) recrutar novos professores; (iii) substituir o currículo indonésio por um currículo mais significativo e mais consonante com os propósitos da nova Nação e com os desafios que mais recentemente se têm colocado aos sistemas educativos, em geral.

2.5. As três fases do processo educativa em Timor-Leste.

2.5.1. A educação no período colonização português

O ensino em Timor – Leste, foi introduzido pelos portugueses, com a entrada dos primeiros missionários na ilha de Timor, e através dos serviços de missionários. Segundo D. Carlos Filipe Ximenes Belo (2008):

“Na ilha de Timor, onde a presença dominicana se fez sentir com maior intensidade, abriram-se escolas rudimentares nos reinos, juntos das capelas e igrejas, que não eram se não barracões coberto com colmos de palmeiras ou coqueiros ou de capim. Na

segunda metade do século XVIII, fundou-se o primeiro seminário em Oe-cusse, durante o governo do bispo frei António de Castro (1738-42)”.

Depois de criarem a escola em Oe-cusse, os missionários começaram a alargar a sua missão, fundando mais uma escola em Manatuto, em 1747. A educação desenvolveu-se lentamente, através da ação dos missionários, sendo as escolas fundadas naquele momento apenas para gente escolhida, como revelou D. Carlos Ximenes Belo (2008) “Em 1863, o governador Afonso de Castro fundou uma escola régia em Díli, destinada aos filhos dos chefes e de principais.” Depois de ocorrer o processo de andamento da educação fundado pelos missionários, Afonso também criou outra escola para gente escolhida. A educação era, portanto, racial, criando diferenças entre os timorenses. Por isso, os missionários começaram a pensar em desenvolver mais as escolas, para que todos os membros da sociedade pudessem ter acesso à educação. Em todo o território, os missionários identificaram escolas para serem criadas, porque a educação não poderia ser só para pessoas escolhidas. De facto, toda a sociedade precisava de aprender e saber como escrever e ler, como é que podia desenvolver a sua vida através dos conhecimentos. Como escreve D. Carlos Filipe Ximenes Belo:

“ O grande desenvolvimento das escolas das missões deu-se em 1878, quando o padre António Joaquim de Medeiros, mais tarde Bispo de Macau, estabeleceu o programa de educação da juventude timorense com a abertura de escolas rurais em Manatuto, Lacló, Lacluta, Samoro, Oecuse, Maubara, Baucau, entre outros.” “.....a escola de preparação de professores -catequistas. Os timorenses que tinham sido aprovados nessa escola depois de serem nomeados professores, foram colocados em diversas estações missionárias, tornando-se agentes principais do ensino da língua portuguesa nas aldeias e nos sucos.”(Belo,2008)

Depois disso, os missionários começaram com o seu programa de criação das escolas para a juventude timorense. A educação também começou a evoluir continuamente, havendo algumas mudanças, mas sempre com o controlo dos missionários. A partir dos anos de 1960 em diante, a educação passou a ser mais desenvolvida, e começaram a criar-se escolas para um nível escolar mais elevado, como o Liceu, o ensino secundário, a escola de professores do posto, enfermagem, entre outras.

2.5.2. A educação no período ocupação indonésia.

Na fase da ocupação Indonésia, entre 1976 a 1999, foi reativada a atividade das escolas, sendo seguido o currículo indonésio. Em 1978, os militares indonésios já controlavam todo o território de Timor-Leste e, em 1979, os programas educativos começaram em todo o território. As escolas que funcionavam nos subdistritos eram do ensino primário (Sekolah Dasar). Em 1983, as escolas nos subdistritos já lecionavam o ensino pré-secundário, e nos distritos e na capital da cidade, começaram a ter uma formação de professores (SPG) e uma escola técnica (SMEA). Em 1984 e 1985, criaram-se escolas do ensino secundário em 13 distritos. Timor-Leste era a 27ª província da indonésia, e o senhor Mário Viegas Carrascalão era o seu governador e, ao mesmo tempo fundador da *Universitas Timor-Timur* (UNTIM) em 1986. Além disso, nos anos seguintes o Estado criou outras instituições de nível superior, destinadas, especificamente, à formação dos professores do ensino básico (PGSD); Engenharia (POLITEKNIK) e a igreja também criou instituições de ensino superior para a formação de professores da catequese (IPI). Durante os 24 anos da ocupação indonésia, o sistema educativo funcionou até ao nível de aldeia e nos distritos havia as escolas em nível de ensino secundário (SMA), técnico vocacional composto por escola de economia (SMEA), escola técnica (STM), e a escola de formação de hotelaria e costureiro (SMKK) e formação de professores (SPG), escolas de agricultura (SPP), entre outros.

2.5.3. A educação após a independência.

O sistema educativo na fase de Timor-Leste pós-independência decorreu em duas fases: primeiro o período de UNTAET (United Nations Transition Administration in East Timor) de 1999 a 2002. Este foi um período difícil para Timor-Leste, porque teve de se recomençar a atividade educativa do zero. Naquele tempo, os materiais didáticos e os prédios das escolas foram destruídos pelos grupos pró autonomia e, para além disso, não havia professores, porque na ocupação indonésia a maioria dos professores que ensinavam eram cidadãos indonésios. Por isso, em 1999, por causa da violência que se sentia em Timor-Leste, os professores regressaram todos para a Indonésia. Para resolver esta situação, os timorenses que já tinham concluído os seus cursos, mas sem conhecimentos específicos, desempenhavam as suas

funções como professores, para ensinar as crianças que estavam prontas para entrar nas escolas.

Quando a atividade das escolas foi reativada, introduziu-se a língua portuguesa, começando com as escolas básicas. Verificou-se que os professores que estavam a ensinar nas escolas básicas não tinham tantas dificuldades, porque a maior parte deles já tinha um certo domínio da língua portuguesa, isto é, alguns tinham sido professores antigos ou ex-professores, no tempo português. Esta situação encontrava-se só no centro da cidade como em Díli e Baucau mas nas aldeias ou nas áreas remotas, a dificuldade de ensinar em língua portuguesa ainda continuava a existir, porque os professores eram formados, na sua maioria, na língua do invasor. Os professores que ensinavam nas escolas pré-secundárias e secundária, além da dificuldade da língua, não tinham conhecimento sobre o planeamento de aulas. Para resolver esta situação, o Ministério da Educação através da sua cooperação com Governo de Portugal e do Brasil apoiou a formação dos professores timorenses.

Em 2002, a atividade educativa já se verificava em todo o território de Timor-Leste, e os docentes do ensino básico já estavam a começar a sua formação da língua portuguesa. Além disso, no processo de aprendizagem nas escolas básicas já se tinha começado a utilizar a língua portuguesa, para lecionar na sala de aula, porque os docentes no nível de básico tinham a base de preparação, no que concerne aos materiais didáticos e ao conhecimento pedagógico. Mesmo assim observava-se que os recursos que estavam preparados pelo Ministério da Educação, na altura, ainda não era suficientes para responder às necessidades educativas em todo o território, sendo, ainda, necessário garantir mais formação para os docentes.

Os docentes do ensino superior começavam a sua formação indo para os países da língua portuguesa como em Portugal e no Brasil. Este programa, foi começando pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e a qual começou com a cooperação com as universidades públicas em Portugal e no Brasil.

2.6. O sistema educativa Timor-Leste

O sistema de ensino timorense tem sofrido reestruturações materiais e administrativas desde 1999. No início de 2000, quando a atividade educativa recomeçou, introduziu-se a língua portuguesa no currículo do ensino básico, deixando-se o método e prática da indonésia. Esta mudança começou no ensino básico. Para o ensino pré-secundário e secundário ainda

continuavam a utilizar a língua indonésia para ensinar na sala de aula, devido ao facto de ainda não terem materiais didáticos em língua portuguesa. Depois de algum tempo, foi implementado o currículo de ensino em língua portuguesa ao nível do ensino pré-secundário e secundário e o ensino superior, especificamente no departamento de Língua Portuguesa na UNTL.

2.6.1. Do nível de ensino básico ao nível de ensino superior.

O atual sistema de ensino divide-se em quatro níveis de escolaridade:

- ❖ O nível do ensino primário, que é composto por seis anos;
- ❖ O nível do ensino pré – secundário, composto por três anos;
- ❖ O nível do ensino secundário, também constituído por três anos.
- ❖ O nível do ensino superior, no qual a duração do estudo depende do grau de licenciatura mínima de 4 anos e diploma II 2 anos e diploma III 3 anos.

É assim que funciona a atividade educativa no território de Timor-Leste. Mas na governação do IV Governo constitucional através do Ministério da Educação, traçou-se, em 2008, um novo plano para criar um novo sistema de nove anos de escolaridade através da lei de bases da educação. E este nível de estudo é obrigatório e gratuito para todos os cidadãos, em todo o território de Timor-Leste. Como menciona a lei de base da educação no seu preâmbulo:

“A consagração da universalização do ensino básico de nove anos de escolaridade obrigatório e gratuito, o reforço da garantia da igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolares e a previsão de medidas destinadas a proporcionar uma escolaridade efetiva a todos os cidadãos assente em padrões de qualidade, são marcos importantes desta lei.”

Também foi criado um currículo bilingue, em português e tétum, para o ensino básico, mas para o ensino secundário e o ensino superior ainda está a preparar-se esse currículo, e também os docentes. Atualmente os professores do ensino secundário já estão a utilizar os materiais didáticos em língua portuguesa para lecionarem na sala de aula.

Uma outra dificuldade verificada prende-se com o facto de os materiais estarem em língua portuguesa, mas os professores os explicarem em língua tétum, o que faz com que os alunos fiquem confusos, porque eles não assimilam bem as matérias. As

dificuldades redobram com as matérias das áreas das ciências sociais, que precisam de ser analisadas e desenvolvidas a partir daquilo que se está a estudar. Esta dificuldade não só acontece com alunos, mas com os professores também. Pois têm dificuldades em explicar a matéria, detalhadamente, aos alunos, porque a língua portuguesa que eles aprenderam ainda não é suficiente para compreender a ciência que lecionam e também porque os professores utilizam a língua portuguesa somente na sala de formação ou na escola. Quando voltam para casa não praticam e não comunicam com outras pessoas em língua portuguesa. Para evitar esta situação precisamos criar outra alternativa para motivar os professores e os alunos, para estes terem vontade para aprender e, além disso, o próprio professor também tem que ter uma iniciativa própria para motivar os estudantes. A maior parte dos professores já frequentam vários níveis do curso da língua portuguesa, só faltando a vontade para a praticar.

2.6.2. O Ensino Superior.

Além do ensino básico e do ensino secundário, em Timor-Leste também já existe o nível de ensino superior. A duração do estudo nas universidades que estão a funcionar em Timor-Leste varia, dependendo da situação que existe em cada universidade, porque ainda não há nenhum regulamento específico que trata sobre o limite de estudo nas universidades. Ou seja, as universidades que existem, na maior parte, ainda não têm recursos que favorecem a qualidade e, particularmente, para ser uma instituição de nível superior de qualidade.

A política nacional da educação e da cultura 2006/2010 também está a falar sobre o processo de tratar o ensino superior para podemos reconhecer a qualidade do ensino que existe em Timor-Leste. Embora haja algumas instituições que já oferecem educação técnica e superior de qualidade apropriada, ainda precisam de uma regulamentação para tratar a qualidade. Agora, com a política da educação, de atribuir acreditação a instituições do ensino superior, pretende-se ajudar as universidades a melhorar a sua qualidade de ensino. Pretende-se, também, criar regras que estabelecem o limite de anos de estudo para os seus estudantes, dependendo do curso que estão a frequentar.

Agora em Timor-Leste existem 3 universidades, nomeadamente Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL), Universidade da paz (UnPaz), Universidade de Dili (UnDil) e 5 institutos como os seguintes: ICR, Instituto DIT, IOB, Instituto Informática de Canossiana e Instituto

KRISTAL. Entre estas instituições do ensino superior, a UNTL já conseguiu a acreditação, sendo a única instituição de ensino superior público que existe em Timor-Leste. É a UNTL que também faz a cooperação com o Governo de Portugal e o Governo do Brasil para a formação dos recursos humanos, não só em termos de conhecimento da ciência, mas também para melhorar o conhecimento da língua portuguesa. Neste momento, a Universidade também já enviou muitos docentes para estudar em Portugal, nas diversas universidades públicas, entre elas, a Universidade do Minho. As cooperações criadas entre a Universidade Nacional Timor Lorosa'e e outras partes contam com a cooperação do IPAD e de universidades públicas de Portugal. Através dessas cooperações, alguns docentes já concluíram os seus estudos e já regressaram para Timor, mas ainda há um grande número que neste momento está a estudar cá em Portugal.

2.7. A formação de recursos humanos na docência.

2.7.1. A Formação

A formação é um acto de formar e construir. Trata-se de uma forma de ação para alinhar, exercitar e capacitar os recursos humanos. É através da formação que as pessoas aumentam os seus conhecimentos nas suas áreas de especialização, desempenhando, desta forma, profissionalmente as suas profissões. Segundo Miguel Pina e Cunha et al (2010:382)

“ a formação é um processo, seja ele formal ou informal, planeado ou não planeado, através do qual as pessoas aprendam novos conhecimentos, capacidades atitudes e comportamentos relevantes para a realização do seu trabalho”.

Na perspetiva da formação de professores, nomeadamente, a formação contínua para professores de ensino superior em Timor-Leste, o objetivo consiste em inserir novas metodologias de ensino e colocar os profissionais em contexto de adaptação da nova situação real, isto é, com a intenção de fazer mudanças necessárias que contribuem para a melhoria da ação pedagógica na escola e, conseqüentemente, na educação. Ou seja, a formação também é para responder à exigência de mudança no sistema educativo e evolução do conhecimento da tecnologia que ocorreu na educação. Os professores universitários, recentemente, são exigidos para desenvolver mais os seus conhecimentos e capacidades pedagógicas através de uma formação específica, podendo, assim, aumentar as suas capacidades e conhecimentos para

responderem às necessidades do ensino universitário. Assim, esses professores universitários estão conscientes do seu papel no ensino superior, exigido para a capacitação específica e competência pedagógica. Com base numa entrevista com o professor catedrático António Nóvoa, realizada em 18 de Abril de 2000, pelas professoras Miriam Celi Pimentel P. Foresti e Maria L.T. Perreira sobre “universidade e formação docentes”, o entrevistado salientou que “ hoje o conhecimento não está só na universidade”. Realmente, hoje em dia o conhecimento não se realiza apenas na universidade. Mas o conhecimento, nos nossos dias, existe também na internet e esta situação já é uma enorme mudança para o ensino universitário. Mesmo que a universidade do século passado e a universidade de hoje ainda continuem iguais, em termos de processo de transferência de conhecimento aos estudantes já é diferente. Porque a aquisição de conhecimentos pode ter o acesso na internet, ou seja, os estudantes podem ter acesso ao desenvolvimento intelectual e pedagógico não só na sala de aula, podendo também adquirir conhecimentos na internet. Segundo João Formosinho (2001)

“Considerando que a profissionalidade docente se sustenta na formação científica e cultural, bem como na construção dum sólido domínio do saber pedagógico, então caberá às instituições de formação a responsabilidade de serem exigentes na qualidade dessa profissionalização, reconhecendo que os adultos são aprendizes ao longo de todo o seu ciclo de vida, promovendo o seu desenvolvimento pessoal e profissional, tornando-os especialistas na área do saber mas simultaneamente agentes de desenvolvimento humano.” (apud: Ivone Neves, 2007:80).

Conforme António Nóvoa (2000:130) “.....ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar , e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser.”

A formação contínua para os docentes do ensino superior, que está a decorrer no ensino universitário, principalmente na UNTL, é uma formação que se focaliza no plano educacional de ensino superior para elevar a capacidade de conhecimentos científicos, pedagógicos e aperfeiçoar a língua portuguesa dos docentes. Na realidade, a maioria dos docentes que estavam a desempenhar as suas funções como docentes na UNTL eram formados apenas no nível de licenciatura e também formados em língua malaia. Por isso ainda não podem preencher o critério para serem docentes no ensino universitário. Além de não possuírem a equivalência

literária superior, não dominam também a língua portuguesa. Pois são obrigados a dominar a língua portuguesa porque é a língua oficial e língua de instrução para lecionar na sala de aula.

O programa de formação de recursos humanos dos docentes universitários, através da cooperação dos Governos de Portugal e de Timor-Leste, principalmente as Universidades públicas em Portugal com a Universidade Nacional Timor-Lorosa'e focaliza-se ao aperfeiçoamento da língua portuguesa e a capacitação profissional. Um dos objetivos do plano da UNTL para esta formação é capacitar os docentes que estudam em Portugal e no Brasil, de modo a que além de terem conhecimentos em ciência, eles também possam aperfeiçoar a língua portuguesa no país onde estão a estudar. Desta forma, quando os docentes concluírem os seus cursos, já compreenderão melhor a língua portuguesa, podendo, assim, lecionar nesta língua. Procura-se, assim, responder ao plano da universidade que está mencionado no relatório anual da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (2011) “ promoção de atividades de cooperação com os países de língua oficial portuguesa, nos domínios da investigação e da formação os de recursos humanos, recorrendo a formatos pedagógicos mista de ensino, presencial e à distância.” (2011:26).

2.7.2. A formação dos docentes

A educação e a formação são as chaves para melhorar as oportunidades de vida dos povos e para os ajudar a concretizar o seu potencial. São, portanto, fatores vitais para o crescimento e desenvolvimento económico de qualquer país, como é o caso de Timor-Leste. Agapito da Costa Jerónimo escreveu que (2011:25)

“ o governo timorense tem apostado nos aspetos fundamentais neste sector como a reconstrução e construção das infraestruturas da educação, o reforço da capacidade institucional, o melhoramento do sistema educativo – quer no desenvolvimento curricular quer no recrutamento e formação dos professores competentes, protagonistas e indispensáveis para um ensino de qualidade –, investindo no capital human”.

De facto, o governo de Timor-Leste pretende garantir uma educação de qualidade para que se possa assegurar o desenvolvimento do país. Para isso, o Governo considera que a UNTL, como universidade pública, deve contribuir para o processo de desenvolvimento de recursos humanos, em todas as áreas.

Uma vez que o Estado financia 90% da atividade desta universidade, pode interferir na sua gestão. Assim, irá ter uma participação ativa na situação da educação em Timor-Leste que, neste momento, ainda enfrenta dificuldades no que respeita à formação dos recursos humanos. Na verdade, em Timor-Leste, durante os 24 anos da ocupação indonésia, a maioria dos docentes era da Indonésia, verificando-se, aquando do referendo de 1999, o regresso da globalidade destes profissionais ao seu país de origem.

Para resolver esta situação, o governo teve de recrutar os timorenses que se formaram durante a ocupação indonésia. Todavia, a maior parte destes ainda não possui os necessários conhecimentos sobre o currículo escolar. Na verdade, estes professores foram recrutados pelo UNTET onde, na altura, o recrutamento ainda não se baseava na área de estudo dos formados. Contudo, a necessidade emergente de preencher vagas tornou necessário recorrer à contribuição destes docentes.

Esta é a razão pela qual o Governo tem contratado docentes timorenses, já formados ou que ainda estão a estudar na universidade, para que possam dar a sua contribuição na área da educação, isto é, para ensinar. Deste modo, o Estado pretende contribuir para a capacitação destes professores, o que faz com que sejam criadas oportunidades para que frequentem as formações. Jerónimo afirmou que (2011: 53),

“(...)os governos esforçaram-se por criar condições para qualificar e requalificar professores em exercício, lançando vários programas de formação: Curso Reintrodução e Consolidação da Língua Portuguesa que ultimamente insere-se nos Cursos Intensivos Periódicos e Ensino do Português Instrumental, PROFE, e o Curso de Bacharelato.”

As formações que estão a ser promovidas pelo Governo têm o objetivo de dar aos professores a oportunidade de melhorarem a qualidade dos seus conhecimentos sobre a língua portuguesa, bem como sobre as suas áreas de ensino, desde o ensino básico ao ensino superior. O programa de formação é realizado através da cooperação entre o Governo de Timor-Leste e dos países de língua portuguesa particularmente Portugal e o Brasil, sendo dada formação aos professores em todo o território de Timor-Leste. Este programa teve início antes da restauração da independência, em 2002.

A oportunidade que o Governo timorense dá aos docentes, para poderem participar em formações, é uma forma de contribuir para a melhoria dos recursos humanos do país, na área respetiva dos diferentes docentes envolvidos. De facto, segundo a Lei de Bases da Educação,

nomeadamente o artigo primeiro, (2008:1), “ Compete ao estado assegurar a disponibilidade de docentes com a formação qualificada adequada e demais recursos humanos, bem como das infraestruturas e meios financeiros necessários com vista a garantir uma educação de qualidade.”

A formação promovida pelo Governo foca-se sempre na aprendizagem da língua, principalmente do português. Efetivamente, para os timorenses, particularmente para os docentes, a língua portuguesa desempenha um papel fundamental, daí a necessidade de procurar todos os meios de apoio para os motivar a aprender e a aperfeiçoar os seus saberes sobre a língua. Como revelou o Ministro da Educação de Timor-Leste quando esteve a assinar um acordo de cooperação com o Senhor Secretário de Estado Português da Cooperação (2010):

Dos 12 mil professores em Timor apenas uma minoria usa a língua portuguesa. É aqui que o Ministro considera existir a maior dificuldade. «Devo dizer que 85% dos nossos professores ainda precisam de uma nova requalificação e formação mais intensa. E na questão da língua portuguesa, esses 85% ainda estão na fase inicial da aprendizagem da língua portuguesa. Portanto, o Governo em conjunto com a ‘Cooperação Portuguesa’ está a investir muito fortemente na formação e requalificação desses professores para que nos próximos três a cinco anos possam usar a língua portuguesa como língua de ensino.

Além disso, para a formação dos docentes em língua portuguesa também será necessário criar um curso específico para cada área de ensino, porque os agentes não precisam apenas de aprender o português, mas, igualmente, de aumentar o seu conhecimento noutras áreas de conhecimento. Para isso, no ano de 2008, o Ministério da Educação realizou uma ação de formação para professores, que teve lugar entre os dias 12 a 30 de Abril, no sentido de melhorar a sua capacidade pedagógica e técnica. Em particular até ao fim do ano 2008, o Ministério tinha definido a realização de mais duas ações de formação semelhantes.

Esta formação, criada em 2008, consistiu num curso intensivo na época de feriados. Mas além deste tipo de formação, ainda existe outro, mais efetivo, para possibilitar que os formandos adquiram mais conhecimentos sobre a língua e a ciência. Trata-se de um curso que equivale ao Bacharelato, porque os formandos que frequentam este nível de formação já frequentaram outros, tais como, o nível básico, nível I, nível II e nível de preparação, equivalente ao Bacharelato. O curso referido vai ser uma ajuda para os formandos, principalmente para os que ensinam no ensino básico, no secundário. Mariette Bolina afirmou que (2005:187),

“ (...) o Ministério da Educação Cultura Juventude e Desporto de Timor-Leste e Governo Português, através dos Serviços de Educação da sua Embaixada em Dili, desenvolvem presentemente em todos os 13 distritos do país um programa de formação de professores, em serviço localmente designado por “bacharelato”, que é precedido por um curso de língua portuguesa.”

A formação para os professores foi criada pelo Ministério da Educação em 13 distritos, com o objetivo de poder facilitar o acesso dos que estão a ensinar nas aldeias ou nos sub distritos. Segundo a Lei de Bases da educação, designadamente o artigo 5 (2008):

“ Desenvolver em cada indivíduo a capacidade para o trabalho e proporcionar-lhe, com base numa sólida formação geral, uma formação específica que lhe permita, com as competências na área da sociedade do conhecimento e com iniciativa, ocupar um justo lugar na vida ativa, prestando o seu contributo para o progresso da sociedade, em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação.”

Em consonância com a formação dos docentes, principalmente em língua portuguesa que ocorreu ao nível do ensino superior é, neste momento, uma prioridade na Universidade Nacional Timor Lorosa'e. A universidade, no seu plano curricular para o ano letivo de 2012 e 2013, estabelece que todas as faculdades irão lecionar em língua portuguesa. Paralelamente, observa-se que esta é a única universidade pública que existe em Timor-Leste indicada pelo governo para a formação dos seus recursos humanos, dos docentes e funcionários, para a realização deste programa. Por isso, a universidade dá prioridade para a capacitação dos seus docentes e funcionários, para responder às exigências educativas no nível de ensino superior. Bolina (2005) afirma que

“ (...) a intenção de se prepararem os atuais docentes da UNTL, que ministram aulas em “bahasa indonésia”, ou língua malaia, para enfrentarem a futura realidade linguística, prevê-se a ida de alguns deles para Portugal com o fim de aperfeiçoamento a língua portuguesa e, simultaneamente, desenvolverem novas competências académicas e profissionais, através de curso de Mestrado e/ou Doutoramentos.”

Desta forma, a Universidade Nacional Timor Lorosa'e, neste momento, possibilita que os seus docentes estudem nas universidades públicas em Portugal (projeto que é financiado pelo

Governo), particularmente na Universidade do Minho, onde frequentam cursos de mestrado e de doutoramentos e onde, além disso, aprendem e aperfeiçoam a língua portuguesa.

Segundo a Lei de Bases da Educação, designadamente o artigo 7(5), “a formação profissional prossegue ações destinadas à integração ou ao desenvolvimento profissional dinâmico, pela aquisição ou aprofundamento de conhecimentos e de competências necessárias ao desempenho profissional específico.”

Por esta razão a UNTL, como única universidade pública, tem a obrigação de implementar o programa do Governo, de reintrodução da língua portuguesa no processo de aprendizagem no ensino superior. Este programa está a ser realizado como uma continuação do projeto de reintrodução do português desde o ensino básico ao secundário.

O Governo, através do Ministério da Educação, deu apoio financeiro à Universidade Nacional Timor Lorosa e para capacitar os seus docentes em língua portuguesa, permitindo-lhes estudar ou ter formação fora de Timor-Leste, nomeadamente em Portugal e no Brasil. Assim, os docentes estarão num ambiente mais favorável ao aperfeiçoamento da língua. Estes profissionais irão, desta forma, contribuir para a implementação do programa do Governo de utilização da língua portuguesa no ensino superior, e também para incrementar e elevar a qualidade da universidade.

Os docentes que vieram estudar para Portugal concentraram-se na Universidade do Minho para frequentar o curso intensivo de língua portuguesa, durante três meses. A formação que foi realizada em 2010, tinha o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da língua portuguesa, para que, aquando do regresso a Timor, os docentes a pudessem utilizar como língua de lecionação.

De facto, a formação dos docentes da UNTL em Portugal e no Brasil, está relacionada com a política e com o objetivo da universidade no processo de preparação e capacitação dos docentes do ensino superior, pois pretende-se atingir uma qualidade elevada na educação universitária. A formação tem, ainda, outras funcionalidades, nomeadamente a formação de especialistas, mestres e doutores, para que se possa incentivar e valorizar o seu conhecimento no serviço académico de pesquisa educacional, e no magistério de recursos humanos de alto nível, para promover e fortalecer a utilização da língua portuguesa por parte dos estudantes. Duarte Nuno de Castro Meneses escreveu que (2008:89), “os responsáveis desta universidade pretendem que a língua portuguesa seja utilizada em todos os seus cursos regulares (principalmente na Faculdade de Educação) antes do ano letivo de 2010/2011.” Assim, a

Universidade Nacional Timor Lorosa´e está a preparar as condições para responder a este processo que estará concluído no ensino secundário, neste ano letivo de 2012. O programa de formação dos educadores baseia-se na Lei de Bases da Educação, (2008), designadamente no artigo 7, segundo o qual

“formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em sectores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade timorense, e colaborar na sua formação contínua. Continuar a formação cultural e profissional dos cidadãos, pela promoção de formas adequadas de extensão cultural.”

Falar sobre a formação dos educadores implica ter em conta o processo de capacitação dos docentes em termos do aumento dos seus conhecimentos e das suas competências profissionais, ou seja, pretende-se preparar um preceptor de qualidade apto para desempenhar a sua função com responsabilidade. Deverá ser um educador na verdadeira conceção da palavra, pronto para acompanhar as demandas exigidas. Na preparação dos docentes é necessário que haja talento para que se possa responder às exigências de competitividade e da qualidade do ensino. Segundo Guarcira Lopes Louro (1997),

“(...) à medida em que a instituição se tornava um espaço de formação privilegiado, tudo o que se passava no seu interior ganhava importância. Outros modos de educação e de aprendizagem continuaram a existir, é claro, mas as sociedades modernas ocidentais passavam a colocar a escolarização – uma atenção especial. Isso representou não apenas olhar para as crianças e jovens e pensar sobre as formas de discipliná-los, mas também observar – e disciplinar – aqueles que deveriam “fazer” a formação, ou seja, os professores”.(Apud: Neuenfeldt (s/d))

Os docentes necessitam de formação em termos de capacitação e de qualificação dos seus conhecimentos, ao nível da aprendizagem, para poderem dar a sua contribuição nas instituições onde estão a trabalhar. Isto é, devem conseguir suportar o processo de desenvolvimento da instituição tendo em vista um aumento da qualidade dos recursos humanos em termos de preparação ou qualificação. Deste modo, a formação dos professores que atuam na Universidade Nacional Timor Lorosa´e constitui-se como uma preocupação atual. Na verdade, estes têm demonstrado, na prática, uma falta de preparação no processo de formação profissional, pelo que é necessário haver uma formação específica. No caso concreto da

educação, os docentes são os responsáveis pela formação dos futuros professores, o que representa um compromisso e uma responsabilidade direta sobre a qualidade da educação.

2.7.3. A legislação referente à formação

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste é a principal referência para o funcionamento de várias atividades do Estado, nomeadamente da educação. Para isso, neste documento é garantido o direito dos cidadãos à educação e à formação, o que está designado no artigo 59,

“ Todos têm direito a igualdade de oportunidades de ensino e formação profissional,” “O estado deve garantir a todos os cidadãos, segundo as suas capacidades, o acesso aos graus mais elevados do ensino, da investigação científica e da criação artística”.

O Estado considera que a educação e a formação são fatores importantes para desenvolver o conhecimento e a capacidade de cada pessoa. Para isso, tem a obrigação de garantir o direito dos cidadãos à educação e à formação. De facto, através da educação os cidadãos poderão desenvolver o seu futuro e dar a sua contribuição para o desenvolvimento do país. Renato Silva (2002), afirmou que:

“ a educação está situada na coração do desenvolvimento do ser humano, fazendo frutificar os seus talentos e potencialidades criativas, o que implica a capacidade de cada um em responsabilizar pela realização do seu projeto pessoal.” (apud Moraes e Theóphilo, s/d. 3). ”

A Constituição da República Democrática de Timor-Leste é o primeiro documento oficial a fazer referência à educação superior. Os objetivos do ensino superior são, portanto, mencionados na Lei de Bases da Educação (2008) designadamente no artigo 17, (“ Âmbito e objetivos”). Nesta Lei indica-se que o principal objetivo do ensino superior é, efetivamente, o de dar oportunidade a todos os cidadãos, particularmente, aos estudantes que frequentam o ensino superior, para terem formação e, assim, capacitação em áreas diferentes e, daí que entre outros vão participar no processo do desenvolvimento da sua sociedade. Além disso, a universidade também deve contribuir para o desenvolvimento na área das pesquisas e na área da investigação (tendo em vista o progresso da ciência e da tecnologia). Deverá, igualmente, promover a divulgação do conhecimento científico na área das humanidades e da arte.

No entanto, os recursos humanos na área do ensino superior, ainda não são suficientes para que se consigam atingir os objetivos referenciados na Lei de Bases da Educação. Na verdade, ainda precisamos de uma formação adequada, ou seja, uma formação não só para a capacitação científica e pedagógica mas também para aperfeiçoamento da língua portuguesa. Entende-se, desta forma, que vão ajudar os docentes e os funcionários no processo de desempenhar as suas tarefas académicas. A verdade é que a maior parte dos docentes e dos funcionários ainda não possuem conhecimentos suficientes e ainda não aperfeiçoam bem a língua oficial que é a língua portuguesa para a implementação no terreno.

Este é um desafio que os docentes enfrentam. É igualmente uma exigência importante para a universidade, que tem de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no ensino superior. Para poder lidar com as dificuldades que existem, a universidade começou a melhorar os seus recursos, designadamente em relação aos docentes, possibilitando-lhes dispor de um período de estudo no estrangeiro, particularmente em Portugal e no Brasil.

Para além disso, a lei que regula a problemática das carreiras foi aprovada, começando a ser implementada no corrente ano de 2012, tendo-se iniciado uma atuação efetiva ao nível do desenvolvimento de algumas infraestruturas. Espera-se que estas atividades possam contribuir para uma mudança significativa na UNTL.

É de todo o interesse realçar que os desenvolvimentos da UNTL, no que respeita às infra-estruturas e à formação dos seus recursos humanos, estão a ser financiados pelo Governo. Segundo o Decreto da Lei Orgânica do Ministério da Educação (2010:4) designadamente o artigo 7, “A Universidade Nacional Timor Lorosa’e (UNTL) é o estabelecimento público de ensino universitário, dotado de autonomia administrativa, científica e pedagógica, sob tutela e superintendência do Ministério da Educação.”

A Universidade Nacional de Timor Lorosa’e (UNTL) foi criada em 2000, por iniciativa dos ex-estudantes da UnTim e do Politécnico, bem como de ex-docentes, que se esforçaram para desenvolver os estabelecimentos de ensino superior existentes na altura. Esta universidade funciona com o objetivo de responder a vários desafios e exigências que foram colocados ao ensino superior em Timor-Leste, logo após o histórico referendo de 1999. De facto, na altura grande número de alunos terminou os seus estudos no ensino secundário, ex-estudantes da UnTim, e outros jovens que estiveram a estudar na Indonésia, em 1999, regressaram a Timor-Leste, pretendendo continuar os seus estudos na UNTL. Assim, a Universidade Nacional Timor Lorosa’e teve de reativar a sua atividade em situação emergente, baseando-se num estatuto

legal próprio, juridicamente válido. O Ministro da Educação, João Caniço Freitas, no seu discurso sobre o estatuto da Universidade Nacional Timor Lorosa'e afirmou que,

“a Universidade Nacional de Timor Lorosa'e (UNTL) foi criada em 2000, por iniciativa dos ex-docentes dos estabelecimentos de ensino superior existentes na altura, com o apoio da UNTAET. A Instituição tem estado a funcionar ao longo destes anos sem estatuto legal próprio, juridicamente válido”.

Quando se iniciou a atividade, a instituição começou a cooperar com vários países, tais como Portugal e o Brasil. A cooperação destinava-se ao desenvolvimento do ensino superior, nomeadamente da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, conforme o memorando e o entendimento (28 de Julho de 2011) entre a Universidade Nacional Timor Lorosa'e, o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho do Laboratório Associados de Portugal

“Considerando que o Programa de Cooperação do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP)/ Fundação das Universidades Portuguesas (FUP), em vigor desde 2001, tem procurado dar resposta às necessidades identificadas pelo Governo Timorense em áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento do país, nomeadamente na capacitação da Universidade Nacional de Timor Lorosa'e”.

Através dos apoios existentes pretende-se proporcionar o desenvolvimento da Universidade Nacional Timor Lorosa'e para que se possam alcançar os objetivos pretendidos, nomeadamente no que respeita à formação e à capacitação dos docentes. Deste modo, a universidade vai poder contribuir, através do seu trabalho académico, para a qualificação e para o desenvolvimento do ensino superior no futuro. Segundo a Lei Orgânica do Ministério da Educação (2010:4) designadamente o artigo 9,

“ o Instituto nacional de Formação e Profissional de Educação, abreviadamente INFORDOFE é um estabelecimento público dotado de autonomia administrativa e científica, sob a tutela e superintendência do Ministério da Educação, com a competência de promover a formação profissional do pessoal docentes e dos funcionários não docentes do sistema educativo.”

Para isso, a universidade também precisa de garantir a sua legalidade no quadro do ensino superior do país. Através da Lei de Bases da Educação, que foi aprovada em 2008 estabelece-se a Universidade Nacional Timor Lorosa'e como uma universidade pública com

autonomia administrativa, patrimonial, científica e pedagógica, mas com o controlo do Governo. É este o Decreto-lei que também vai conferir inteiros poderes à UNTL para poder evoluir como uma Instituição de Ensino Superior, nacional e de alto nível. Por outro lado, o diploma dará à UNTL autonomia estatutária para conduzir as transações científicas, educacionais, administrativas, financeiras, disciplinares e de propriedade, sujeitas às fronteiras delimitadas pelas leis do Estado. Para isso, a UNTL, na sua organização e funcionamento, tem de se remeter ao seu Decreto-Lei próprio.

A lei da carreira docente, tal como se referiu anteriormente, aprovada em 2011, também garante o desenvolvimento da universidade, no sentido de a tornar uma Universidade Nacional de qualidade. Pretende-se formar pessoas graduadas prontas para competirem no mercado trabalho. De facto, a aprovação do referido diploma representa um progresso assinalável na prossecução das medidas necessárias para a dignificação da carreira docente, para a melhor gestão dos recursos humanos existentes, para a qualificação técnica e pedagógica da classe e para o sucesso escolar dos alunos.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo será descrita a metodologia utilizada na elaboração deste trabalho. A metodologia é uma ferramenta de clarificação da forma da estrutura de um trabalho. É através desta que se poderá clarificar bem sobre o método que se vai utilizar para descrever a pesquisa. Os passos que replicam sobre o estudo são os seguintes:

3.1. Pesquisa

A pesquisa foi feita após revisão de literatura sobre a fase de existência da língua portuguesa em Timor-Leste e sobre o processo de reiniciação da atividade educativa, relacionado com a formação dos recursos humanos na área dos docentes. O alvo da pesquisa são os docentes UNTL que neste momento estão a estudar na Universidade do Minho bem como os restantes que já concluíram os seus estudos e já regressaram para Timor-Leste. De acordo com Lakatos (1988) “metodologia é um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança da economia, permite alcançar os objetivos - conhecimentos válidos e verdadeiros – traçando o caminho a ser seguido, detetando erros e auxiliando as decisões do cientista” (1988:41-2). Assim o trabalho foi desenvolvido seguindo as seguintes atividades:

- a. Pesquisa bibliográfica - coleta, leitura e análise de legislação, textos, estudos e pareceres técnicos.
- b. Pesquisa descritiva - foram observados, registados e analisados os dados quantitativos que foram recolhidos junto dos docentes universitários da UNTL que estão a frequentar a sua formação, junto dos que já foram formados no ensino superior público em Portugal, principalmente na Universidade do Minho.
- c. Recolha de dados empíricos para a caracterização da situação de aperfeiçoamento da língua portuguesa para os docentes que estão a estudar e para os que já regressaram para Timor-Leste. Os dados foram recolhidos através da realização de questionários aos docentes da Universidade de Timor - Leste. Com estes questionários procura-se obter o máximo de informação possível sobre o assunto.
- d. Tratamento estatístico de dados recolhidos. O trabalho escrito consistirá em descrever e analisar os dados que já foram recolhidos no terreno com os docentes da UNTL que estão a frequentar a formação na Universidade do Minho e com os que já concluíram os seus estudos e, portanto, já regressaram a Timor-Leste.

3.2. Caracterização da população e da amostra

Depois de definirmos os objetivos do estudo a ser realizado, foi levado a cabo um estudo quantitativo que consistiu na aplicação de um inquérito a um público específico, nomeadamente, os docentes da UNTL que estão a frequentar a formação em Portugal, os quais respeitam a 80 pessoas.

De acordo com Hill & Hill (2002) a população é o conjunto total dos casos sobre os quais se pretende retirar conclusões. Assim, a população podem ser todas as senhoras numa junta freguesia, os trabalhadores numa empresa ou a mulher em alguns grupos de interesse. A população deste estudo será constituída pelos docentes da UNTL que estão a frequentar a formação em Portugal e os que foram já formados em Portugal.

Amostra é um subconjunto de uma população ou universo. Para Sapsford & Jupp (1998) uma amostra é um conjunto de elementos selecionados através de algumas formas, a partir de uma população. A amostra deste trabalho são 50 docentes que constituída por os estão a estudar em Portugal principalmente na Universidade do Minho e os que já concluíram seus estudos e já regressarem a timor. O tipo de amostra deste trabalho é uma amostra aceite, pois os docentes aceitaram participar no processo de recolha de dados.

Para a presente investigação foram utilizadas as “regras do polegar” (rules of thumb) na definição do tamanho da amostra. Esta regra é um guia, que consiste na aproximação baseada nas experiências de muitos investigadores. O seu objetivo consiste em estimar o tamanho de amostra para que seja possível efetuar uma análise estatística adequada dos dados, pois técnicas estatísticas diferentes têm a tendência para terem regras de polegar diferentes. Nesses casos, seleciona-se o maior desses tamanhos como sendo o tamanho certo ou mínimo da amostra (Hill e Hill, 2002, p. 54). Por isso, a amostra final foi constituída por todos os docentes da Universidade Nacional de Timor – Leste (UNTL) que estão a estudar em Portugal principalmente na Universidade do Minho e os que já terminarem os seus cursos e já regressarem para Timor-Leste. Os docentes que, neste momento, estão a estudar na Universidade do Minho são 35, e os que já concluíram os seus cursos são 15. No total, são 50 docentes da Universidade Nacional Timor Lorosa’e, que constituem a nossa amostra.

3.3. Técnica e instrumento de recolha de dados

As técnicas de recolha de dados são um instrumento de trabalho que permite a recolha de dados para atingir o objetivo deste trabalho. A técnica utilizada neste trabalho foi um questionário para entregar aos docentes.

Um questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informação baseando-se, geralmente, na inquisição de um grupo representativo da população em estudo. Para tal, coloca-se uma serie de questões que abrangem um tema de interesse para os investigadores não havendo interação direta entre estes e os inquiridos. De acordo com Quivy, R. & Campenhoudt (1992) “ *o questionário é um instrumento de observação não participante baseado numa sequência de questões escritas, que são dirigidas a um conjunto de indivíduos, envolvendo as suas opiniões, representações, crenças e informações factuais sobre eles próprios e seus meios.*” (apund: Álvaro Minhava et al s/d). Para isso, o autor prepara o questionário e, depois, vai distribuí-lo aos respondentes, desejando a disponibilidade dos questionados para o preencher. E o autor pode ter as informações e os dados que necessita através dos questionários que são recolhidos. O conteúdo do questionário corresponde a perguntas que foram preparadas pelo seu autor.

O questionário que foi escolhido para este trabalho contém perguntas fechadas. As perguntas do questionário foram distribuídas por quatro blocos temáticos, com 35 perguntas na totalidade: Parte I: Dados pessoais (6 perguntas); parte II: A aprendizagem da língua portuguesa no seu processo do curso (12 perguntas); parte III: Processo de acompanhamento das matérias em língua portuguesa na sala de aula (11 perguntas); parte IV: A utilização da língua portuguesa para lecionar na Universidade (6 perguntas).

No primeiro grupo de perguntas, são pedidas informações relativamente aos dados pessoais dos docentes que estavam a frequentar a formação e aos que já regressaram a Timor-Leste. Estas perguntas visam caracterizar a variedade dos dados pessoais dos docentes, como o sexo, a idade, os anos de serviço na universidade, a posição estrutural, o nível do curso que está a ser frequentado e o nível do curso que já foi concluído, a área de especialização que estava a ser frequentada e a área de especialização que foi terminada, pelos docentes que já regressaram a Timor-Leste.

A segunda parte visa obter informações sobre o conhecimento da língua portuguesa, o interesse dos formandos para aprenderem e aperfeiçoarem essa língua na sala de aula, as dificuldades que enfrentam em relação aos processos de acompanhamento e as formações na

sala de aula. Tenta-se saber como é que os formandos podem lidar com a dificuldade em aprender a língua portuguesa. Também se pretende saber as opiniões dos docentes sobre a aprendizagem de língua portuguesa em Portugal e como é que se sentem relativamente à sua evolução.

O terceiro bloco de questões relaciona-se com o processo de acompanhamento das matérias em língua portuguesa na sala de aula. Tenta-se saber como é que os docentes que têm conhecimentos da língua portuguesa muito limitados podem lidar com as suas dificuldades em participar nas aulas que fazem parte da sua formação. Será que as limitações em relação à língua não prejudicam o processo de acompanhamento na sala de aula? Se tivessem algumas dificuldades em relação à compreensão das matérias, como é que podiam resolver os seus problemas?

O quarto bloco diz respeito à utilização da língua portuguesa para lecionar na Universidade. Através deste bloco pretende-se saber como foi a evolução do conhecimento da língua portuguesa durante a formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho. Há a pretensão de saber se os formados já estão preparados para lecionarem em língua portuguesa, ou se ainda precisam de uma formação contínua para poderem melhorar os seus conhecimentos. Além disso, pretende-se analisar as perspetivas dos docentes que, neste momento, ainda estão a frequentar a formação sobre a utilização da língua portuguesa na leção e dos que já concluíram os seus estudos e já regressaram a Timor-Leste. A formação que eles frequentaram em Portugal já é suficiente ou ainda é preciso mais um programa de continuação dessa formação?

3.4. Recolha de dados.

Os dados foram recolhidos entre o dia 10 de Janeiro até ao dia 14 de Abril de 2012. Foram necessários 4 meses, porque os docentes da UNTL escolhidos para preencherem o questionário dividiam-se em duas partes: Primeiro, recolher os dados junto dos docentes que, neste momento, estão a frequentar a formação em Portugal, principalmente os que estão a estudar na Universidade do Minho. Depois, foram recolhidos os dados com os que já tinham terminado a sua formação e que já tinham regressado a Timor-Leste. Os docentes que estão a estudar na Universidade do Minho são 35 e os que já regressaram a Timor-Leste são 15. Foram distribuídos 50 questionários, os quais foram suficientes para conseguir recolher todos os dados.

3.5. Análise e discussão dos dados

Esta é a parte em que o autor tem liberdade académica e científica para avaliar os resultados obtidos, propondo soluções e aplicações práticas se for a necessidade do seu problema inicial de pesquisa.

Uma vez concluída a fase de coleta de dados, é preciso organizar o modo como estes serão avaliados (já mencionados nos procedimentos de análise). Há que fazer a descrição e a reflexão sobre o significado dos dados obtidos, na qual podem ser utilizados gráficos, tabelas, quadros ou outros recursos impressos.

O tratamento de dados foi realizado a nível informático, através do programa SPSS estatística (versão 19 para Windows), no que diz respeito às perguntas fechadas. A análise foi levada a cabo de forma descritiva, particularmente através de tabelas de frequência, pois o número de participantes neste inquérito não permitia outras estatísticas, porque a correlação poderia não ser válida.

4. A ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta parte de trabalho pretendemos apresentar os resultados que foram obtidos através da recolha dos dados. Estes resultados serão discutidos e relacionados com os conceitos de teoria na revisão da literatura.

4.1. A amostra

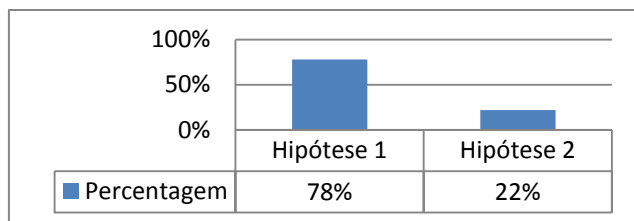
A amostra definida para este inquérito é constituída por 50 docentes da Universidade Nacional Timor Lorosa'e que estão a frequentar os estudos em Portugal e os que já terminaram. Ou seja, os docentes que foram escolhidos para a amostra do estudo não são só os que estão a estudar em Portugal, principalmente na Universidade do Minho mas estão aqui incluídos, também, os docentes que já concluíram os seus cursos e já regressam para Timor-Leste. Os docentes que estão a estudar na Universidade do Minho são 35 pessoas e os que já regressaram para Timor-Leste são 15 pessoas. Os que neste momento ainda frequentam na Universidade do Minho estão dispersos por várias áreas de especialização em diversas faculdades, como a Faculdade da Economia, o Instituto de Letras e Ciências Humanas, a Faculdade da Educação, a Faculdade de Engenharia e a Faculdade de Direito. Os docentes que já regressaram para Timor-Leste estão a lecionar nas várias faculdades como a Faculdade da Educação, a Faculdade de Engenharia, a Faculdade de Sociais e Políticas e a Faculdade de Economia.

4.2. Dados pessoais.

Primeira questão - O sexo?

Com esta questão pretendíamos identificar, ao nível do género, o número de docentes que ainda estão a frequentar a sua formação na Universidade do Minho e os que terminaram e já regressaram para Timor-Leste. O resultado mostra que a maior parte dos formandos é do sexo masculino com 78% e a minoria é do sexo feminino, com 22%. Os formados que ainda esta a estudar na Universidade do Minho, masculina 26 (52%) e feminino 9 (18%) e os que já concluíram sua formação e já regressarem a Timor-Leste masculino 13 (26%) e feminino 2 (4%). Desta forma, conclui-se que os recursos humanos que estão a ser preparados pela Universidade de Timor Lorosa'e são, na sua maioria, do género masculino.

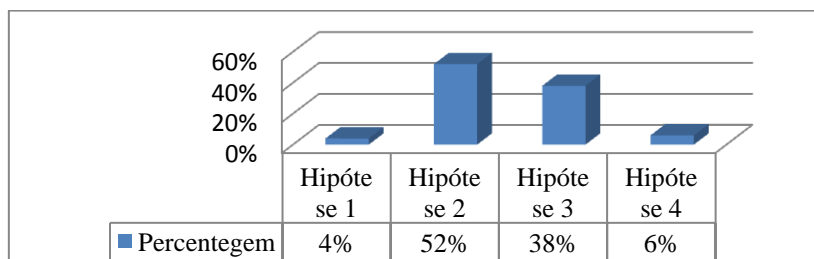
Gráfico 1 - Sexo



Segunda questão: A idade?

Através desta questão, a autora gostaria de saber a idade dos docentes que estão a frequentar a formação e dos que já concluíram. É de realçar que a universidade, neste momento, está a preparar os seus recursos humanos para poderem melhorar a qualidade da instituição no futuro. Neste contexto, os docentes que estão a frequentar cursos para responderem às necessidades da universidade não são os docentes que possuem apenas idades avançadas, pois também devem ser preparados docentes que têm menores idades. Os dados mostraram que a idade mais elevada se situa entre os 50 e os 59 anos e a menos elevada entre os 20 e os 29 anos, o que evidencia que a Universidade Nacional Timor Lorosa'e, no seu plano de formação de docentes, não abrange apenas os docentes seniores, mas, pelo contrário, todas as faixas etárias.

Gráfico 2 - Grupos etários.

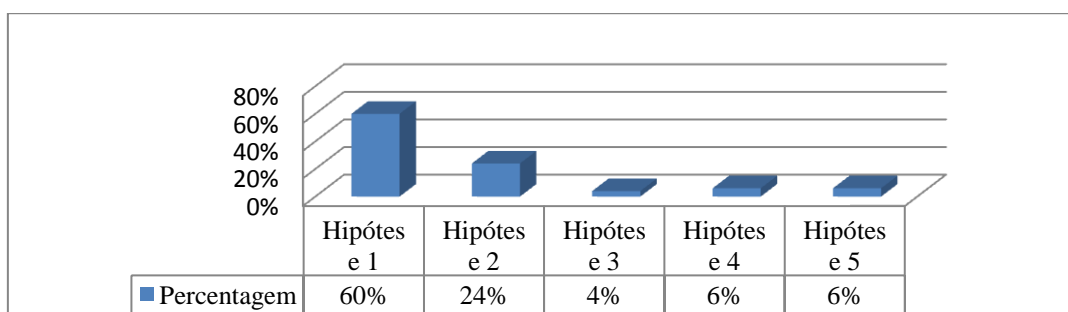


Note-se que a formação que a Universidade garante tem como objetivo preparar os seus recursos, para, consequentemente, melhorar a qualidade do ensino superior e para implementar o programa do Governo de introdução da língua portuguesa no processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis de ensino. É por estas razões que a maior parte dos docentes da UNTL está a estudar fora do país, principalmente nos países de língua portuguesa, como Portugal e o Brasil.

A terceira questão: Anos de serviço na Universidade?

Com esta questão, pretende-se saber qual é a experiência de serviço dos docentes na Universidade em relação ao processo de recrutamento para a formação em Portugal. A informação baseia-se nos dados dos docentes que estão a frequentar a sua formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho, que não são apenas docentes experientes, ou seja, que têm mais de 9 ou 10 anos de serviço. O resultado da pesquisa mostra que os docentes com mais experiência são 60%; os que já lecionaram 7/8 anos são 24%; os docentes que estiveram a ensinar apenas 3/4 anos, ou menos, são 6%; os que lecionam entre 5 e 6 anos correspondem a 4% (gráfico 3.) Os dados estatísticos mostraram, então, que a formação se destina a todos os docentes, independentemente do número de anos de serviço, na medida em que o programa de formação tem como objetivo elevar a qualidade dos conhecimentos dos docentes e permitir que aperfeiçoem a língua portuguesa para, desta forma, contribuírem para melhorar o sistema educativo universitário e para a implementação da utilização da língua portuguesa no processo de lecionação no ensino superior, sobretudo na UNTL.

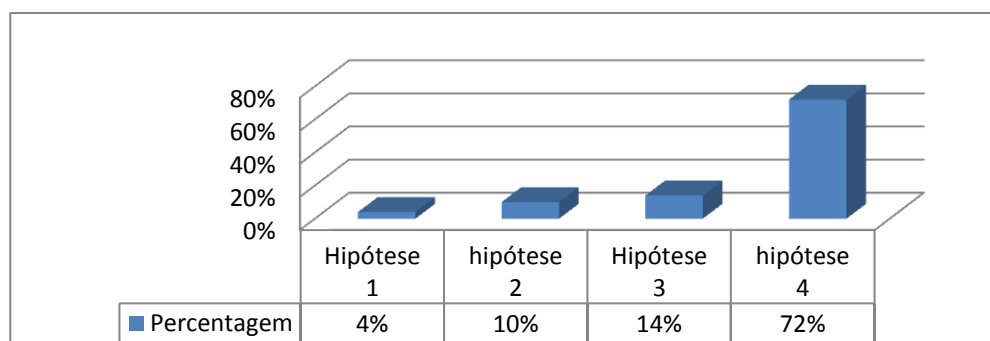
Gráfico 3 - Anos de serviço.



Quarta questão – Posição estrutural?

Com esta questão pretendia perceber qual era a posição estrutural que ocupavam os docentes antes de frequentarem a formação, e qual é a posição ocupada pelos docentes que já terminaram as suas formações e que, neste momento, estão a ensinar na Universidade.

Gráfico 4 – Posição estrutural

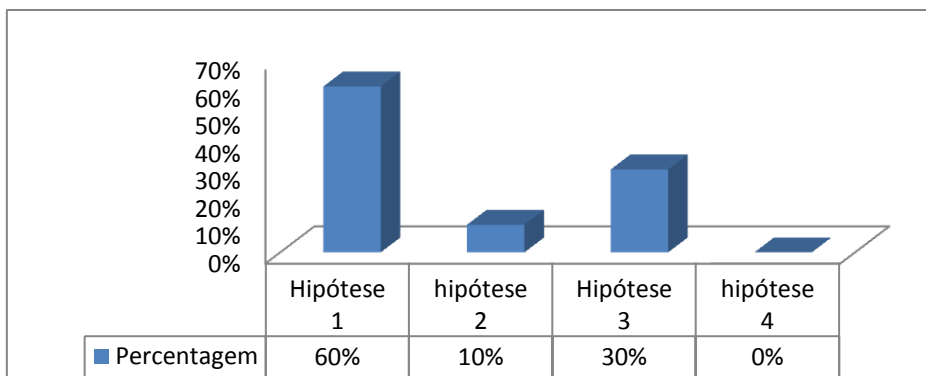


Os resultados dos dados mostraram sobre a posição estrutural dos formados que neste momento estão a frequentar a formação em Portugal e os que já concluíram sua formação e já regressarem a Timor-Leste. Os que ainda estão estudar na Universidade do Minho 8 (16%) que antes de vieram para estudar já ocupavam a posição diretor e chefe departamento e 27 (54%). Além disso, para os que já regressarem a Timor – Leste, 6 (12%) que ocupam o cargo importante na UNTL e 9 (18%) docente normal. Como assim, concluímos que os docentes ocupam a posição estrutural como diretor e chefe de departamento e vieram frequentar a formação em Portugal nomeadamente na Universidade do Minho são menor do que os formados que ocupavam a posição com docente normal. Quando relacionaram com o programa de formação da UNTL, a universidade não é dar a prioridade aos que estão a ocupar posição estrutural ou cargo importante mas para todos os membros dos docentes. A Universidade esta preparar os docentes para todo nível do serviço para poder responder a necessidade universitário em termos de recursos humanos.

Quinta questão – Qual é o nível de estudo que está a frequentar ou já concluiu?

Por meio desta questão pretendia perceber o nível do curso que os docentes da UNTL estão a frequentar na Universidade do Minho, bem como dos docentes que, neste momento, já estão em Timor-Leste.

Gráfico 5 – Nível do curso.

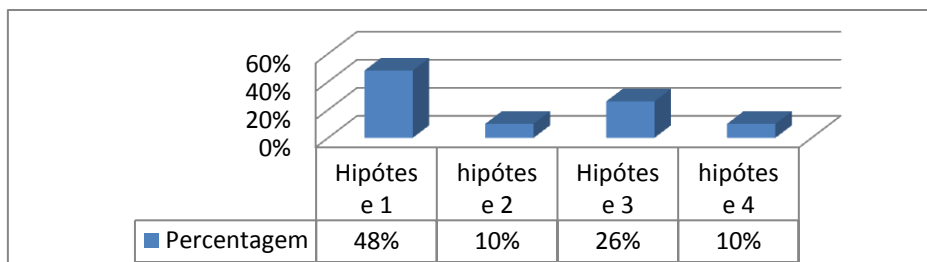


Analisando os resultados, verifica-se que as primeiras e segunda hipóteses foram as mais escolhidas, ao contrário das duas hipóteses terceiro e quarto. Conclui-se, portanto, que os docentes da UNTL que, neste momento, estão a desempenhar as suas funções como docentes têm, na maioria, uma licenciatura ou um mestrado, sendo o número de doutorados ainda muito baixo. Os dados evidenciam que os docentes que estão a frequentar um curso de doutoramento representam apenas 10%. Dos outros 90% fazem parte os docentes que ainda estão a frequentar o curso de mestrado e também os que já concluíram as suas formações e já regressaram para Timor-Leste.

Sexta questão – Por favor indique a faculdade em que está a frequentar, ou na qual concluiu o curso que referiu anteriormente.....

Para esta questão pretendia saber sobre a faculdade, o curso e a área de especialização que os formandos estão a frequentar e já concluíram na sua formação. Esta questão é uma forma de identificar quantos docentes que já estão formados em suas áreas de especialização e quantos que ainda estão a frequentar a formação. E também para saber qual é a faculdade que os docentes estão a frequentar a formação. E, os que já regressaram, qual é a faculdade em que estão a trabalhar. Esta questão dá importância à universidade, principalmente a UNTL como uma pista ou uma observação para os recursos humanos ou outros docentes que frequentarão a formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho.

Gráfico 6 – Faculdade



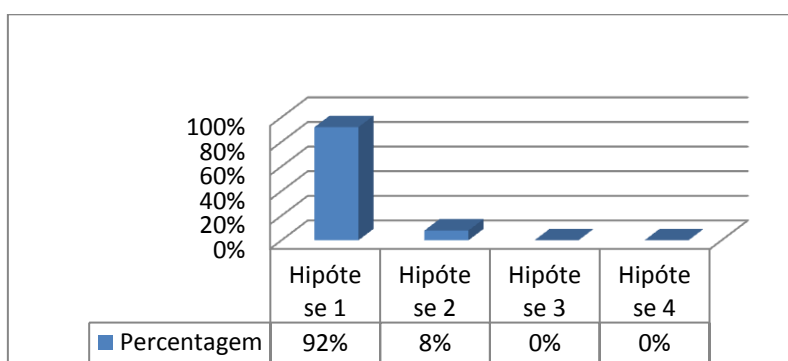
Estes resultados demonstram que a faculdade da educação é uma faculdade que forma futuros professores, por isso, a universidade dá maior importância para esta faculdade do que as outras faculdades. A universidade precisa preparar os recursos humanos na faculdade da educação, e assim, os docentes que já concluíram os seus cursos aqui em Portugal e regressam a Timor-Leste, continuam a dar aulas para os estudantes que irão ser professores no terreno. E este método é mais importante para a difusão da língua portuguesa em Timor-Leste.

4.3. A aprendizagem da língua portuguesa no processo do curso

Sétima questão – Gosta de aprender a língua portuguesa?

Com esta questão, procuramos perceber qual é o sentimento dos formandos sobre a língua portuguesa. Constitui-se como uma questão pertinente, na medida em que serve para verificar a importância da aprendizagem do português. Como sabemos, o programa educativo sobre o ensino da língua portuguesa nas escolas, principalmente no ensino superior, já está a ser implementado em algumas faculdades, como na Faculdade de Educação, sendo, num futuro próximo, alargado a outras. Deste modo, os docentes timorenses estão a trabalhar com os docentes que regressam de Portugal e do Brasil para lecionarem em língua portuguesa, o que, neste ano letivo, acontece em quase todas as faculdades .

Gráfico 7 – Gosta de apreender a língua portuguesa?

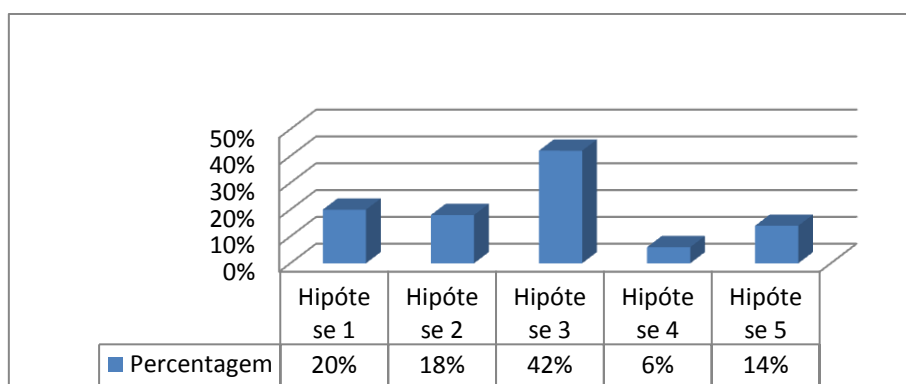


Com base no resultado das respostas dos inquiridos, a maior parte dos docentes que está a frequentar a sua formação mostra que tem entusiasmo em aprender a língua portuguesa, estando aqui também incluídos os que já concluíram a formação e já regressaram para Timor-Leste. Os docentes perceberam que aprender uma língua não materna é uma vantagem, pois permite aumentar o conhecimento e alargar as possibilidades de comunicação com outras comunidades que não são da mesma região. Para além disso, a língua pode ajudar uma pessoa a conhecer a cultura de outros países ou comunidades.

Pensa-se que os docentes estão a cumprir as suas funções, para que, quando terminarem a sua formação em Portugal, regressem para Timor-Leste e continuem a lecionar. A responsabilidade é de cada um dos docentes, que têm de aprender e aperfeiçoar os seus conhecimentos, de forma a verem facilitado o processo de leção na sala de aula.

Oitava questão – Antes de estudar LP no curso, já tinha aprendido no agregado familiar?
Através desta questão pretendia-se esclarecer quais são os meios utilizados pelos inquiridos para aprender a língua portuguesa, tendo em conta a realidade dos estudos dos docentes, no passado, e a utilização do português na família. A maior parte dos docentes da UNTL teve, no passado, uma formação em língua indonésia, e a maioria das famílias ou comunidades timorenses não fala a língua portuguesa. Na altura, esta língua só era utilizada pelas famílias de elite e os estudantes que foram estudar no tempo colonial. A língua portuguesa foi conhecida globalmente pela comunidade e até à sua utilização nas comunidades depois da consulta popular de 1999, quando se reintroduziu esta língua nas escolas.

Gráfico 8 – Antes de estudar LP no curso já tinha aprendido no agregado familiar?



Analisando os resultados, verifica-se que as três primeiras hipóteses foram claramente, as mais escolhidas. Por razões óbvias, a língua portuguesa já tem raízes profundas em Timor-Leste,

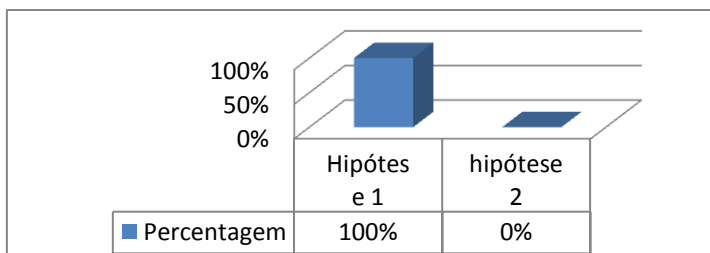
havendo muitos vocábulos introduzidos na língua tétum, o que faz com que os jovens timorenses, principalmente os atuais docentes da UNTL (apesar de terem sido, na maior parte, formados na língua indonésia), já utilizem algumas palavras da língua portuguesa. Por outro lado, com a independência de Timor-Leste, esta língua foi reintroduzida nas escolas pelos professores portugueses e pelos timorenses formados em língua portuguesa. Assim, as pessoas que não tinham aprendido o português anteriormente, já começam a aprendê-lo e a utilizá-lo na comunicação, mesmo que ainda não falem corretamente, ou seja, a língua portuguesa que utilizam na comunicação ainda tem alguns erros, como por exemplo na conjugação verbal, na concordância de género, número e pessoa. Porém, os dados mostram que a maioria dos inquiridos respondeu que já conhecia e que já aprendia a língua portuguesa antes de frequentar o curso de língua portuguesa.

A aprendizagem da língua portuguesa não é para todos os docentes, mas só para aqueles que menos a praticam em casa, pois existem algumas famílias timorenses que, na sua comunicação diária, raramente utilizam a língua tétum e sempre praticam diariamente o dileto de cada região. Olhamos para esta realidade como um obstáculo para aprender ou para utilizar a língua portuguesa na comunicação diária. Além disso, como a maioria dos docentes da UNTL é formada em língua indonésia, na comunicação preferem utilizar esta língua, pois é mais fácil a comunicação.

Nona questão – Já tinha frequentado alguns cursos de LP antes de vir estudar em Portugal?

Objetivo da questão número nove era o de permitir perceber a situação dos docentes que frequentam o curso de preparação em língua portuguesa, porque esta língua é vista, cada vez mais, como um obstáculo no processo de formação especializada em Portugal. Para isso, é necessário realçar que os inquiridos, antes de continuarem os estudos em Portugal, já deveriam ter frequentado um curso de língua portuguesa, para terem uma preparação prévia, tendo em vista o sucesso da formação profissional ou especializada.

Gráfico 9 – Já tinha frequentado alguns cursos de LP antes de vir estudar em Portugal?

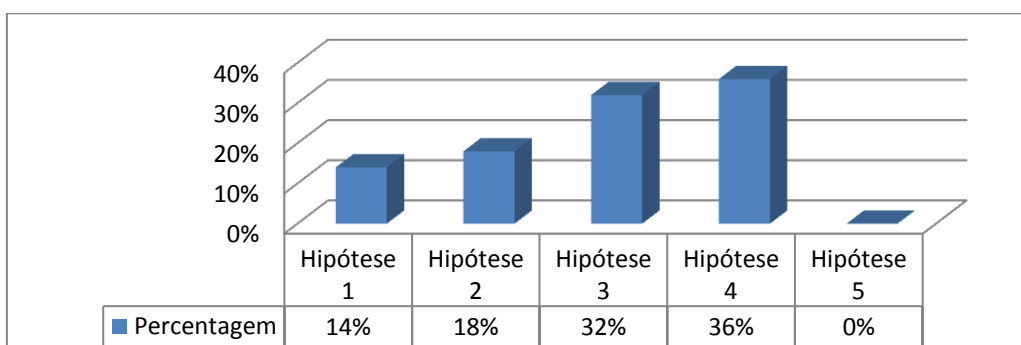


Observando o gráfico, conclui-se que os docentes já aprenderam a língua portuguesa antes de estudarem em Portugal. A universidade tem um programa de preparação para o curso de língua portuguesa aos seus docentes, e assim, eles já estão preparados para a formação em língua portuguesa. E agora é só aperfeiçoar mais os seus conhecimentos de língua portuguesa antes de regressarem para Timor-Leste.

Questão décima – Qual a duração da aprendizagem de LP em Timor-Leste?

Com esta questão, pretendíamos saber a duração do curso de língua portuguesa que os docentes frequentaram antes de estudarem em Portugal. Trata-se de uma questão pertinente, na medida em que serve para verificar a importância da preparação do curso, como meio útil ao acesso à língua. Deste modo, o objetivo desta questão é permitir saber o nível de preparação do curso de língua portuguesa frequentado pelos docentes.

Gráfico 10 – Qual a duração da aprendizagem da LP em Timor-Leste?



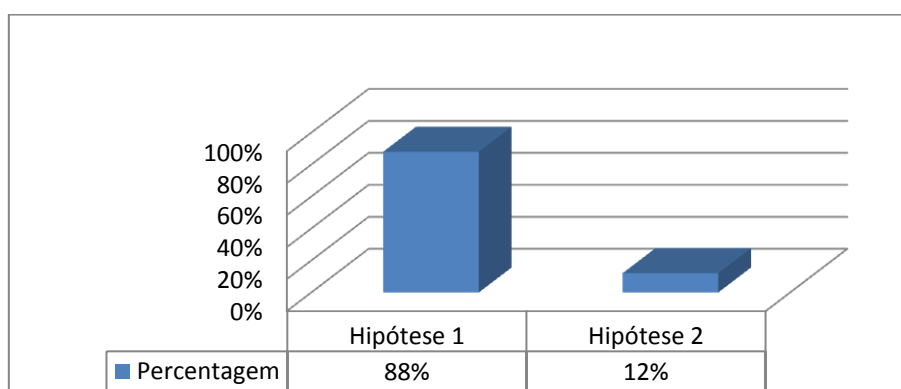
Estes resultados demonstram que, de facto, os docentes da UNTL que estão a frequentar a formação em Portugal, já participaram num curso preparatório de língua portuguesa em Timor-Leste. Alguns deles foram formados ou já frequentaram a escola no tempo português. Para todos, a língua portuguesa não é, portanto, uma coisa nova. Para os que já frequentaram a formação em língua portuguesa no tempo português, agora só precisam de aperfeiçoar os seus conhecimentos, mas, para os que foram formados em língua indonésia, aprender esta língua em pouco tempo é difícil, sendo ainda mais difícil ensiná-la na sala de aula. Os dados mostram que

muitos docentes aprenderam a língua portuguesa em pouco tempo, ou seja, aqueles que, neste momento, estão a estudar na Universidade do Minho frequentaram um curso preparatório de língua portuguesa apenas durante 3 meses, o que significa que o seu conhecimento ainda não é suficiente para pôr em prática, porque a linguagem técnica não é igual à linguagem da comunicação diária. Deste modo, os formandos têm de frequentar mais cursos de língua portuguesa que são oferecidos pelo Instituto de Língua e Ciência.

Décima primeira questão – Já frequentou alguns cursos de LP na UM?

Por meio desta questão, procuramos obter informações sobre a continuação do curso de língua portuguesa pelos docentes, depois de iniciarem a sua formação profissional em Portugal, principalmente na Universidade do Minho. O objetivo desta questão é transmitir a ideia de que o curso de preparação que os docentes frequentaram em Timor-Leste ainda não é suficiente para continuarem os seus estudos de formação profissional nas universidades portuguesas. É importante, portanto, que, antes disso, frequentem alguns níveis do curso de língua portuguesa.

Gráfico 11 – Já frequentou alguns cursos de LP na UM?

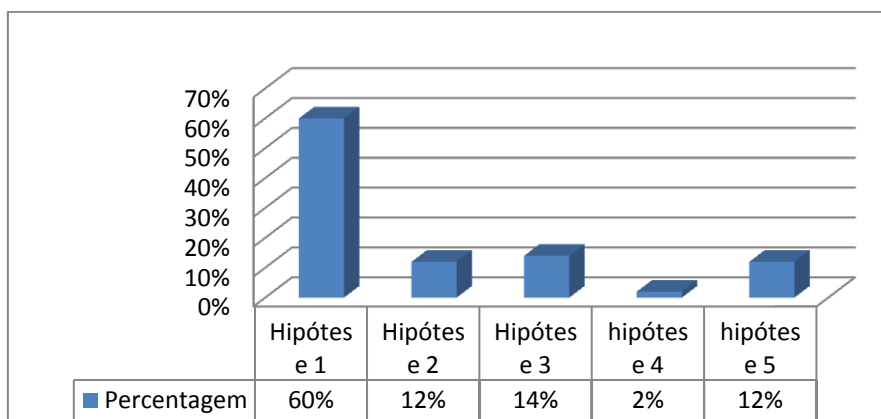


Olhando aos resultados, verifica-se que 44 que participaram nesta atividade assinalaram a primeira hipótese, que foi claramente a mais escolhida, sendo a segunda apenas escolhida por 6. Com base nos resultados, conclui-se que os docentes já frequentaram vários níveis nos cursos de língua portuguesa na Universidade do Minho. De facto, a Universidade Nacional Timor Lorosa'e tem dado um grande suporte aos seus docentes para poderem aproveitar a oportunidade de aprenderem e aperfeiçoarem a língua portuguesa, com o objetivo de contribuírem para a implementação do plano da Universidade: a utilização da língua portuguesa para lecionar na sala de aula. Para saber quais os níveis frequentados pelos docentes, vamos ver a questão seguinte.

Decima segunda questão – Que tipo do curso de LP que frequenta na UM?

Através desta questão, pretendia conhecer o tipo de curso frequentado pelos docentes da UNLT que estão a estudar na Universidade do Minho. É importante sabê-lo, de forma a verificar a situação dos docentes, por referência ao nível do curso de língua portuguesa que os docentes UNTL precisam de frequentar para suportar a sua formação na área de especialização.

O gráfico 12 – Que tipo do curso de LP que frequenta na UM?



Os resultados desta questão devem ser relacionados com os da questão anterior, uma vez que através de ambas se pretende obter informações sobre os cursos de língua portuguesa frequentados pelos docentes da UNTL que estão na Universidade do Minho, bem como pelos que já concluíram os seus estudos e já regressaram para Timor-Leste.

Tal como acontece na opção da primeira questão, *um curso intensivo de 3 meses*, muitos inquiridos assinalaram esta hipótese, com uma frequência de 46%. A maioria dos docentes que estudou na Universidade do Minho, antes da sua formação académica, seguiu um curso intensivo no Instituto de Letras e Ciências Humanas (*Babelium*). Porém, para os formandos, este curso ainda não é suficiente para lhes poder facilitar o processo de lecionação das aulas ou para a elaboração de um trabalho científico. Para isso, a maioria dos docentes, depois de terminar o curso intensivo, ainda continuou a frequentar os outros cursos, tais como o anual, o de verão e o pós-laboral. Com este método, os formandos adquirem competências para a elaboração de um trabalho científico e também aperfeiçoam a língua portuguesa.

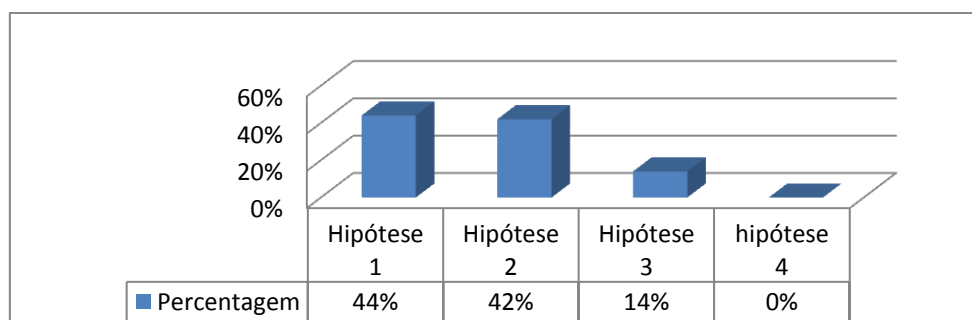
No entanto, nem todos os docentes que estudam na Universidade do Minho frequentam um curso de língua portuguesa. A última hipótese indica que 12% não participou em nenhum curso. Os que assinalaram esta hipótese foram os docentes que concluíram os seus estudos no tempo

português ou os que frequentaram uma formação nessa altura, mesmo que ainda não tivessem acabado os seus estudos. Eles não precisam de frequentar mais cursos de língua portuguesa, devendo, antes, aprofundar os seus conhecimentos por meio da convivência com os colegas que falam português. Também o poderão fazer através da leitura e da escrita em língua portuguesa.

Decima terceira questão – Qual é a sua opinião sobre a frequência do curso de LP em Portugal?

A questão décima terceira entra já no domínio da opinião dos inquiridos. Pretende-se perceber os pareceres dos docentes depois de frequentarem os vários cursos de língua portuguesa e, principalmente, aqueles em que participaram depois de estarem em Portugal. Além disso, esta questão ainda está relacionada com as anteriores, pois os inquiridos que assinalaram a hipótese *não* são os que frequentaram os cursos, mas os outros, que não frequentaram nenhum curso de língua portuguesa, também dão as suas opiniões sobre a aprendizagem da língua portuguesa depois de estarem em Portugal.

Gráfico 13 – Qual é a sua opinião sobre a frequência do curso de LP em Portugal?



Percebemos que os docentes respondem ou dão as suas opiniões considerando, na maior parte, que evoluíram aquando da participação no curso de língua portuguesa na Universidade do Minho. Para além disso, estes resultados mostram que os docentes da UNTL que estão a estudar na Universidade do Minho têm interesse e responsabilidade relativamente às suas decisões de se formarem em Portugal. Eles não estudam só para elevarem os seus conhecimentos e capacidades nas suas áreas de especialização, mas também se esforçam para aprenderem e aperfeiçoarem a língua portuguesa. Assim, depois de frequentarem a formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho, e quando regressarem para Timor-Leste já podem utilizar a língua portuguesa para lecionarem na sala de aula.

No que concerne aos que já tinham conhecimentos em língua portuguesa, estes explicam que se sentiram a evoluir, ou muito evoluídos, depois de estarem em Portugal. Para eles, é

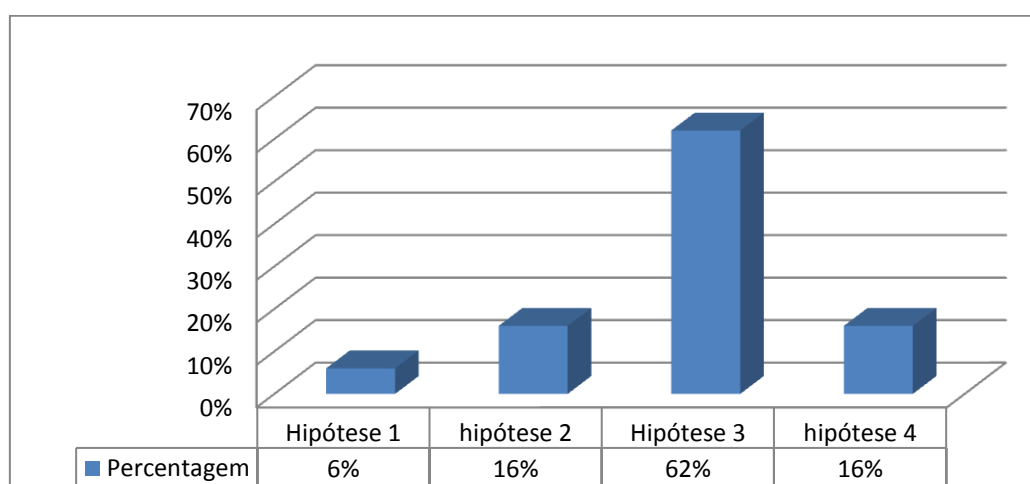
apenas necessário aperfeiçoar a língua, não precisam de frequentar mais cursos de língua portuguesa, portanto, precisam de aprender, mas só através da convivência diária com falantes de língua portuguesa. De facto, consideram que esta maneira é eficaz para a aprendizagem informal e para o aperfeiçoamento em língua portuguesa.

Relativamente à terceira hipótese, há inquiridos que explicaram que depois de estarem em Portugal, e de frequentarem um curso de língua portuguesa, só sentiram pouco evolução. Por esta razão é que o curso de preparação frequentado pelos alguns docentes é bastante limitado, ou seja, alguns só frequentarem um curso de 3 meses ou 6 meses. Ora, isto é muito pouco tempo para a aprendizagem de uma língua estrangeira ou de uma língua nova que nunca foi aprendida anteriormente. Por isso, depois de estarem em Portugal, mesmo que já tivessem frequentado vários cursos de língua portuguesa, isso ainda não é suficiente para que possam comunicar corretamente.

Décima quarta questão – O que acha da aprendizagem da língua portuguesa?

O objetivo desta questão é perceber a opinião dos docentes sobre a aprendizagem da língua portuguesa, depois de participarem em cursos e de a utilizarem no quotidiano. Pretende-se saber, primeiramente, o que pensam sobre quando começaram a aprender esta língua e, depois, acerca dos seus conhecimentos de utilização da língua no dia a dia.

Gráfico 14 – O que acha da aprendizagem da LP?



Os resultados dos dados demonstram que há maioria dos formados sentem para apreender a LP é difícil entre 50 inquiridos 31 (62%) responderam difícil mas não são todos. Mas para os que responderam *fácil*, porque já aprenderam esta língua no tempo de colonização ou na sua família,

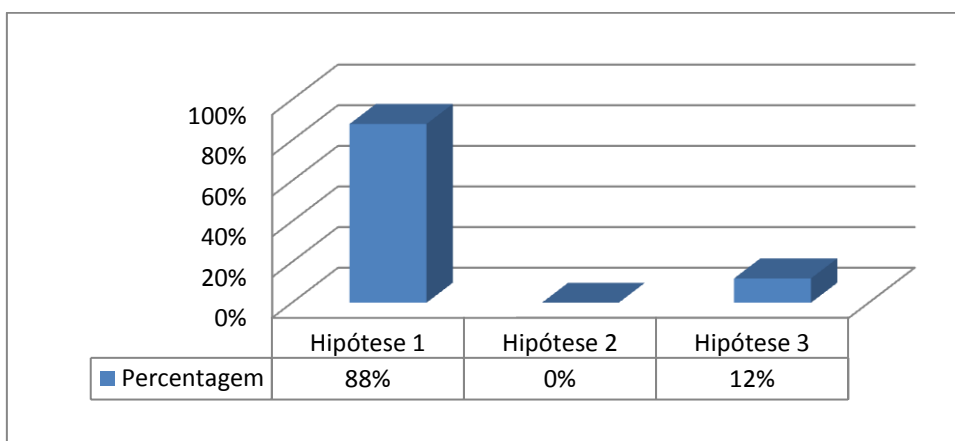
utilizam a língua portuguesa como a língua de comunicação nas famílias. Mas os formandos que nasceram a partir dos anos 74 começaram os seus estudos em língua indonésia. Note-se que estas gerações também conheceram e aprenderam a língua portuguesa depois da consulta popular, em 1999, quando se iniciou a reintrodução dessa língua nas escolas e a sua implementação nos serviços.

Em relação às outras hipóteses, os inquiridos assinalaram-nas com menor frequência, nomeadamente a primeira e a segunda, considerando que aprender a língua portuguesa é muito fácil ou fácil. Esta ideia também se relaciona com o passado dos inquiridos, porque alguns docentes da UNTL que estão a estudar ou que já regressaram para Timor, frequentaram a escola no tempo português e na ocupação indonésia e, alguns deles, fizeram a sua licenciatura em língua portuguesa. Por outro lado, estas pessoas, mesmo que não tenham aprendido formalmente a língua portuguesa nas escolas, utilizavam-na no agregado familiar como meio de comunicação, razão pela qual não têm dificuldades em aprender a língua portuguesa, sendo, também, fácil para eles aperfeiçoarem esta língua.

Décima quinta questão – Acha que a língua portuguesa será útil para seu futuro?

Com esta questão, pretende-se verificar a opinião dos inquiridos sobre a vantagem de aprender a língua portuguesa no futuro.

Gráfico 15 – Acha que a LP vai ser útil para seu futuro?



De facto, os resultados confirmaram o que se previa: existe uma aceitação de que a presença da língua portuguesa e a utilidade de a aprender em Timor-Leste são necessárias, porque, politicamente, Timor-Leste adotou a língua portuguesa como a língua oficial, a par da língua tétum. Obviamente, esta língua precisa de ser desenvolvida em todos os níveis de escolaridade e

os docentes, como educadores do ensino superior, precisam de aprender e aperfeiçoar a língua portuguesa para melhorarem as suas competências linguísticas, a fim de lecionarem na sala de aula, e também para a implementarem no terreno.

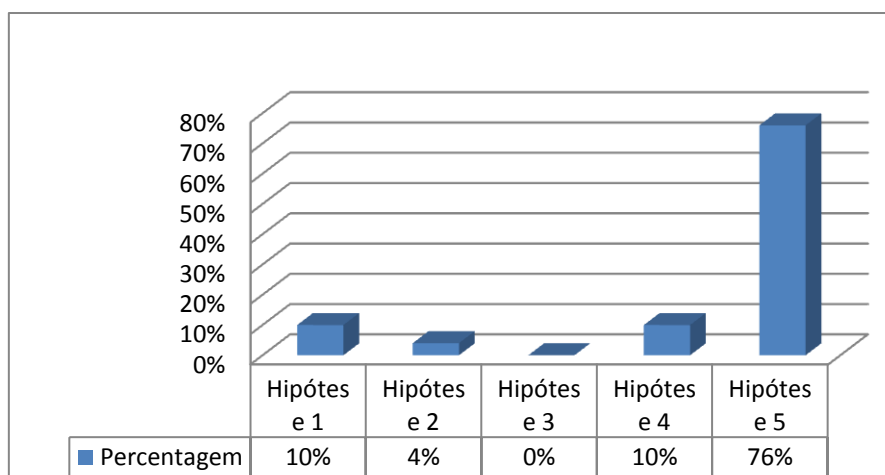
Além disto, na perspetiva dos docentes, o português é aprendido não por ser uma língua estrangeira, mas por considerarem que esta língua faz parte da história, da cultura, da religião e da política geográfica de Timor-Leste. Aprender a língua portuguesa é uma vantagem para diferenciar Timor-Leste de países gigantes, como a Austrália e a Indonésia, na medida em que Timor-Leste é um país pequeno situado entre dois gigantes países. Por outro lado, a língua portuguesa também permite manter sempre a cultura e a religião dos timorenses, já que quase cem por cento da população timorense professam a religião católica.

No entanto, no que concerne aos inquiridos que responderam *não sei*, também existe uma razão para essa escolha – para eles, ainda não há uma certeza sobre a aprendizagem de língua portuguesa, mesmo que esta língua já esteja consagrada na Constituição da República Democrática de Timor-Leste, no artigo 13º, “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste.” Efetivamente, a realidade mostra que o desenvolvimento desta língua, até ao nível básico, ainda não é suficiente para a utilizar como uma língua de comunicação na comunidade e nas escolas. Na verdade, a maioria dos professores também ainda não entende bem o português. Pode dizer-se que a sua implementação, na base, ainda é muito fraca ou muito lenta, porque os professores ainda não estão bem preparados para introduzir a língua portuguesa nas escolas e para a implementarem.

Décima sexta questão - Qual é a maneira mais fácil de compreender a língua portuguesa?

Como esta questão, pretendia saber qual é a maneira mais utilizada pelos docentes para a compreensão da língua portuguesa. As formas mais apropriadas, indicadas nas hipóteses, são consideradas pelos inquiridos como essenciais para que possam compreender a língua portuguesa. Também defendem que, para apreender e compreender uma língua que não seja a língua materna ou que não tenha sido aprendida na formação escolar, será necessário pô-la em prática.

Gráfico 16 - Qual é a maneira fácil de compreender bem a LP?



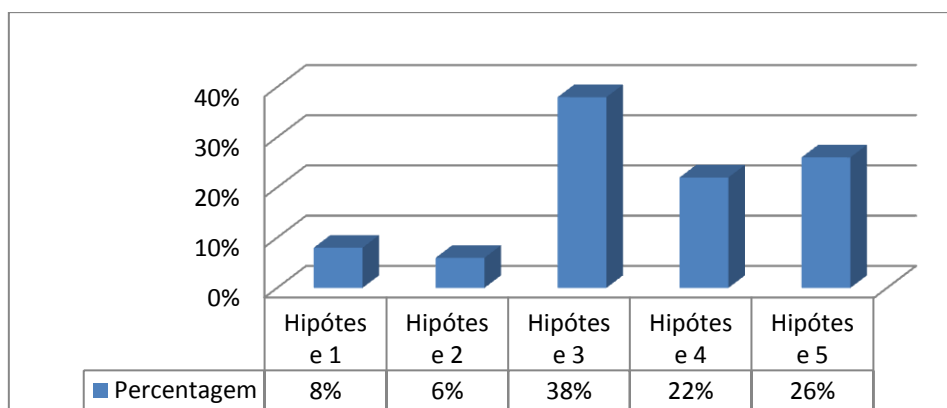
O resultado mostra que os inquiridos assinalaram maioritariamente nas últimas hipóteses. Consideram que, para aperfeiçoar uma língua estrangeira ou uma língua nova, não é suficiente frequentar cursos dessa língua, mas que se deve, sobretudo ouvir as notícias na rádio e acompanhar os programas na televisão nessa língua, bem como fazer uma comunicação diária com os falantes dessa língua ou ler revistas. Concordaram que, para aprender uma língua nova ou uma língua não materna, os aprendentes precisam de pôr em prática todas as alternativas mencionadas a questão, já que no seu todo consiste na forma mais eficaz para aprender. Esta perspetiva relaciona-se com a realidade dos docentes que estão a estudar em Portugal, já que estão a viver num ambiente de falantes de língua portuguesa e também ouvem as notícias na rádio e na televisão que são em língua portuguesa.

Como vimos, há inquiridos que preferem, como forma de aperfeiçoar a língua portuguesa, o acompanhamento das notícias na rádio e na televisão. Relativamente a esta hipótese, os inquiridos assinalam a primeira resposta porque consideram que a forma de acompanhar notícias em português também é útil para aperfeiçoar esta língua. Além disso, a realidade de convivência com as comunidades também influencia o processo de aperfeiçoamento dos seus conhecimentos relativamente a esta língua. De facto como sabemos, a maioria das comunidades timorenses não fala língua portuguesa diariamente, por isso, os que já frequentaram um curso de língua portuguesa, para aprofundarem os seus conhecimentos de português, terão uma maneira apropriada para o fazer acompanhado notícias na rádio e na televisão, porque têm dificuldades em praticarem o que aprenderam com a comunidade e em casa com família.

Decima sétima questão – Costuma utilizar a língua portuguesa na comunicação em familiar?

Por meio desta questão, pretende-se saber as opiniões dos inquiridos sobre os hábitos de utilização da língua portuguesa nos seus agregados familiares. É uma informação relevante, na medida em que, ao verificar as situações dos docentes no uso desta diariamente, conheceremos a importância da aprendizagem anterior da língua portuguesa no processo de aperfeiçoamento desta língua.

Gráfico 17 – Costuma utilizar a LP na comunicação em família?



O resultado mostra que a terceira hipótese foi a mais escolhida pelos inquiridos, ficando as outras hipóteses numa frequência mais baixa. Por razão óbvia, era expectável que a terceira hipótese – *às vezes* – fosse escolhida por muitos inquiridos. Pode dizer-se que a língua portuguesa foi reintroduzida nas escolas depois da consulta popular, em 1999, ou depois de Timor-Leste restaurar a sua independência. Este acontecimento relaciona-se com a décima quarta questão, na qual os inquiridos expressam as suas opiniões sobre a aprendizagem da língua portuguesa, sendo que a maioria assinalou a quinta hipótese - *nunca*. Efetivamente, a maior parte dos inquiridos que não aprendeu esta língua durante a sua infância, nem no seu percurso do ensino formal, também não a utiliza como língua de aprendizagem.

As respostas a seguir escolhidas pela maioria dos inquiridos foram, as hipóteses – *às vezes*, *raramente* e *nunca*, porque o uso da língua portuguesa no seio familiar é praticamente inexistente. Nas famílias em que um membro, como o pai ou a mãe, foi formado na escola portuguesa, ou foi um ex-funcionário no tempo português, às vezes utiliza-se esta língua para a comunicação com os filhos, mas entre eles também raramente se comunica em língua portuguesa. Para aqueles cujas famílias não aprenderam a língua anteriormente, é claro que nunca a utilizam para comunicarem com os filhos.

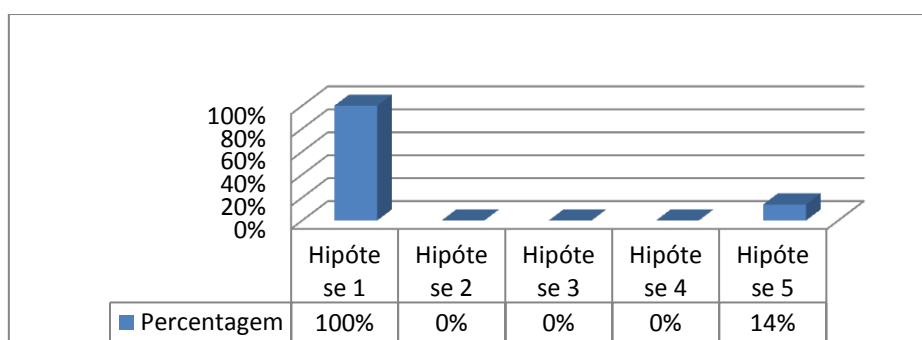
Os respondentes que escolhem a primeira e a segunda resposta – *quase sempre e sempre* -, são aqueles que têm nos seus agregados familiares falantes de língua portuguesa. Eles utilizam sempre o português na comunicação familiar por varias razões, nomeadamente porque o marido e a mulher são formados em língua portuguesa, porque nas famílias, no tempo português, havia funcionários portugueses, ou porque eram de uma família da elite.

Na realidade, quando Timor-Leste foi ocupado pela indonésia, a língua portuguesa era apenas falada pelos que ocupavam um lugar de destaque no tempo português e pelos que tinham sido formados nas escolas, como no Liceu, entre outras, onde se comunicava em língua portuguesa. É de notar que, no tempo da ocupação indonésia, a língua portuguesa era proibida, portanto, nas comunidades não era usada na comunicação familiar. Só depois de Timor-Leste se tornar independente é que começou a reintrodução do português como língua de educação nas escolas. Assim, as comunidades começaram a aprender esta língua e, atualmente já se ouvem pessoas a utilizarem esta língua na comunicação, apesar de ainda o fazerem raramente.

Décima oitava questão – Qual é melhor maneira de aprender a língua portuguesa?

Com esta questão pretendemos saber quais foram os métodos mais utilizados pelos inquiridos no seu processo de aprendizagem da língua portuguesa. Para além disso, deseja-se conhecer qual a melhor perspetiva de aprender esta língua e que, considera como obrigatório para os docentes aperfeiçoarem a língua portuguesa durante a sua formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho.

Gráfico 18 – Qual é melhor maneira de apreender a LP?



Analisando os resultados, verifica-se que a maioria absoluta dos inquiridos escolheu premeiro hipótese. Por esta razão, conclui-se que para aprender bem uma língua, que não é a língua materna, é preciso utilizar várias maneiras. Para os inquiridos que estão a frequentar a

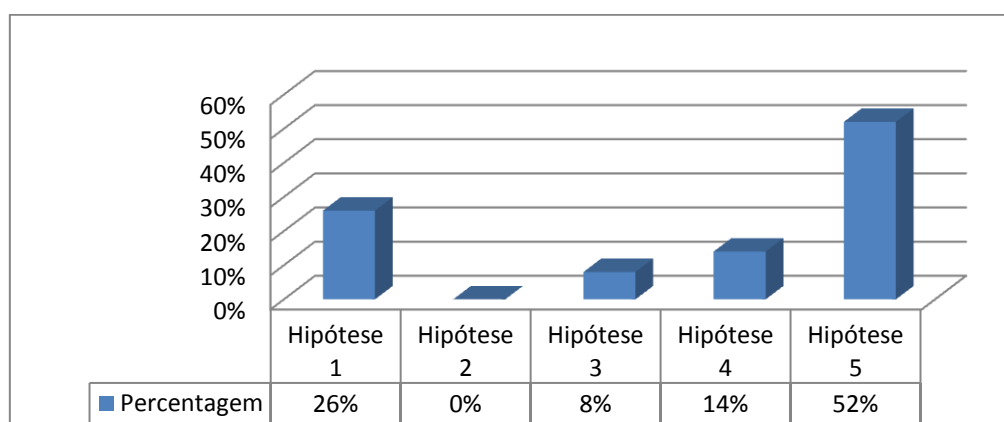
formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho, para se aprender a língua portuguesa é preciso conviver com os outros colegas que não são timorenses, que falam bem a língua portuguesa para poder a língua portuguesa através dos seus colegas. Por outro lado, não se pode estar calado deve-se, pelo contrario, praticar a língua portuguesa com os colegas portugueses ou com colegas de outros países que também falam português, para que consigam comunicar bem em língua portuguesa.

4.4. Processo de acompanhamento das materias em língua portuguesa na sala de aula.

Decima nona questão - Qual é o metodo de resolver as dificuldades?

Através desta questão pretende-se conhecer as perspectivas dos inquiridos e o seu esforço para resolver os problemas que enfrentam no processo de formação, na área de especialização. Há o intuito de saber quais são as formas que se consideram melhores para lidar com as dificuldades que surgem na sala de aula ou na elaboração de um trabalho.

Gráfico 19 – Qual o método de resolver as dificuldades?



O resultado dos dados mostra que a maioria dos inquiridos escolheu a última hipótese, enquanto as outras hipóteses tiveram uma frequência muito baixa. Os inquiridos tentam dar as suas opiniões baseando-se nas suas realidades de estudo na sala de aula e no processo de preparação dos seus trabalhos de formação. O principal problema que os docentes enfrentam na formação da sua área da especialização é no domínio da língua portuguesa.

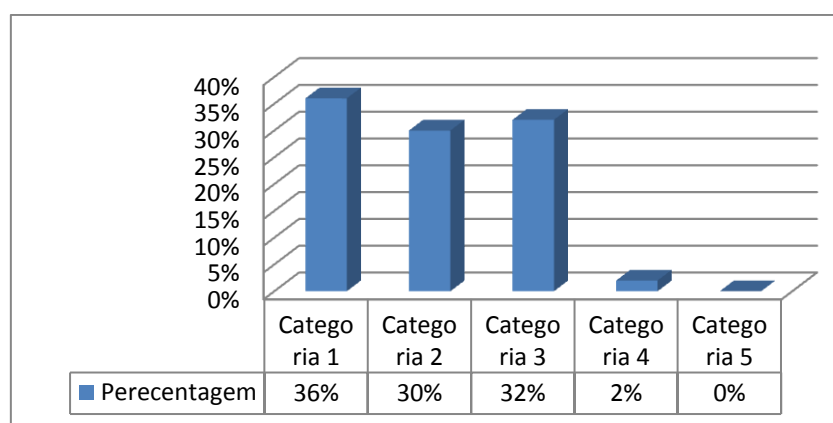
De facto, a língua é um obstáculo para a aprendizagem dos docentes durante a formação na sala de aula e na elaboração de trabalho. A maior parte dos docentes que está a estudar, bem como os que já concluíram os estudos e já regressaram para Timor-Leste, enfrentam a mesma

difficuldade. Para lidar com este problema, os inquiridos tentam contactar os colegas portugueses, participar nos trabalhos de grupo e procurar os docentes da disciplina para lhes pedirem ajuda, como por exemplo, mais explicações para poderem compreender bem a matéria. Há outros docentes que tentam resolver as dificuldades contactando os seus colegas portugueses para lhes pedirem novas explicações. Mas há inquiridos que têm outra maneira de lidar com esta dificuldade, através de um encontro com o docente da disciplina para pedir mais explicações. Estas são as formas mais utilizada pelos docentes da UNTL durante a sua formação na Universidade do Minho.

Vigésima questão – Acompanha bem as aulas dos professores?

Pretendia saber, por meio desta questão, a opinião dos formandos sobre as suas aptidões de acompanhar as explicações do docente na sala de aula, tendo em conta o seu mínimo conhecimento de língua portuguesa.

Gráfico 20 – Acompanha bem as aulas dos professores?



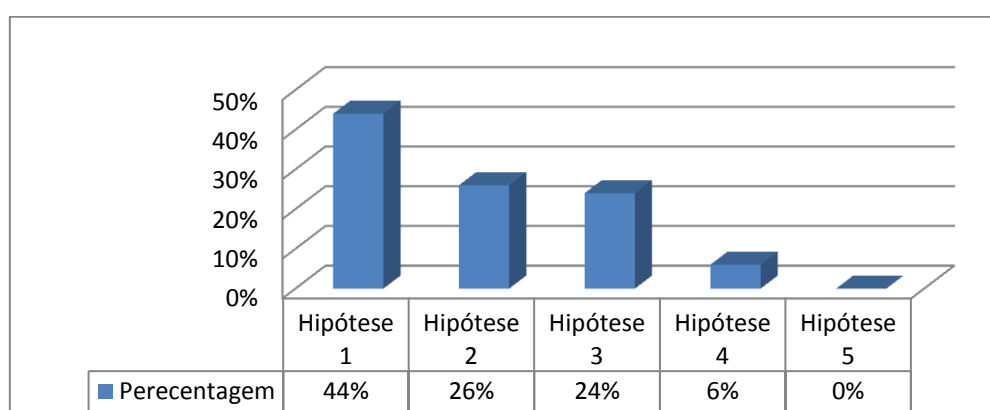
Os resultados destas questões mostram que a maioria dos inquiridos escolheu a primeira e a segunda hipótese. Estas respostas representam a situação real na sala de aula, e o sentimento dos respondentes sobre as dificuldades que enfrentam quando acompanham as matérias. Sabemos que, neste momento, os docentes que estão a estudar em Portugal, são formados em língua indonésia e já têm uma licenciatura. Assim, os docentes da UNTL que estão a frequentar a formação já têm conhecimentos sobre as suas áreas de especialização, portanto, agora, o obstáculo é a língua portuguesa, o que faz com que, durante as aulas, entendam as explicações sobre a matéria mas não compreendam bem a língua. Assim, torna-se difícil conseguirem expressar as suas opiniões, porque não têm coragem e têm medo de falar em língua portuguesa. De facto, existem algumas matérias que os formandos já conhecem e que também

já lecionaram aos seus estudantes na UNTL, mas, mesmo assim, têm dificuldades em expressarem as suas opiniões e ficam calados.

Vigésima primeira questão – A sua participação durante a aula corra sempre bem?

Com esta questão pretendia saber como é a participação dos inquiridos na sala de aula, nomeadamente se há uma participação ativa, em que expõem livremente as suas ideias, como participam nas discussões de grupos na sala de aula, e se há uma boa compreensão das explicações dos docentes.

Gráfico 21- Participação na sala de aula



Os resultados desta questão devem ser relacionados com os da questão anterior, já que através de ambas se pretende obter informação sobre a participação dos respondentes na sala de aula. A última tem a ver com a forma de expressar opiniões, de participar nas discussões de grupo e de contactar ativamente os docentes.

As respostas dadas mostram que os formandos sempre, ou quase sempre, participam ativamente nas atividades na sala de aula que são ativos nos grupos de trabalho, promovendo discussões com os colegas. Com esta frequência dos resultados, pode concluir-se que apesar de os formandos terem dificuldades em língua portuguesa, e de, por isso, a língua ser uma barreira na comunicação com os colegas portugueses, eles esforçam-se sempre para acompanharem bem as atividades na sala de aula.

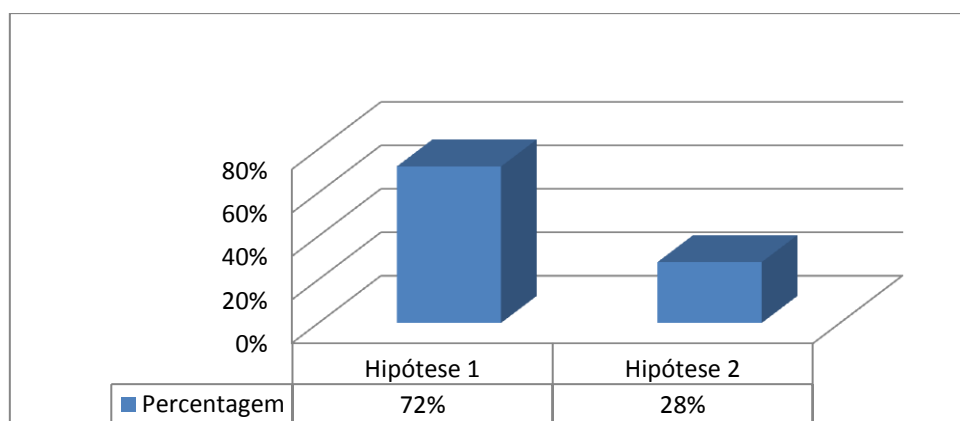
Ao relacionarmos estas opiniões com a questão anterior, concluímos que, para os formandos, a língua portuguesa é uma dificuldade para comunicar com os outros. Às vezes, eles têm vergonha para expressarem as suas opiniões em língua portuguesa e também não sabem como construir frases corretas para poderem conversar com os colegas. A maioria sente a

responsabilidade de atingir o objetivo de aprender e aperfeiçoar a língua portuguesa antes de regressar para Timor-Leste.

Vigésima segunda questão: Tem dificuldade de compreender a matéria por causa da língua portuguesa?

Pretendia saber nesta questão a opinião dos inquiridos sobre as dificuldades de participação nas aulas e se estas dificuldades têm relação com a língua portuguesa.

Gráfico 22 – Dificuldade de acompanhar aula



Os resultados dos dados mostram que a maior parte dos inquiridos assinala a primeira hipótese, o que mostra que os docentes que estão a frequentar a sua formação ainda não têm um bom conhecimento sobre a língua portuguesa. Quando relacionamos esta situação com a questão anterior, verificamos que, apesar de os docentes frequentarem o curso de preparação em Timor-Leste e, depois de estarem em Portugal, principalmente na Universidade do Minho, também frequentarem um curso intensivo de três meses, isto ainda não é suficiente para que os formandos possam frequentar as aulas de formação na sua área de especialização. De facto, o curso de preparação que frequentam é um curso de português básico e o curso intensivo três meses também não é suficiente para conseguir compreender a linguagem técnica e científica utilizada nas aulas. Deste modo, os formandos, geralmente, optam pelo silêncio na sala de aula, pois não têm coragem para expressarem as suas ideias.

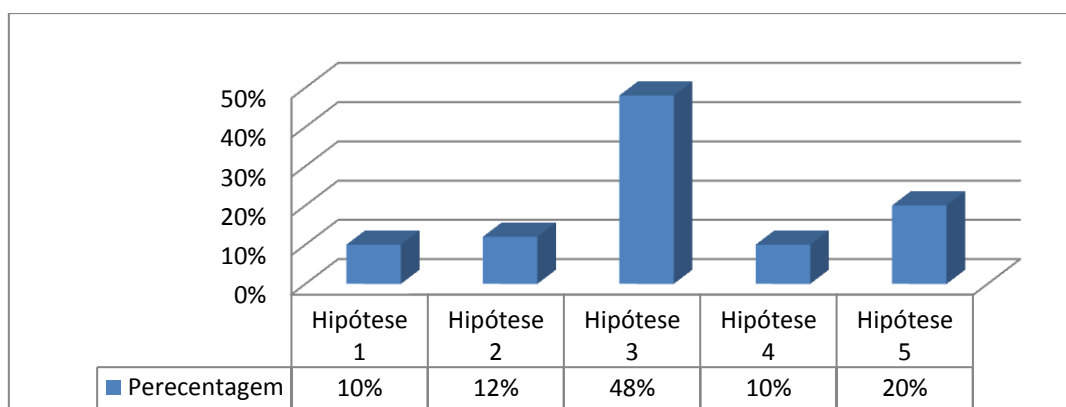
Contudo, de notar que uma pequena parte dos inquiridos escolheu outra hipótese, o que faz com que possamos dizer que não tem dificuldade nenhuma em acompanhar as aulas. Esta declaração, quando relacionada com anteriores, permite-nos perceber que este grupo de docentes já tinha conhecimentos de língua portuguesa antes da reintrodução da língua nas

escolas, daí que, não sintam dificuldades em entender as explicações dos docentes na sala de aula.

Vigésima terceira questão – sente-se frustrado/a com esta situação?

Com esta questão, mais uma vez, pretendia-se conhecer as opiniões dos docentes sobre a sua situação real em relação à aprendizagem na sala de aula ou na convivência com os colegas durante a formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho.

Gráfico 23 – Sente-se frustrado/a com esta situação?

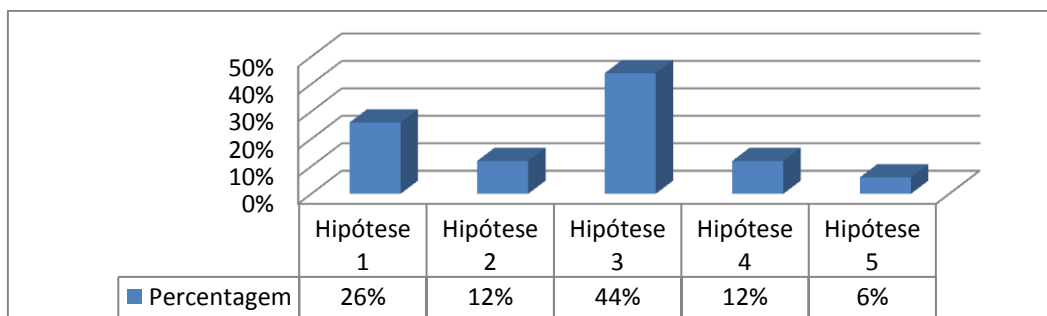


Os resultados dos dados mostram que a maior parte dos inquiridos escolheu a terceira hipótese. Sentem-se frustrados com a sua realidade de aprendizagem, porque, às vezes, não conseguem acompanhar bem as aulas e, ainda pior, não entendem o que está a ser dito pelos seus docentes. Esta é uma experiência muito dura, pois é difícil estudar num ambiente em que não se compreende o que é dito e em que não se consegue comunicar. Porém, outros respondentes escolheram a primeira e a segunda hipótese, o que mostra o seu sentimento de frustração com esta situação. Mas ainda bem que nem todos se sentem da mesma situação. De facto, no grupo há quem não tenha problemas com a língua. Não se sentem frustrados, porque já tinham tido uma boa preparação antes de frequentarem as aulas e, portanto, o conhecimento da língua portuguesa já era muito, quando iniciaram o processo da formação na sala de aula.

Vigésima quarta pergunta – Procura introduzir-se nos grupos de estudantes?

Através desta questão, pretende-se saber a importância dos inquiridos se introduzirem nos grupos de estudantes que falam português e de procurarem conviver para poderem ter ajuda quando surgem dificuldades.

Gráfico 24 – Procura introduzir-se no grupo?



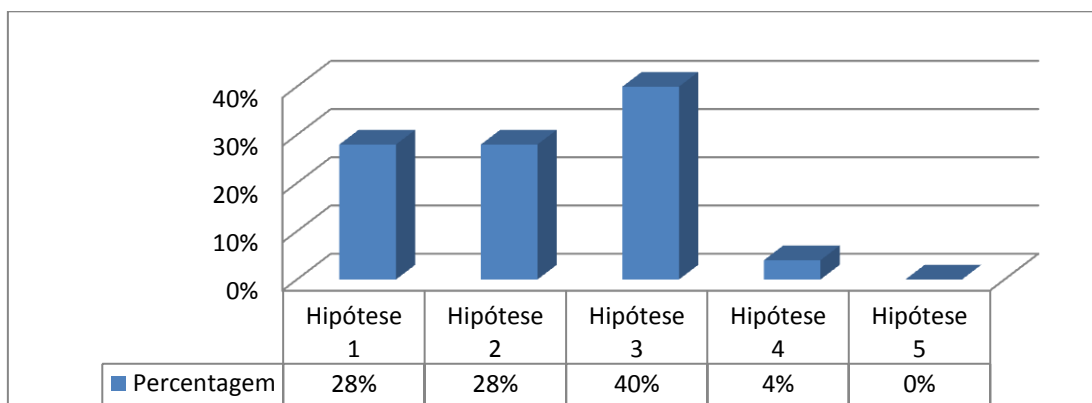
Analisando os resultados, verifica-se que as primeiras e a terceira opções foram, claramente, as mais escolhidas. Na verdade, os docentes em situações difíceis não ficam retraídos com a situação. Antes pelo contrário, procuram, com as suas próprias maneiras, juntar-se aos outros colegas que os possam ajudar a resolver os seus problemas. Esta é a realidade que os formandos praticam durante a formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho.

A segunda e a quarta hipótese têm uma frequência idêntica, o que mostra que os docentes que estudaram em Portugal procuraram sempre várias maneiras para resolverem os seus problemas, principalmente os que se relacionavam com a língua portuguesa e com os trabalhos dos seus cursos de especialidade. Há alguns inquiridos que escolheram a quinta hipótese – *nunca*. Provavelmente, esta situação aconteceu porque os inquiridos estavam distraídos ou não estavam atentos quando responderam as questões, porque, na realidade, todos os timorenses que estão a estudar na Universidade do Minho mantêm sempre contactos com os colegas portugueses e solicitam a ajuda dos seus docentes quando não entendem alguma matéria e, algumas vezes, os colegas portugueses oferecem-lhes apoio, como na correção da língua portuguesa.

Vigésima quinta questão – Quando tem dificuldades contacta sempre seu docente?

Com esta questão, pretendia-se saber se os respondentes, para resolverem os seus problemas, contactam os seus docentes para pedirem explicações, quando encontram algumas dificuldades.

Gráfico 25 – Sente dificuldade em contacto o docente?

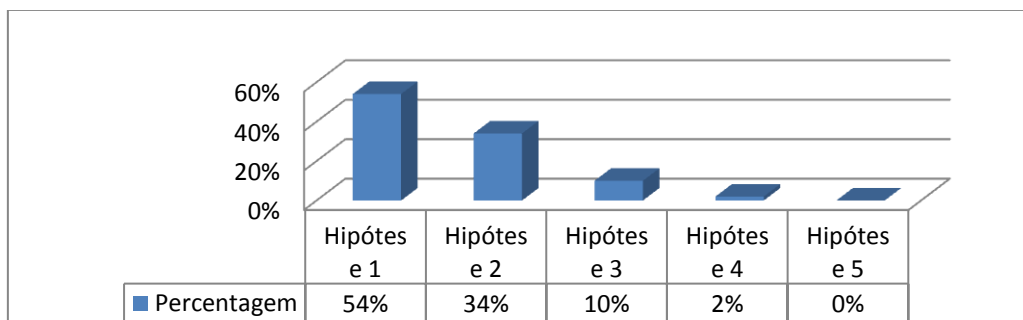


Os resultados dos dados apresentam que a primeira, segunda e terceira hipóteses foram, claramente, as mais escolhidas, ficando as outras hipóteses como a quarta e a quinta com níveis muito baixos. A razão para esta escolha prende-se com o facto de os formandos, durante o processo de aprendizagem na sala de aula ou fora dela, tentarem sempre encontrar os seus docentes para lhes pedirem ajuda, nomeadamente mais explicações. Estabelecendo uma relação com a questão anterior, os formandos mantêm sempre contactos com eles, a fim de tirarem dúvidas, mais do que com os colegas.

Vigésima sexta questão – Age ativamente para tentar resolver os problemas e isso exige-lhe muito esforço?

Por meio desta questão, havia o intuito de verificar o interesse dos respondentes em fazerem algo para suportar a sua formação, isto é, de saber se os inquiridos, no processo de desenvolvimento das suas capacidades e conhecimentos, se esforçaram sempre para resolverem as dificuldades.

Gráfico 26 – Age ativamente para tentar resolver os problemas e isso exige-lhe muito esforço?

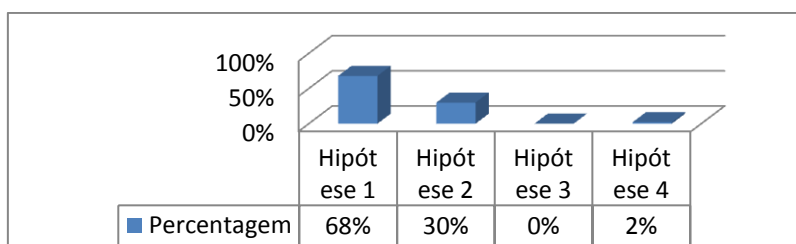


Os resultados de dados mostram que os inquiridos no processo de formação, *sempre* ou *quase sempre*, tentaram, de várias maneiras, fazer uma aproximação dos colegas portugueses e dos seus docentes. Às vezes, elaboram os trabalhos sozinhos e, depois, pedem ajuda aos professores do curso de língua portuguesa ou aos colegas portugueses para corrigirem a língua portuguesa, antes de os entregarem aos seus docentes.

Vigésima sétima questão – Como é que participa na aula ativamente se não entende bem a língua portuguesa?

Com esta questão, pretendíamos saber melhor qual foi a forma utilizada para encarar as dificuldades surgidas, uma vez que, como referimos nas questões anteriores, a maior parte dos inquiridos responderam quase sempre e sempre a tentar para resolver seu problema sobre a língua portuguesa como contacto com seu docente e os colegas. Assim, queríamos verificar o nível de entendimento dos respondentes durante a sua participação na sala de aula.

Gráfico 27 - Como é que participa na sala ativamente se não entende bem a LP?



Analisando os resultados, verifica-se que as duas primeiras hipóteses foram claramente as mais escolhidas, por razões óbvias, já que, nas questões anteriores, os inquiridos declararam que, no seu estudo, sempre tentaram, através de várias maneiras, aproximar-se dos seus docentes ou dos colegas portugueses, para poderem resolver os seus problemas. Assim, quando encontram dificuldades na sala de aula, observa-se que os respondentes tentam procurar imediatamente pessoas que os possam ajudar. E, além de contactarem os docentes e os colegas, os inquiridos também procuram resolver os seus problemas consultando dicionários ou no *google*.

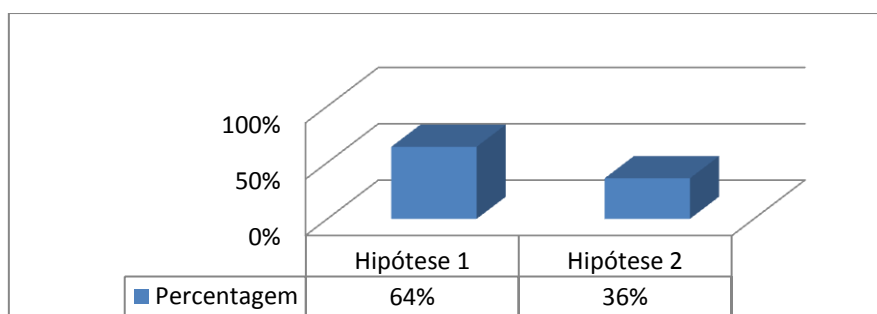
A segunda resposta com uma frequência média mostra que os inquiridos, na sala de aula, por vezes, só entendem um pouco da matéria que é explicada pelo docente. Esta situação é normal, pois a língua é a chave para se poderem compreender as explicações na sala de aula e

para que se possa fazer uma correta leitura de textos. Ora, como o conhecimento da língua portuguesa não é suficiente, torna-se difícil entender bem aquilo que foi explicado pelo docente.

Vigésima oitava questão – A área do seu curso ainda tem relação com seu estudo de licenciatura?

Por meio desta questão, pretende-se ter informação sobre o curso, ou seja, a área de especialização escolhida pelos inquiridos, para saber se está relacionada com a Licenciatura. Seria melhor se a área de especialização dos respondentes tivesse uma relação direta com a Licenciatura, porque, desta forma, os inquiridos já teriam algumas noções, portanto, só precisariam de apreender e de aperfeiçoar a língua portuguesa.

Gráfico 28 – A área do seu curso ainda tem relação com os seus estudos de licenciatura?

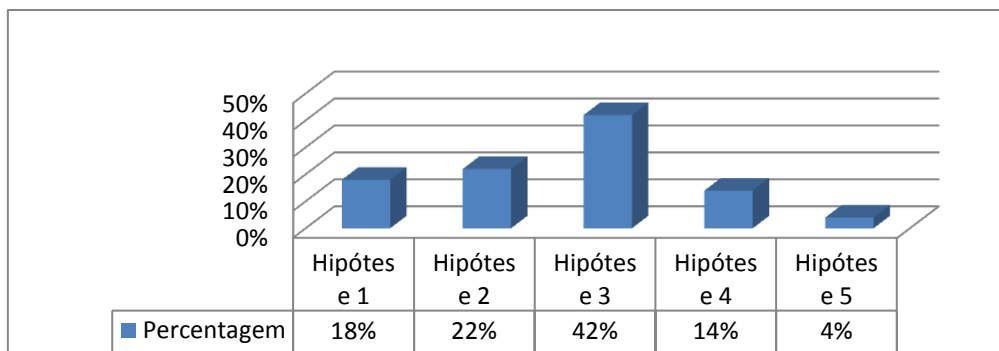


Os resultados mostram que entre os inquiridos, a maior parte assinala a primeira hipótese. Os formandos escolheram uma área de especialização que tinha relação com a sua Licenciatura. Assim, no processo de aprendizagem, na sala de aula, não têm dificuldade na compreensão das matérias. Em relação àqueles cuja área de especialização não tem relação com a Licenciatura, precisam de se esforçar mais para poderem entender as matérias dadas na sala de aula.

Vigésima nona questão – Se ainda há relação com a licenciatura, então o curso atual fácil?

Esta questão está relacionada com a anterior e, através dela, pretende-se saber quais são as opiniões dos inquiridos sobre as aulas dos seus cursos de especialização.

Gráfico 29 – Se ainda há relação com a sua licenciatura então o seu curso atual fácil?



Para os inquiridos que escolheram a terceira hipótese, é mais fácil a sua formação nas áreas de especialização, porque há uma relação com a sua Licenciatura. Quando relacionamos esta questão com a vigésima oitavo, vemos que a maior parte respondeu que escolha da área de especialização tem relação com Licenciatura. Assim, os inquiridos que assinalaram a resposta – *pouco fácil* –, fizeram-no porque as matérias já tinham sido estudadas na Licenciatura.

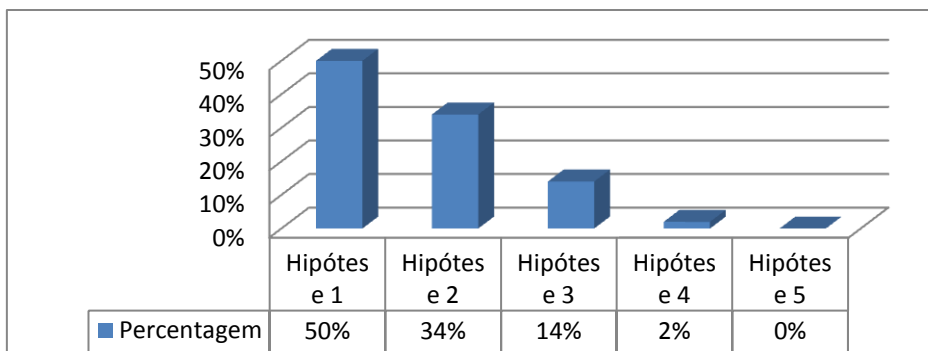
Para os inquiridos que escolheram a segunda e primeira hipótese fácil e muito fácil a razão é que as matérias ainda há relação com sua formação na licenciatura e também já tem o conhecimento em língua portuguesa. Porém, os que selecionaram as hipóteses quatro e cinco mostram que a situação que enfrentam na sala de aula é muito difícil, é-lhes difícil acompanhar as aulas porque a área que escolherem não se relaciona com a Licenciatura e, por isso, precisam de se esforçar para poderem compreender o que é lecionado.

4.5. A utilização da língua portuguesa para lecionar na universidade.

Trigésima questão – Aprender a LP em 2 ou 3 anos já é suficiente para lecionar?

Pretendia-se saber, através desta questão, quais são as perspetivas dos inquiridos sobre os conhecimentos adquiridos em língua portuguesa, nomeadamente no que respeita à preparação para lecionarem na sala de aula depois de terminarem a formação em Portugal. Para os que já concluíram o curso, queremos saber quais são as suas opiniões sobre a implementação do programa de utilização da língua portuguesa como língua de leção no ensino universitário.

Gráfico 30 – Aprender a LP em 2 ou 3 anos e já é suficiente para lecionar?

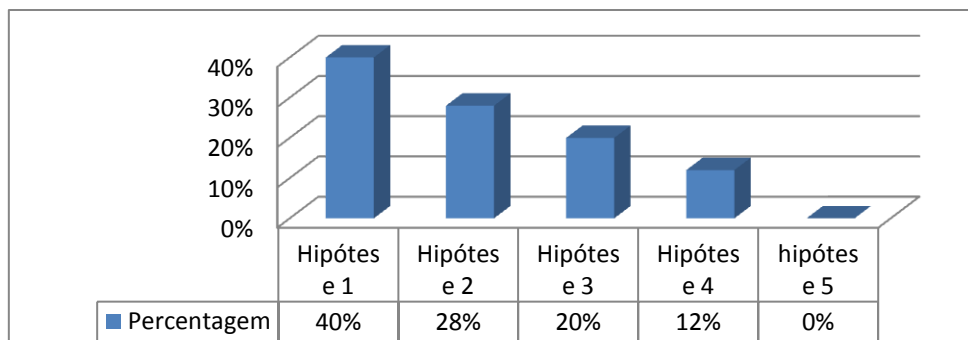


Os resultados mostram que os inquiridos que já frequentaram vários níveis de um curso de língua portuguesa, durante a sua formação em Portugal ainda não sentem essa formação como suficiente para poderem implementar o português na sala de aula. Os respondentes preferiam ter mais um curso contínuo mais orientado para os seus interesses particulares. Para eles, o curso de língua portuguesa que frequentaram só permitiu apreender e aperfeiçoar a língua portuguesa para poderem compreender as matérias na sala de aula, mas para escreverem bem um artigo científico ainda não é suficiente. Deste modo, neste momento, os inquiridos ainda dependem da ajuda de outros para corrigirem os seus trabalhos. Para superar esta situação, os formados necessitam de um curso mais específico, para, assim poderem ter práticas de escritas.

Trigésima primeira questão – Se já terminou o curso de mestrado/doutoramento isso significa que já pode lecionar em LP?

Por meio desta questão, pretendia verificar a perspetiva dos respondentes que neste momento estão a frequentar a formação em Portugal, principalmente na Universidade do Minho e também dos que já concluíram os cursos e já regressaram para Timor-Leste, em relação ao conhecimento da língua portuguesa, designadamente se é suficiente para conseguirem lecionar para fazerem um trabalho científico autonomamente.

Gráfico 31 – Se já terminou o seu curso de mestrado/doutorado isso significa que já pode lecionar em LP?

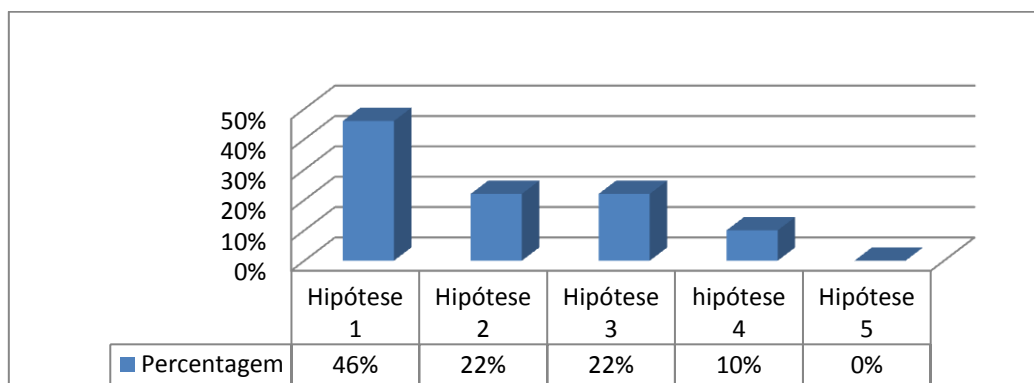


Os resultados mostram que as primeiras duas hipóteses foram escolhidas por muitos inquiridos. A razão relaciona-se com o facto de a maior parte dos respondentes que neste momento está a frequentar a formação, depois de terminar o curso de especialização irá ensinar em língua portuguesa. Relativamente aos que já concluíram o curso e já regressaram para Timor-Leste, que são 15, neste momento, estão a implementar o plano, na universidade, de utilização da língua portuguesa para lecionar. Apenas uma minoria tem dúvidas acerca da utilização da língua portuguesa para lecionar.

Trigésima segunda questão – Utiliza sempre a LP nas atividades letivas?

Pretendia, nesta parte, saber as opiniões dos formados sobre a utilização da língua portuguesa como a língua de opção obrigatória para a leção na sala de aula. No que concerne aos que já concluíram os seus cursos e já regressaram para Timor-Leste, tinha o objetivo de saber se, no seu quotidiano, utilizam a língua portuguesa para lecionar na sala de aula.

Gráfico 32 - Utiliza sempre a LP nas atividades letivas?



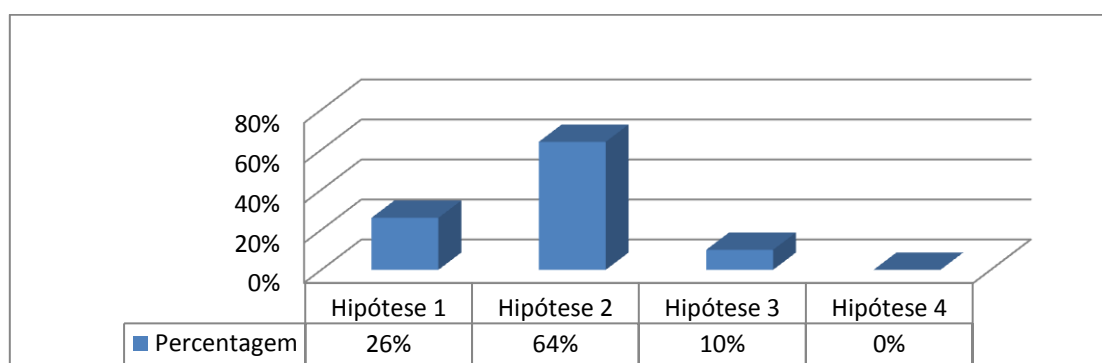
Os resultados desta questão devem ser relacionados com os da pergunta anterior, uma vez que através de ambas se pretende obter informações sobre as perspetivas dos formandos no contexto de utilização da língua portuguesa para lecionar na sala de aula.

A maioria dos inquiridos que ainda está a estudar em Portugal tem a seguinte perspetiva: depois de terminar a formação, irá cumprir o plano da universidade de utilizar a língua portuguesa como a língua de ensino. Os que já concluíram os seus cursos e já regressaram para Timor-Leste utilizam sempre ou quase sempre, o português para lecionarem.

Trigésima terceira questão – Como é que utiliza a língua portuguesa na sala de aula?

Com esta questão, pretendia saber de que forma os formados utilizam a língua portuguesa no ensino.

Gráfico 33: Como é que utiliza a LP na sala de aula?

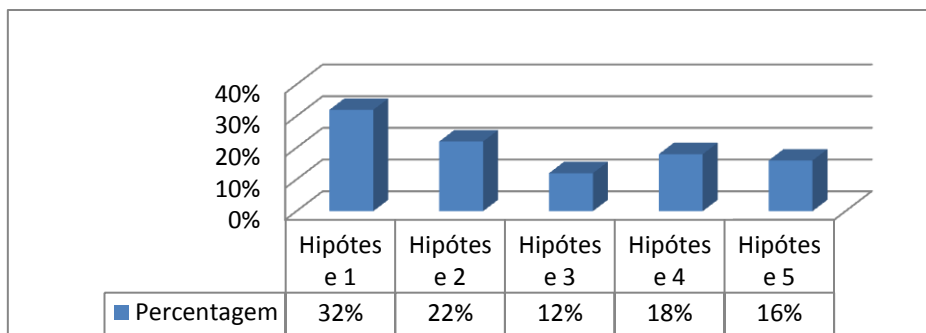


Os dados mostram que a maioria dos formados tem uma perspetiva que quando terminar o curso precisa de se esforçar para lecionar em língua portuguesa. Dos que já concluíram o curso e que, neste momento, utilizam a língua portuguesa para ensinar, alguns estão a trabalhar com professores portugueses e brasileiros para prepararem materiais de ensino e para elaborarem planos de aula. Estes professores ajudam os formados no processo de ensino, além disso, também os ajuda a apreender e a aprofundar os seus conhecimentos em língua portuguesa.

Trigésima quarta questão – Costuma lecionar em língua portuguesa?

Com esta questão, queria verificar qual é a situação da utilização da língua portuguesa na sala de aula. De facto, é uma questão importante, na medida em que os formados antes de continuarem os estudos já usavam o português para ensinar e, depois de concluírem os seus cursos, irão utiliza-lo para lecionar na sala de aula.

Gráfico 34 – Costuma lecionar em LP?

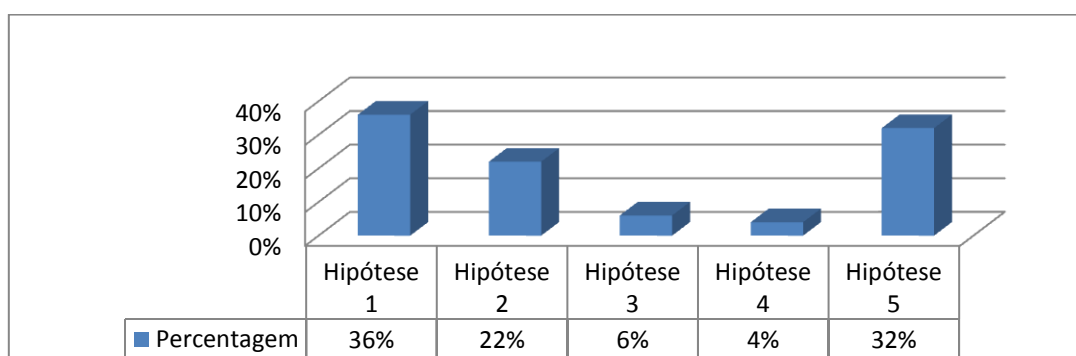


Os resultados mostram que muitos inquiridos escolheram a primeira e a segunda hipóteses, e fizeram-no porque pretendem utilizar a língua portuguesa para lecionar. Apesar de alguns docentes terem respondido *não* ou *raramente*, o plano da universidade prevê que as aulas sejam lecionadas em língua portuguesa. Assim, os formandos que estão a estudar em Portugal e os que já concluíram os estudos e já regressaram para Timor-Leste têm de cumprir as regras da universidade, pois a instituição fez um grande investimento para a formação dos seus docentes com o objetivo à implementação do programa.

Trigésima quinta questão - Como é que deve desenvolver a LP como língua oficial?

Com esta questão, pretendia conhecer o posicionamento dos formandos face à aprendizagem e ao aperfeiçoamento da língua portuguesa. A finalidade é a de saber quais são os métodos utilizados pelos formandos, como educadores, para desenvolverem e transmitirem a língua portuguesa aos seus estudantes.

Gráfico 35 – Como é que se deve desenvolver a LP como língua oficial?



Os dados mostram que a frequência de um curso de língua portuguesa e a conclusão dos estudos numa área de especialização ainda não são suficientes para os docentes poderem utilizar bem a língua portuguesa. Necessitam de mais cursos de língua portuguesa, para o

poderem fazer. No que respeita aos que já estão em Timor-Leste, também necessitam de um curso específico para poderem escrever bem em artigos.

4.6. Cruzar as variáveis

Nesta parte do trabalho, pretende-se refletir sobre os dados que já foram transcritos, para se poder fazer uma análise mais profunda sobre a relevância das realidades dos formandos no processo de utilização da língua portuguesa depois de concluir a sua formação em Portugal. Também se pretende saber se, quando terminarem a sua formação e regressarem para Timor-Leste, os formandos já estarão preparados para implementarem a língua portuguesa como língua de ensino na universidade. Este objetivo vai ser concretizado no futuro, pelos que ainda estão a estudar em Portugal principalmente na Universidade do Minho ou já está a ser realizado pelos que já terminaram o seu curso e já regressaram para Timor-Leste.

O tempo para aprender a língua portuguesa é bastante limitado, será que já é suficiente para os formandos poderem utilizar esta língua para leccionarem ou ainda é preciso que aprofundem os seus conhecimentos em língua portuguesa? Poderão, por exemplo, frequentar um curso de língua portuguesa depois de concluírem a sua formação em Portugal. Assim, o conhecimento dos docentes poderá ser desenvolvido e, conseqüentemente, desenvolver-se-á o processo de implementação do ensino em língua portuguesa.

1. Posição estrutural versus tempo de estudo da língua portuguesa.

		Aprender LP 2 ou 3 anos suficiente para lecionar				Total
		Precisa de mais curso	Já é suficiente	Ainda não é suficiente	Não precisa curso	
Posição estrutural	Nível superior	0	1	1	0	2
	Diretor da faculdade	3	2	0	0	5
	Chefe departamento	1	6	0	0	7
	Docente normal	21	8	6	1	36
Total		25	17	7	1	50

O resultado da análise dos dados mostra que, entre os 50 inquiridos há 25 que ainda precisam de frequentar mais o curso da língua portuguesa e 7 que estão a declarar que os seus conhecimentos da língua portuguesa ainda não são suficientes para implementar ou para lecionar na sala de aula. Sendo assim, os formados que estão prontos para implementar o programa de utilização da língua portuguesa no processo de leção são menores. Este facto mostra que os formados mesmo que já tenham frequentado vários níveis de um curso de língua portuguesa, e de já terem concluído os seus cursos de especialização em língua portuguesa, consideram que os seus conhecimentos de língua portuguesa ainda não são suficientes para poderem implementar a utilização da língua quando regressarem a Timor-Leste. Assim, a maior parte dos inquiridos sugeriu para que houvesse outro tipo de cursos para os poder ajudar a aprofundar os seus conhecimentos de língua portuguesa. Assim, os números dos formados que ainda precisam de frequentar mais o curso de língua portuguesa é maior quando comparamos com os que já estão prontos para utilizar esta língua para lecionar.

2. Dificuldades de ensino em LP versus Curso de LP

	Terminam o curso em LP				Total
	quase sempre	sempre	às vezes	raramente	
maneira de lidar contacto com as colegas	7	4	1	1	13
dificuldade português					
contacto docente	3	1	0	0	4
trabalha sozinho	4	1	1	1	7
todas resposta	6	8	8	4	26
estão certas					
Total	20	14	10	6	50

Os resultados dos dados mostram que os formados estão a fazer um grande esforço para aumentar o seu conhecimento e aperfeiçoar a língua portuguesa. O esforço é feito através do

contacto com colegas falantes de língua portuguesa e também com os seus docentes. Os inquiridos que indicam “quase sempre manter” os seus contactos com os docentes e os colegas são 20 e os que referem “sempre” são 14. Assim, neste momento, os formandos estão-se a esforçar para poderem melhorar os seus conhecimentos em língua portuguesa e como assim, pode facilitar -lhes no processo de lecionação na sala de aula. Os formandos consideram que se deve fazer comunicação com os colegas que falam a língua portuguesa e os docentes, sendo esta a melhor maneira de apreender e aperfeiçoar a língua portuguesa.

3. Método de aprendizagem versus obrigatoriedade do ensino da LP

	Obrigatório para lecionar em LP				Total
	quase sempre	sempre	às vezes	raramente	
Maneira fácil aprender LP ler escrever	23	11	11	5	50
Total	23	11	11	5	50

Os resultados dos dados desta tabela mostram que os inquiridos têm disponibilidades de utilizar a língua portuguesa como a língua de opção obrigatória. E os inquiridos apresentam sua opinião de quase sempre utilizar a língua portuguesa 23 e os que utilizam sempre 11. Assim, pode dizer que os formados que estão a estudar na Universidade do Minho e os que já concluíram sua formação e já regressarem a Timor-Leste na maioria dos números têm perspectivas de utilizar ou já utilizarem esta língua para lecionar na sala de aula. As opiniões dos formados apresentam resultados do sucesso de formação que eles frequentam em Portugal nomeadamente no conhecimento da língua portuguesa.

4. Comportamento na resolução dos problemas versus habito de utilizar a LP na lecionação.

			Costuma lecionar em LP					Total
			quase sempre	sempre	às vezes	raramente	nunca	
Ativamente tentar resolver	quase sempre		12	5	2	4	4	27
	sempre		4	4	3	3	3	17
	às vezes		0	2	0	2	1	5
	raramente		0	0	1	0	0	1
Total			16	11	6	9	8	50

Os dados mostram que a maior parte dos inquiridos (16) responderam lecionar em língua portuguesa quase sempre, sendo 11os que responderam “sempre”. Isso significa que, apesar de formação, em Portugal, nomeadamente na Universidade do Minho, mesmo sendo bastante curta, mas os formados mostram que teve sucesso. Porque, os formados têm grande iniciativa para aperfeiçoar a língua portuguesa durante sua formação em Portugal para depois terminar sua formação e regressarem a Timor-Leste já poder utilizar esta língua, ou seja, já poder entender bem os textos em língua portuguesa com o objetivo de interpretar bem as matérias para lecionar na sala de aula. Os formados têm uma perspetiva positiva sobre a implementação do programa de utilização da língua portuguesa no processo de lecionação e, para os que já concluíram a sua formação e já regressarem a Timor-Leste também mostra um sucesso durante sua formação em Portugal como já utilizar a língua portuguesa na sala de aula.

5. Dificuldades no contacto com os docentes versus no uso da LP.

		raramente utilizo a LP					Total
		Preciso de aprender mais	Preciso de participar mais no curso	Basta ler e escrever em LP	Pratica sempre LP	Todas as respostas estão certas.	
dificuldades	quase	7	3	0	0	4	14
contacto	o sempre						
docente	Sempre	4	3	0	2	5	14
	às vezes	5	5	3	0	7	20
	raramente	2	0	0	0	0	2
Total		18	11	3	2	16	50

Os resultados da tabela 3 e 4 mostram um grande sucesso dos formados para a implementação do programa de utilização da língua portuguesa no ensino mas os resultados dos dados na última tabela mostram que 18 inquiridos ainda precisam de apreender mais a língua portuguesa e 11 que precisam de participar mais o curso. Como assim, pode dizer que entre 50 inquiridos há 29 que estão a necessitar de apreender e frequentar o curso de língua portuguesa para aprofundar mais os seus conhecimentos em língua portuguesa. Concluir a formação em língua portuguesa ainda é não suficiente para os formandos para utilizarem a língua portuguesa para lecionar nomeadamente para escrever um artigo científico.

4. CONCLUSÕES

A língua portuguesa esteve presente em Timor-Leste durante quatrocentos e cinquenta anos, tendo sido introduzida através da presença dos portugueses na ilha de Timor. O português, no início, era utilizado pelos portugueses para fazer negócios com os comerciantes timorenses, pelos missionários dominicanos, através das suas atividades religiosas, e nas escolas que foram construídas na altura. Além da utilização do português nas escolas e nas atividades da Igreja, a língua portuguesa era a única língua de serviço da administração e, assim, esta língua era considerada influente para os funcionários timorenses e as suas famílias. A língua portuguesa estava enraizada em Timor-Leste e já fazia parte da identidade e a cultura dos timorenses.

Durante a luta pela independência de Timor-Leste, a língua portuguesa foi uma arma importante para a estratégia de luta, porque os líderes da luta da resistência, que estavam no mato, e os diplomáticos da resistência, no estrangeiro, consideravam-na como a única língua ortograficamente desenvolvida em Timor-Leste. Segundo o atual Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Taur Matan Ruak (2001:41), os fatores para manter a língua portuguesa em Timor-Leste foram “a presença de intelectuais falantes da língua, a existência número elevado de timorenses conhecedores da língua escrita e por ser única ortograficamente desenvolvida na ilha.”

Quando os indonésios ocuparam ilha de Timor, proibiram a utilização do português e introduziram a sua língua para ser a língua do trabalho e de ensino nas escolas. Esta situação prejudicou as gerações da altura, pois deixaram de conhecer com a língua portuguesa. Deste modo, começaram a surgir diferenças entre as gerações: as gerações mais velhas que tinham estudado no tempo do colonialismo português, conheciam o português ou falavam o português, porque estudam e praticam a língua portuguesa; pelo contrário os que cresceram durante o período da ocupação indonésia, só sabiam e conheciam a língua indonésia.

Neste sentido, o sistema educativo que existia também se baseava na situação real do conhecimento na língua, ainda precisa de formação específica na língua portuguesa para responder ao problema de falta de recursos humanos e pudesse ajudar para desenvolver a língua portuguesa que estamos a considerar como a nossa língua oficial.

No tempo colonial português, a escola ainda não estava muito desenvolvida e, na altura, só havia o ensino primário, já que o ensino Pré-secundário e Secundário só existia na capital. O processo

de desenvolvimento da língua portuguesa na comunidade é ainda limitada para só um grupo elite e ainda não é bem desenvolvida no ceio das comunidades. Assim, a invasão da Indonésia traz a influência de incomodar o desenvolvimento a língua portuguesa em Timor-Leste que os líderes de 1975 já escolheram como a língua oficial.

Indonésio, durante 24 anos, na sua ocupação começou a ter influências no funcionamento das escolas, até nos sucos, e, assim, o ensino Pré- secundário e Secundário começou a existir em todo os distritos, e o Ensino Superior começou a funcionar na capital, em Díli. É de notar aqueles que se formavam no tempo da ocupação indonésia eram formados em língua indonésia, e os recursos humanos que trabalhavam naquele momento eram, na maioria, da indonésia.

Posteriormente, em 1999, quando a atividade educativa recomeçou, foram necessários docentes para o ensino, mas os recursos ainda eram limitados e os que estavam preparados para o ensino, tinham sido todos formados em língua indonésia, poucos tinham formação em língua portuguesa. Em 2000 surgiu, assim, uma exigência a reintrodução da língua portuguesa nas escola, o que tornou necessário ter docentes com conhecimentos em língua portuguesa. Para isso, o Governo português fez com que professores portugueses dessem formação aos docentes timorenses, desde o Ensino Básico até ao Ensino Superior. Para além disso, em 2002, a Constituição da República Democrática de Timor-Leste consagrou a língua portuguesa como a língua oficial, tal como a língua tétum, o que se pode ler no artigo 13 (3).

Para desenvolver o português, o Governo, através do Ministério da Educação, criou um programa de formação para os professores. O programa de formação na língua portuguesa já começou a funcionar no início do ano de 2000 mesmo que o curso ainda não se encontrasse a funcionar no máximo como agora ou ainda só estivesse realizado para os docentes do Ensino Básico e Pré-Secundário para responder ao programa do Ministério da Educação de utilizar a língua portuguesa para lecionar na sala de aula.

Quanto aos docentes do Ensino Superior, a maior parte também se formou em língua indonésia, por isso, neste momento, precisaram de ter formação em língua portuguesa para poderem elevar os seus conhecimentos sobre esta língua. Neste sentido, o Ensino Superior vai preparar os seus docentes para implementarem o programa de utilização da língua portuguesa.

A Universidade Nacional Timor Lorosa'e foi a única universidade pública que existe em Timor-Leste, a qual financiada pelo Governo. Deste modo, para implementar o programa do

Governo de utilização da língua portuguesa para a lecionação, a UNTL através de cooperação com o países de língua portuguesa, como Portugal e o Brasil, está a desenvolver um programa de formação para o aperfeiçoamento do português, tendo em vista a capacitação dos docentes na sua área de especialização.

A Universidade Nacional Timor Lorosa'e enviou os seus docentes, através de uma cooperação com o IPAD, para Portugal e, através do CAPES, para o Brasil, com o objetivo para os formar e capacitar na sua área de especialização e na língua portuguesa. O Governo de Timor-Leste, através da Universidade Nacional Timor Lorosa'e, financia os seus docentes para tirarem os cursos de Mestrado e de Doutoramento na universidades públicas em Portugal. Os docentes que são enviados pela UNTL, antes de iniciarem a formação na sua área de especialização, frequentam um curso de preparação de língua portuguesa na Universidade do Minho. Depois disso, são espalhados por outras universidade públicas como a Universidade de Aveiro, de Évora, Lisboa e a Universidade do Minho.

Os docentes frequentam um curso de especialização na Universidade do Minho, além dessa formação, frequentam um curso de língua portuguesa, para poderem aprofundar os seus conhecimentos na língua. Durante a sua formação na área de especialização, os docentes fazem vários esforços para poderem lidar com as suas dificuldades, de compreensão da língua portuguesa. Tentam sempre contactar com os seus docentes, ou com os colegas que falam português, para lhes poderem pedir ajuda aquando da realização dos seus trabalhos. Além disso, também se esforçam para tentarem fazer os seus trabalhos autonomamente e, depois pedirem a ajuda a colegas para corrigirem a língua portuguesa.

Os docentes que neste momento estão a estudar têm uma grande perspectiva de que quando concluírem os seus cursos na Universidade do Minho, e quando regressarem a Timor-Leste, vão utilizar a língua portuguesa na lecionação. No que respeita aos que já concluíram os seus cursos e já regressaram para Timor-Leste, algumas vezes utilizam a língua portuguesa para lecionar na sala de aula. Há alguns docentes que, no seu processo de lecionação, são ajudados por professores portugueses e brasileiros, portanto, já utilizem a língua portuguesa para lecionar.

Mesmo que na sua lecionação os docentes já utilizem a língua portuguesa, observamos a opinião generalizada de que pretendem sugerir para a Universidade (UNTL) para disponibilizar mais o curso de língua portuguesa, mais específico, para poder ajudar os docentes no processo

de escrever os artigos científicos. Assim, vão aprofundar e melhorar as suas capacidades para escreverem em língua portuguesa, principalmente para produzirem artigos científicos na sua área de especialização. Além disso poderão lecionar bem em língua portuguesa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

Alkatiri, Mari Amudin, (2008) "A Identidade do Povo de Timor-Leste e a Língua Portuguesa". Intervenção Proferida no II Congresso da Educação de Timor-Leste. Ministério dos Negócios Estrangeiros, Dili, Timor-Leste, pp: 1-8.

Belo, Carlos Filipe Ximenes (2008), "A Língua Portuguesa em Timor-Leste". Disponível em: http://forum-haksasuk.blogspot.com/2008/05/Ingua-portuguesa-em-timor-leste_18.html . Acedido em 2 de Outubro de 2011.

Brito, Regina Helena e Martins, Moisés de Lemos (s/d), "Moçambique e Timor-Leste: onde também se fala o português". Disponível em : http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1005/1/moisismartins_reginabrito_SOPCOM_2004.pdf . Acedido em 28 de Outubro de 2011.

Brito, Regina Helena Pires e Bastos, Neusa Maria Oliveira Barbosa (2007) ""Hello, mister", "Obrigadu barak" e "boa tarde": desafios da expressão linguística em Timor-Leste", pp: 235 - 246. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/reaa/v2n3/v2n3a19.pdf>. Acedido em 23 de Outubro de 2011.

Brito, Regina H. Pires & Corte-real, Benjamin de Araújo (s/d), "*Aspecto da política de Timor Leste, desvendando contra corrente*". P. Disponível em : http://www.mackenzie.br/fileadmin/Pos_Graduacao/Doutorado/Letras/Publicacoes/Artigo_2_Regininha_Aspectos_da_politica_linguistica_de_Timor_Leste.pdf . Acedido em 12 de Outubro de 2011.

Bolina, Mariette (2005), "Timor e a Língua Portuguesa no seu Projecto Educativo", Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rle/n6/n6a12.pdf>. Acedido em 27 de Dezembro de 2011.

Carvalho, Maria José Albarran (2001) *Panorama Linguístico de Timor - Identidade Regional, Nacional e Pessoal*. Instituto Camões e Universidade Nacional de Timor Lorosa'e, pp. 65-79.

Costa, Luís (2001) "O Tétum, factor de identidade nacional" in *Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, n° 14, jul.-set. 2001. Instituto Camões, pp:59-64.

Constituição da República Democrática de Timor-Leste, 2002; Dili, Timor-Leste, pp: 14.

"*Ensino do Portuguesa é Reforçado em Timor*", 2010. Disponível em: <http://www.tvciencia.pt/tvcnot/pagnot/tvcnot03.asp?codpub=22&codnot=69>. Acedido em 12 de Dezembro de 2011.

Felgueiras, João (2001), "As Raízes da Resistência" in *Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, n° 14 jul.-set. 2001. Instituto Camões, pp:42-49.

“Fontes: População de Macau: Portal do Governo da RAE de Macau Restante população: Nações Unidas” (2010). Disponível em: <http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/falantes-de-portugues> . Acedido em 28 de julho de 2012.

Gomes, José Júlio (2002), "Timor-Leste referendo e os resultados das eleições de 1999". Disponível em: http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2002_2_10_c.html#dados. Acedido em 28 de Outubro de 2011.

Gunn, Geoffry C. (2001) "Língua e cultura na construção da identidade de Timor-Leste" in *Revista de Letras e Cultura Lusofonia*, n° 14, jul.-set. 2001. Instituto Camões, pp.14-25.

Hull, Geoffry, (2001), "*Identidade, Língua e Política educacional*," in Ministério dos Negócios Estrangeiros Timor-Leste, Instituto Camões, pp. 37.

Hill, M. & Hill, A. (2002) *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

Jerónimo, Agapito da Costa, (2011) *Formação contínua dos professores no ensino não superior em Timor-Leste*", Universidade de Aveiro, Departamento da Educação, p. 53.

Jornal da República (2010), *Decreto-Lei n° 22/2010* "Lei Orgânica do Ministério da Educação", pp: 6.

Lei de Bases da Educação N.° 14/2008 de 29 de Outubro, *Jornal da República*, publicação oficial da República Democrática de Timor-Leste. Ministério da Educação, Díli, Timor-Leste, pp:1-18.

Loureiro, Rui Manuel (2001) "Onde nasce o sândalo: Os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVI" in *Revista de Letras e Cultura Lusofonia*, n° 14, jul.-set. 2001. Instituto Camões, pp.93-104.

Miguel Pina e Cunha et al. (2010) Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano. Lisboa, pp: 382.

Matos, Artur Teodoro (1974) Timor Português 1515-1769, Contribuição para a sua História. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Instituto Histórico Infante Dom Henrique, Lisboa, pp: 36-93.

Meneses, Duarte Nuno de Castro, (2008) *Timor: De Colónia a País nos fins dos séculos XX. Um Sistema Educativo em Reestruturação (Um Estudo Documental)*. Universidade Portucalense Infante D. Henrique", pp. 89. Disponível em:

<http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/49/1/TME%20286.pdf>. Acedido em 2 de Janeiro de 2012.

Minhava, A., *et al* (s/d) “Metodologia Investigação”. Disponível em:

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/QuestionarioT2.pdf>. Acedido em 5 de Maio de 2012.

Moraes, Júlio Oliveira e Theophilo, Carlos Renato, “Evasão do Ensino superior”. Estudo dos fatores causadores da evasão no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Disponível em:

<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos32006/370.pdf>, Acedido em 4 de Janeiro de 2012.

Markoni, M. De A., Lakatos, E. M. (1996) Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração análise e interpretação dados. 3ª edição. São Paulo: Atlas, pp: 231

Neuenfeldt, Manuelli Cerolini (s/d:2) “*Formação de professores para o ensino superior: Reflexões sobre a docência orientada.*” Disponível em:

<http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/019e5.pdf>. Acedido em 2 de Janeiro de 2012.

Palmeira, José (2011) “Geopolítica da Língua Portuguesa”. *Revista Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa*, vol. 1, nº 11, São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, pp. 6-8. Disponível em <http://acoalfaplp.net>.

Palmeira, José (2010) “O potencial estratégico de Timor-Leste na geopolítica da CPLP”. In Michael Leach *et al.*, *Understanding Timor Leste*, Hawthorn: Swinburne Press, pp. 41-45.

Pinto, Filomena da Imaculada Conceição (2010), *A Percepção da Língua Portuguesa por Estudantes Timorenses do Ensino Superior*. Dissertação de Mestrado, disponível em: <http://run.unl.pt/bitstream/10362/4820/1/tese%20final.pdf>. Acedido em: 4 de Novembro de 2011.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2002), “*Relatório do desenvolvimento humano de Timor-Leste*”, pp.52-53. Disponível em:

http://www.tl.undp.org/undp/Publications/UNDP%20Timor-Leste%20publications/NHDR%202002/NHDR%20TL_2002_PT.pdf . Acedido em 3 de Novembro de 2011.

Ruak, Taur Matan (2001), “A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia” in *Revista de Letras e Cultura Lusófonas*, nº 14 jul.-set. 2001. Instituto Camões, pp.40-41.

Ramerini, Marco (s/d) "A herança da língua portuguesa no Oriente (Ásia)". Disponível em: <http://www.colonialvoyage.com/pt/asia/lingua/heranca.html>. Acedido em dia 3 de Novembro de 2011.

Sapsford, R. & Jupp, V. (1998) *Data collection and analysis*. London: Thousand Oaks.

Thomaz, Luís Filipe (2002) Babel Lorosa'e O problema linguístico em Timor-Leste. Lisboa: Caderno Camões, p. 131.

Tradução de uma entrevista escrita feita à D- INL pelo jornal timorense STL, 2003, traduzido por João Paulo T. Esperança, *Várzea de Letras*, n.º 9/10 de Outubro/ Novembro de 2004. Disponível em:

http://www.freewebs.com/jpesperanca/badaen%20no%20knaar%20hanorin%20lian%20iha%20Timor%20Lorosae_traducao%20para%20portugues.pdf. Acedido em 22 de Outubro de 2011.

Exmo(a) Senhor(a)

Pretendo realizar uma pesquisa relativamente ao tema “ Política da língua portuguesa em Timor-Leste: a formação de recursos humanos em Portugal”, pelo que venho por este meio solicitar a contribuição dos senhores/as para o preenchimento do seguinte questionário.

O estudo tem o objectivo de avaliar a formação dos docentes universitários da UNTL que estão a estudar em Portugal, particularmente na Universidade do Minho, e os docentes que já terminarem seus cursos e já regressaram a Timor leste para desempenharem as suas funções como docentes. Pretendo saber como estão a decorrer os seus cursos de mestrado e doutoramento e as dificuldades que enfrentam no processo de aprendizagem, particularmente da língua portuguesa; e em relação aos que já regressaram para Timor – Leste conhecer de que forma praticam os seus conhecimentos sobre a língua portuguesa na sala de aula e nos seus gabinetes.

Este estudo insere-se no âmbito da obtenção de um grau académico ao nível de mestrado. Neste contexto, solicito a sua disponibilidade no preenchimento do presente questionário, tendo como referencia a sua situação atual ao nível do estudo e do trabalho. A pesquisa é de natureza académica, sendo garantida a confidencialidade e o anonimato das respostas.

Consciente de que esta solicitação irá incomodar a sua atividade de estudo e o seu trabalho, queria realçar que a sua contribuição é vital neste estudo. Agradecia desde já a sua colaboração. Os meus melhores cumprimentos.

Muito obrigada!

Braga, Janeiro de 2012.

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO.

Vai encontrar as questões que, na globalidade, são de resposta simples e rápida, devendo ler com a máxima atenção que lhe seja possível, as várias afirmações que lhe são colocadas e marcar um X na opção (□) que melhor se adequar à sua opinião.

I PARTE: Dados pessoais e de aprendizagem da língua portuguesa (LP).

A. Dados pessoais:

1. Sexo:

❖ Masculino: □

❖ Feminino: □

2. Idade:

▪ Igual ou superior a 59: □

▪ 40 – 59 : □

▪ 31 – 39: □

▪ 20 – 30: □

3. Anos de serviço na universidade:

❖ 9– 10 : □

❖ 7 – 8: □

❖ 5 – 6 : □

❖ 3 – 4: □

❖ 1 - 2 : □

4. Posição estrutural:

▪ Nível superior: □

▪ Diretor da faculdade: □

- Chefe do departamento: ☐
- Docente normal: ☐

5. Qual o nível de estudo que está a frequentar ou já concluiu?

- ❖ Frequenta o curso de mestrado: ☐
- ❖ Frequenta o curso de doutoramento: ☐
- ❖ Concluiu o curso de mestrado: ☐
- ❖ Terminou o curso de doutoramento: ☐

6. Por favor, indique a faculdade em que esta frequentar ou na qual concluiu, o curso que referiu anteriormente.

B. A aprendizagem da língua portuguesa no seu processo do curso.

7. Gosta de aprender a língua portuguesa?

- Sempre gostou de apreender a LP: ☐
- Gosta um pouco: ☐
- Não gosta de aprender porque a LP é difícil: ☐
- Não gosta de aprender: ☐

8. Antes de estudar a língua portuguesa no curso, já tinha aprendido no agregado familiar?

- ❖ Sempre: ☐
- ❖ Quase sempre: ☐
- ❖ Às vezes: ☐
- ❖ Raramente: ☐
- ❖ Nunca: ☐

9. Já tinha frequentado alguns cursos de língua antes de vir estudar em Portugal?

❖ Sim: ☐

❖ Não: ☐

10. Qual a duração de aprendizagem da língua portuguesa em Timor – Leste?

▪ 3 - 4 anos: ☐

▪ 1 – 2 anos : ☐

▪ 6 meses : ☐

▪ 3 meses : ☐

▪ 0 – 1 mês : ☐

11. Já frequentou alguns cursos de LP na Universidade do Minho?

❖ Sim: ☐

❖ Não: ☐

12. Que tipo do curso que frequentou na UM?

▪ O curso intensivo de 3 meses: ☐

▪ O curso de verão: ☐

▪ O curso anual: ☐

▪ O curso laboral: ☐

▪ Não frequentou nenhum curso: ☐

13. Qual é a sua opinião sobre a frequência do curso de LP em Portugal?

❖ Muito evoluído: ☐

❖ Evoluído: ☐

❖ Pouco evoluído: ☐

❖ Nada evoluído: ☐

14. O que acha da aprendizagem da língua portuguesa?

- Muito fácil: ☐
- Fácil: ☐
- Difícil: ☐
- Muito difícil: ☐

15. Acha que a língua portuguesa vai ser útil para seu futuro?

- ❖ Sim: ☐
- ❖ Não: ☐
- ❖ Não sei: ☐

16. Qual é a maneira mais fácil de compreender a língua portuguesa?

- Frequentar os cursos de língua portuguesa: ☐
- Acompanhar as notícias na rádio e na televisão: ☐
- Ler revistas em língua portuguesa: ☐
- Praticar diariamente a língua portuguesa: ☐
- Todas as respostas estão certas: ☐

17. Costuma utilizar a LP na comunicação em família?

- ❖ Sempre: ☐
- ❖ Quase sempre: ☐
- ❖ Às vezes: ☐
- ❖ Raramente: ☐
- ❖ Nunca: ☐

18. Qual é melhor maneira de aprender a LP?

- Ler e escrever sempre os textos em língua portuguesa e praticar sempre a língua portuguesa com os colegas: ☐

- Continuar junto com os colegas timorenses a falar a língua tétum: ☐
- Não comunicar em língua portuguesa: ☐
- Ficar calado dentro do grupo: ☐
- Não sei o que vou fazer: ☐

II Parte. Processo de acompanhamento das matérias em língua portuguesa na sala de aula.

19. Qual método de resolver as dificuldades?

- ❖ Sempre em contacto com os colegas portugueses: ☐
- ❖ Gosta de participar no trabalho de grupo: ☐
- ❖ Contacta com o docente da disciplina para pedir mais explicações: ☐
- ❖ Tenta fazer o trabalho sozinho e pede a ajuda de um colega para corrigir a língua portuguesa: ☐
- ❖ Todas as respostas estão certas: ☐

20. Acompanha bem as aulas dos professores?

- Sempre: ☐
- Quase sempre: ☐
- Às vezes: ☐
- Raramente: ☐
- Nunca: ☐

21. A sua participação durante a aula corra sempre bem?

- ❖ Sempre: ☐
- ❖ Quase sempre: ☐
- ❖ Às vezes: ☐

❖ Raramente: ☐

❖ Nunca: ☐

22. Dificuldade de acompanhar aula?

▪ Sim: ☐

▪ Não: ☐

23. Sente-se frustrado/a com esta situação?

❖ Sempre: ☐

❖ Quase sempre: ☐

❖ Às vezes: ☐

❖ Raramente: ☐

❖ Nunca: ☐

24. Procura introduzir-se no grupo?

▪ Sempre: ☐

▪ Quase sempre: ☐

▪ Às vezes: ☐

▪ Raramente: ☐

▪ Nunca: ☐

25. Quando tem dificuldade contacta sempre com seu docente?

❖ Sempre: ☐

❖ Quase sempre: ☐

❖ Às vezes: ☐

❖ Raramente: ☐

❖ Nunca: ☐

26. Age ativamente para tentar resolver os problemas e isso exige-lhe muito esforço?

- Sempre: ☐
- Quase sempre: ☐
- Às vezes: ☐
- Raramente: ☐
- Nunca :☐

27. Como é que participa na sala ativamente se não entende bem a LP?

- ❖ Muitas vezes para tentar entender: ☐
- ❖ Entendo um pouco:☐
- ❖ Não entendo :☐
- ❖ Participa na aula passivamente: ☐

28. A área do seu curso ainda tem relação com o seu estudo de licenciatura?

- Sim: ☐
- Não: ☐

29. Se ainda há relação com a sua licenciatura então o seu curso atual é fácil?

- ❖ Mais fácil: ☐
- ❖ Fácil : ☐
- ❖ Pouco fácil: ☐
- ❖ Difícil : ☐
- ❖ Muito difícil :☐

III Parte: A utilização da língua portuguesa para leccionar na universidade.

30. Aprendeu a LP em 2 ou 3 anos e já é suficiente para lecionar?

- ❖ Ainda precisa de frequentar mais um curso específico: ☐
- ❖ Já é suficiente e só precisa de melhorar mais um pouco: ☐
- ❖ Ainda não é suficiente para praticar : ☐
- ❖ Não precisa de ir mais ao curso: ☐
- ❖ Não sei : ☐

31. Se já terminou o curso de mestrado/doutoramento isso significa que já pode lecionar em LP?

- Sempre: ☐
- Quase sempre: ☐
- Às vezes: ☐
- Raramente: ☐
- Nunca: ☐

32. Utiliza sempre a LP nas atividades letivas?

- ❖ Sempre: ☐
- ❖ Quase sempre: ☐
- ❖ Às vezes: ☐
- ❖ Raramente: ☐
- ❖ Nunca: ☐

33. Como é que utiliza a LP na sala de aula?

- Basta compreender a matéria em LP e explicar só em língua tétum : ☐
- Tenta compreender e explicar em LP: ☐
- As vezes só utiliza a língua tétum para leccionar: ☐
- Cada vez utiliza mais a língua Malaia: ☐

34. Costuma lecionar em LP?

- Sempre: ☐
- Quase sempre: ☐
- Às vezes: ☐
- Raramente: ☐
- Nunca: ☐

35. Como é que deve desenvolver a língua portuguesa como língua oficial?

- ❖ Precisa de apreender mais a LP: ☐
- ❖ Mesmo que já tenha concluindo o curso em Portugal precisa de participar em mais cursos de LP para melhorar bem o conhecimento sobre a língua: ☐
- ❖ Basta só ler e escrever muitas vezes em LP que já pode ajudar-nos a melhorar a língua portuguesa: ☐
- ❖ Pratica sempre a língua portuguesa para assim, pouco e pouco ir melhorando: ☐
- ❖ Todas as respostas estão corretas: ☐

Obrigada pela sua colaboração.